



GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Conama

Conselho Nacional
do Meio Ambiente



**15ª Reunião da Câmara Técnica
Educação Ambiental**

08 e 09 de abril de 2008

Sala 606, Centre/IBAMA
Brasília/DF

(Transcrição *ipsis verbis*)

08/04/2008

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Bom-dia a todos. Vamos abrir, então, a 15ª Reunião da Câmara Técnica de Educação Ambiental. Estamos presente com os cinco dos sete representantes, sendo que assim estabelece o quorum. E temos também alguns convidados. Vocês querem se apresentar, por favor?

A SRª. BEATRIZ RODRIGUES (FURNAS) – Nós somos Furnas Centrais Elétricas. Eu sou Beatriz Rodrigues, trabalho com educação ambiental no processo de licenciamento. E nós estamos agora implantando a educação ambiental institucional na empresa.

A SRª. MÁRCIA A. KOPKE (FURNAS) - Eu sou Márcia Kopke, também sou de Furnas Centrais Elétricas. Trabalho na parte de educação ambiental.

A SRª. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) – Bom-dia a todos. Eu sou Lúcia Ferreira. Também estou acompanhando as duas e trabalhamos na parte de educação ambiental.

A SRª. DANIELA CESTAROLLO (CNC) - Bom-dia a todos. Meu nome é Daniela Cestarollo. Eu represento a CNC. Eu estou aqui como representante do setor produtivo.

A SRª. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA) – Keilah Diniz, do Ministério da Cultura.

A SRª. ROSSANA GASPARINI (ELABORE) - Bom-dia. Rossana, da Elabore.

A SRª. THAÍS CHUEIRI (PATRI) - Bom-dia. Thaís Chueiri, da PATRI Políticas Públicas.

A SRª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC) – Bom-dia. Viviane Vazzi Pedro, da Coordenação Geral de Educação Ambiental do MEC.

A SRª. MARIA JOSÉ S. HOLANDA (GOVERNO DO CEARÁ) – Maria José, do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente do Ceará.

O SR. EDER LEONARDO C. BORBOREMA (MINISTÉRIO DO ESPORTE) – Eder Leonardo Cavalcanti Borborema, Ministério do Esporte.

A SRª. FABIANA SÁ (MS) - Bom-dia a todos e todas. Fabiana Sá, do Ministério da Saúde.

A SRª. PATRÍCIA PINTO (OCA BRASIL) - Bom-dia. Patrícia Pinto, da Oca Brasil.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Paulo Maluhy, da Oca Brasil.

A SRª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Cleidemar Valério, do CONAMA.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Bem, vamos dar prosseguimento, então, aos trabalhos de hoje. Eu queria passar a palavra à Cleide para fazer algumas considerações que forem necessárias.

A SRª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Nós vamos primeiro seguir a pauta com a abertura dos trabalhos, depois leitura e aprovação dos resultados e da 13ª e da transcrição, pois a ordem do dia o primeiro tema seria a discussão das propostas de seminário. Depois as estratégias de urgência para a aplicação da compensação, que é o item 3.2. Nós colocamos em pauta porque havia uma... Foi feito... O representante da ANAMMA disse que traria uma proposta para alteração da Resolução do SNUC no sentido de se fazer uma... Mudar principalmente o dinheiro, os recursos da compensação voltando para educação ambiental e para o fortalecimento institucional. Nós não tivemos, não recebemos essa proposta, portanto vai ficar prejudicada a discussão desse item. Então, nós vamos remeter para a próxima reunião ou até que ele apresente essa proposta para nós formalmente há tempo de ser disponibilizada para avaliação de vocês. O item 3.4 é uma proposta de inserção do conteúdo de bacias hidrográficas. Antes, o 3.3, seria recomendação para os centros de educação ambiental, uma proposta do MEC. O 3.5 é... A respeito da 3P, recomendação para inserção da dimensão ambiental nas atividades administrativas, que é a 3P. E no final se nós poderíamos tratar do nosso plano de trabalho, se é que nós já temos uma visão completa de todas as atividades, o volume de trabalho deste ano. Nós poderíamos fechar isso. Caso contrário, nós estamos numa fase de elaboração, e ela seria feito esse plano de trabalho progressivamente à medida que nós adiantássemos. Mas a prioridade 1 da nossa reunião de hoje seria seminário. Para nós estabelecermos propostas, o trabalho de cada um, apresentar, por exemplo, discussão de local da data provável, que seria em agosto, ou uma visão um pouco mais detalhada desse seminário e das tarefas que nós vamos ter que fazer, começar fazer até o início da próxima reunião. Nós temos que adiantar que eu estou preocupada com o andamento desse seminário. Então, o próximo trabalho agora seria ver os resultados e a transmissão.

A SRª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC) – Cleide, será que nós podemos incluir na pauta (não sei se é este o momento) a questão das pilhas e baterias, o pedido de vista que MEC fez e gostaria de compartilhar. E o informe sobre as recomendações que saíram da Câmara... Pode? Ok.

A SRª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Eu acho que é pertinente. Nós consultamos o pessoal se faz uma inversão de pauta colocando os informes antes. Agora, no início da reunião. Se concordarem... Ok. Viviane então vai fazer os informes.

A SRª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC) – Bom, o primeiro informe é a respeito das resoluções, das recomendações, na verdade, que saíram na última reunião aqui da Câmara Técnica uma a respeito da inserção da educação ambiental nos colegiados do SISNAMA, em todas as resoluções que saíssem dos colegiados. E a outra que trata das diretrizes da educação ambiental para campanha, informação e mobilização. Ontem teve uma reunião de Câmara de Assuntos Jurídicos e as duas propostas foram submetidas a essa reunião. E os conselheiros levantaram diversas questões, desde a pertinência mesmo dessas recomendações, porque nós tínhamos levado, qual era a importância delas, o que nós queríamos atingir, qual era o público alvo. O próprio instrumento eles também questionaram, se nós queríamos mesmo uma recomendação ou uma recomendação. E aí, conforme nós fomos conversando com os conselheiros, surgiu a dúvida na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos a respeito da própria competência do CONAMA. Por quê? Porque a lei que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental assegura ao órgão gestor, que é formado pelo MEC e o MMA, a competência de emanar diretrizes para a Política Nacional de Educação Ambiental. Só que o órgão gestor não tem poder nem deliberativo e nem normativo para tanto. E nós sabemos disso por quê? Porque a lei menciona dois conselhos, que são o Conselho Nacional de Meio Ambiente e o CONAMA, menciona com um poder... Normativo que eles têm para a questão da educação ambiental. E também nós fizemos uma consulta para a Advocacia Geral da União perguntando: se o órgão gestor tem poder emanar diretrizes, ele tem poder

deliberativo e tem poder normativo? E se tem qual seria o instrumento para tanto? É por resolução? Seria uma resolução do órgão gestor, por exemplo? Só que essa consulta não foi respondida pela AGU. Passou antes pela assessoria jurídica do Ministério do Meio Ambiente, que verificou que a lei tem diversas questões que estão em aberto. E informou que estava acontecendo um movimento no órgão gestor e na sociedade para a revisão de lei. E o próprio Ministério respondeu que não era pertinente. Então, chegou na Advocacia Geral da União, eles arquivaram o processo. Então, nós permanecemos sem essa questão. Só que... Bom, chegamos à conclusão ontem na reunião de Assuntos Jurídicos que é impossível falar que o CONAMA não tem competência, porque para começar, a educação ambiental é estruturante para as demais políticas de meio ambiente. Segundo que se não tivesse, não teria uma câmara de educação ambiental. E terceiro que a lei que estabelece a política faz a menção a este colegiado. Então fala: ao CONAMA e ao CNE, no caso da educação formal. Então, está com eles. As duas recomendações estão com a Câmara de Assuntos Jurídicos e eles vão verificar como é que essas recomendações podem ser melhoradas, qual é o formato delas. E nos sugeriram que nós trabalhemos, que nós façamos um plano de trabalho na verdade que... Ou uma... Enfim, que nós discutamos nessa câmara como é que vai... As questões que estão em aberto da lei que estabelece a política. Então, essa questão, por exemplo, poderia ter sido encaminhada ao CONAMA, quem é que delibera, qual a competência de quem, se é pertinente à revisão da lei. O CONAMA tem a atribuição de ser um órgão consultivo. Como órgão consultivo, ele pode nos ajudar a ter esclarecimento para essas questões que estão em aberto e pode nos dar apoio político para revisão da lei. E para que as pessoas também entendam a importância dessa câmara técnica. Enfim, tem outras questões, não é Cleide? Que eu acho que seria legal você falar, que eles falaram também da objetividade que nós temos que ter ao escrever, de não ficar ressaltando princípios que estão já na lei. Tem que trazer coisas mais operacionais e diversas do que estão na lei. Não diversas, mas não ficar repetindo. Se já está na lei, não precisa repetir em Resolução. Tem mais alguma coisa que você quer informar?

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Só reforçando o que a Viviane falou. O CONAMA, pelo Regimento ele pode trabalhar com dois instrumentos que se aplicam bem ao nosso caso, que seriam as recomendações e as proposições. Ao se fazer a recomendação, nós temos que dizer para quem será essa recomendação. E justificar essa recomendação. Eu acho que nós podemos sim melhorar na nossa recomendação, quando nós justificamos... Contextualizamos o problema, justificamos a nossa proposição e remetemos a alguém especificamente. Nós temos que ter um alvo para quem... Quem é que vai receber essas recomendações. Nós não podemos deixar muito difuso. Foi muito boa ontem a reunião porque deu um norte para nós, no sentido de nós trabalharmos de uma forma mais objetiva, mais reta, e trazer sempre que nós... Qualquer proposição nossa que se faça... Ou recomendação que venha fundamentada, justificada. E nós sentimos também que é necessário nós envolvermos o maior número possível de atores. Então, nós não tivemos, por exemplo, o parecer da própria Secretaria de Educação, que está trabalhando em comunicação. Isso nos deixou bastante preocupados. Então, eu acho que a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos se vier, por exemplo, uma mudança, sugestões quanto ao mérito que ela normalmente só trata da questão da... Formal, jurídica, nós vamos... Mas, dada a relevância que eles consideraram do assunto, eles vão fazer consultas aos especialistas das secretarias de São Paulo e de outras secretarias, para que tragam contribuições para essa recomendação. Ou seja, eles vão trazer contribuições quanto ao mérito. Portanto, ela forçosamente voltará para essa Câmara Técnica. E o Nilo recomendou até que nós já comecemos paralelamente também a fazer articulações, conversar com as pessoas... Com mais atores envolvidos no sentido de mobilizarmos para que essa Resolução tenha a contribuição, uma participação social bastante grande. Uma outra forma do CONAMA trabalhar um outro instrumento é através das proposições, Proposições são feitas normalmente ao Congresso, e são proposições para mudança na legislação. Então, é atribuição dele sim, e ele pode tratar de matéria da sua competência, que é com relação à educação ambiental, com relação à proteção, gestão ambiental. São todas matérias de sua competência e nós, então, poderíamos fazer uma proposição, como seria o caso de fazer a proposição do SNUC. E nós podemos fazer também com relação à educação ambiental. O ideal seria que essa proposição fosse feita com todos os atores envolvidos: Ministério da Cultura, Ministério da Ciência e Tecnologia, o próprio CONAMA, o MEC. Então, seria nessa linha.

A SRª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC) – Só para terminar, outro informe. Está na Plenária do CONAMA uma Resolução que trata sobre disposição final de pilhas e baterias. A Rachel do MEC é conselheira e notou que essa Resolução está passando sem um tratamento adequado para algumas questões: falta de educação ambiental, maior informação sobre o processo de destinação correto, formação para toda a cadeia de produção, de distribuição, enfim. E o problema da logística reversa, que é importante de estar presente para que essas pilhas e baterias retornem ao importador ou fabricante e tenham uma destinação final. Então, nós estamos apresentando três propostas que vão ser levadas já na próxima plenária do CONAMA no final desse mês e nós gostaríamos de compartilhar com vocês, de discutir. Então, em algum momento se nós pusermos. Eu trouxe e à tarde eu vou trazer o arquivo para nós podermos projetar e também discutir.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – OK. Então nós vamos aguardar essas colocações. Em que momento você acha melhor, Cleide, fazer essas colocações?

A SRª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Eu acho que essa atuação, ela está dentro das recomendações para inserção da questão ambiental nas resoluções do CONAMA. Nós já estamos tendo uma prática das recomendações, das diretrizes que nós estamos propondo naquela recomendação, que está agora na Jurídica. A Jurídica achou que nós poderíamos tratar tanto a inserção da questão ambiental nas resoluções do CONAMA e de outros conselhos, quantas diretrizes, para as campanhas, para a comunicação, num só instrumento. E essa primeira atuação do MEC... Não é a primeira, que já houve outras inserções. Ela vem ao encontro desta questão da inserção na ambiental... Da questão ambiental nessas resoluções. E era importante que a Câmara Técnica tomasse conhecimento disso, até para dar um voto de confiança ou apresentar modificações, se achar que deve incorporar outros atributos nessa recomendação. Então, é um fórum interessante para nós discutirmos essa recomendação que poderia ser no período da tarde. Então, nós leríamos as recomendações, que serão colocadas no Plenário (não é, Viviane?). E nós, então, já levaríamos a posição da Câmara Técnica. Já fazendo o exercício de uma recomendação, nós estamos fazendo antes de recomendar que se faça. Isso é bastante interessante.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Bom, então, vamos dar continuidade ao primeiro item, adição sobre a proposta de seminário e educação ambiental no setor produtivo. Vamos fazer a leitura, então, da aprovação dos resultados da 13ª, é isso? Bom, então precisávamos corrigir aqui, que está 13ª. É a 14ª, na realidade. Todos que tiverem recebido esse documento podem alterar.

A SRª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Então, vamos lá. Eu sou Tita, da Bahia. “Abertura dos trabalhos...” É isso mesmo? “Resultados da 14ª Reunião da Câmara Técnica de Educação Ambiental, 25 de fevereiro. Abertura dos trabalhos pela coordenação da Câmara Técnica, foi verificado o quorum e a reunião foi aberta pelo vice-presidente, o Paulo, que deu as boas-vindas a todos os presentes, apresentando a pauta a ser discutida. Por sugestão dos seus membros, a Câmara aprovou inversões da ordem do dia original, que passou a ser discutida segundo a itenização adotada neste momento. Membros presentes: a Oca, a suplente Patrícia; conselheiro titular da ANAMMA, Tiago; o Governo da Bahia, Cristina; o Governo do Ceará, Maria José; Ministério da Cultura, Keilah; e o conselheiro suplente do Ministério do Esporte, Éder. A leitura e a aprovação dos resultados da 13ª reunião foram submetidas à apreciação e aprovadas pela Câmara Técnica. Toda a transmissão e os resultados dessa 13ª. A ordem do dia: proposta da recomendação à educação ambiental como política pública nas principais resoluções do CONAMA. A Câmara Técnica aprovou com emendas a proposta de recomendação apresentada pela conselheira do MEC e a proposta será encaminhada para apreciação da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos ao Plenário do CONAMA para deliberação”. Que é um pouco isso que foi falado agora. “Depois se discutiu sobre a proposta do seminário de educação ambiental no setor produtivo e a Câmara Técnica discutiu e aprovou as emendas e a programação preliminar do seminário, que foi apresentada

pela conselheira do MEC. E os representantes do MEC, do Ministério do Meio Ambiente, do CONAMA, da DEA do MINC, Governo da Bahia, Ministério da Previdência Social e da Oca reiteraram o seu interesse em integrar o Grupo de Trabalho criado nessa 13ª reunião para detalhar as providências necessárias”. E nós continuamos, o primeiro ponto de pauta aqui dessa reunião hoje, nós discutimos esse seminário. “A estratégia de urgência para a aplicação da compensação ambiental em educação ambiental foi o terceiro ponto, conforme a Lei 9985, 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Então, o conselheiro titular da ANAMMA apresentará na próxima reunião uma proposta de recomendação a ser encaminhada, se aprovada pelo plenário, ao Congresso Nacional. A proposta recomendará alteração da lei do SNUC para que parte dos recursos oriundos da compensação ambiental seja destinada ao fortalecimento institucional da educação ambiental das populações circundantes nas unidades de conservação. Proposta de recomendação: diretrizes de educação ambiental para os processos de comunicação, informação e mobilização. A Câmara Técnica aprovou com emendas a proposta de recomendação, que foi apresentada pela conselheira do MEC, a proposta será encaminhada à apreciação da Câmara Técnica em Assuntos Jurídicos, e a seguir ao plenário geral do CONAMA para deliberação. Proposta de Resolução para a criação do Cadastro Nacional de Coletivos Educadores. O diretor do Departamento de Educação Ambiental, que é órgão interessado que elaborou a proposta, solicitou a retirada do processo de pauta para revisão. O processo de 231134, proposta de recomendação para o Centro de Educação Ambiental”. Vai ser tratada nesta reunião. O processo que trata da proposta de inserção do conteúdo das bacias hidrográficas da grade curricular. Estratégia de participação da III Conferência Nacional de Meio Ambiente, também será tratada nesta reunião. E o processo de recomendação para inserção da dimensão ambiental nas atividades administrativas, na administração pública, também será tratada nesta reunião, assim como também o plano de trabalho das responsabilidades desta Câmara Técnica também nesta reunião. E foi passado também um informe do relatório do Comitê Assessor do Órgão Gestor da Política Nacional. A reunião foi encerrada às 17h 30”.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Bem, colocada a leitura, podemos colocar para a aprovação dos resultados? Então, entrando direto na pauta... Ordem do dia? É isso, Cleide? Tem alguma coisa disponibilizada, Viviane?

A SRª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC) – Paulo, estou com dúvida só em dois pontos, que eu acho que seria interessante acrescentar. Aquele da compensação, estratégia de aplicação da compensação ambiental em unidade de conservação teve... O Ministério do Meio Ambiente por um grupo chamado ENSEA, que é Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidade de Conservação, esse grupo ficou também de trazer subsídios para alguma recomendação ou resolução que saísse aqui da Câmara a respeito da educação ambiental em unidade de conservação. Então, daria critério também para a aplicação de recurso, e tal. E esse grupo não está aqui presente porque o DEA está em planejamento, mas me pediu para dizer que por enquanto, como o grupo está começando a se reunir agora e vai sair no movimento nacional ainda, vai ouvir outras pessoas no âmbito nacional de cada categoria de unidade de conservação, por enquanto ainda não tem nada a acrescentar. E que quando tiver, vai trazer novamente essa discussão para o CONAMA. Mas que por enquanto não tem proposta nenhuma. Acho que isso era bom ficar agora consignado. E uma outra questão é dos coletivos educadores, que vai voltar agora em pauta. Eu tenho um informe aqui do DEA para transmitir também, no Departamento de Educação Ambiental do MMA. A respeito dessa Resolução, então... Não é exatamente a saída de pauta, é que seria visto... Não é que pediu qual a tirada de pauta, seria vista com a estratégia e eles definiram e me pediram para transmitir na reunião de hoje. Então, para consertar esses dois pontos.

A SRª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Eu queria fazer só com relação aos participantes. No caso do Doutor Tiago Camargo, ele não é o conselheiro titular da ANAMMA, porque nós não recebemos nada por escrito. Ele vai ser o representante da ANAMMA. Não conselheiro titular. Substitui por representante da ANAMMA. E lá também na hora em que fala do... Das unidades de conservação, fala de novo. “O conselheiro titular”, é representante da ANAMMA.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Tem. Então, como já foi feita a leitura, se tiver algum consideração a ser feita... Vamos tomar como aprovada os resultados da 14ª reunião. Então, vamos passar para a ordem do dia?

A SRª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Será se nós poderíamos, então, abrir a pauta do seminário? Para nós tratarmos dessa proposta do seminário, seria interessante nós abriremos a pauta do seminário? Eu acho que sim, para nós darmos uma revista, porque ficou combinado de que aqui nós decidiríamos qual o estado que estaria propondo o local que poderia ser o seminário. Não é isso? Então, eu não sei como é que está... Eu cheguei um pouquinho atrasada, vocês se apresentaram? Porque eu estou meio perdida aqui, sem saber quem são vocês. Na verdade, nós fizemos uma minuta. Veio uma minuta para cá de possibilidades e em cima dessa minuta é que nós vamos está olhando aqui agora...

A SRª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Pessoal, eu vou tentar achar lá. Nós estamos com dificuldade para achar o que foi aprovado na 14ª. Enquanto isso eu sugeria que primeiro nós aprovássemos a transcrição. A transcrição, ela foi disponibilizada e quem leu e tiver alguma coisa, algum nome errado, alguma coisa, tudo bem, porque transcrição não tem muito o que fazer.

A SRª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – A priori nós poderíamos pensar num local...

A SRª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Eu gostaria que... Durante esse mês, eu mobilizei todos os segmentos para que fizessem as consultas aos seus pares para que fizessem, apresentassem as possibilidades de contribuição. E que nós ouvíssemos agora as contribuições de cada um para que nós começássemos a avançar. A pauta do seminário foi aprovada na reunião passada, nós lemos todinha, e foi disponibilizada na 14ª. Enquanto eu procuro, nós poderíamos, então, trabalhar nessa linha de cada um colocar o resultado das consultas e o que tem a oferecer para este seminário.

A SRª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Olha só, a sugestão de Cleide é que nós agora neste momento, nós definamos o local, as consultas, porque foram feitas consultas nos estados, quem gostaria de estar levando o seminário nacional para lá. Então, eu já vou me adiantar aqui, nós fizemos essa consulta dentro do sistema SEMARH, especialmente ao órgão ambiental do estado, que trata da questão do licenciamento. E há um interesse da Bahia estar levando esse seminário nacional para lá. Então, nós disponibilizaríamos o local e a logística. E aí nós temos que estar compondo também outras coisas. Mas o local com certeza e a logística mesmo para funcionar o espaço etc.

A SRª. BEATRIZ RODRIGUES (FURNAS) – Cleide, como nós não participamos na outra, quem sabe os conselheiros agora ao apresentar pudessem estar falando um pouquinho sobre o que foi discutido, só para nós podermos estar participando também.

A SRª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – O que foi aprovado eu vou pegar no *site* e enquanto isso para nós não perdermos tempo, eu estou pedindo que avancem na pesquisa que fizeram. E nós voltaremos já para apresentar isso.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Então, nesse sentido, alguém mais teria alguma proposta para local e dada desse seminário?

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – Eu só tenho uma pergunta, como eu não participei da reunião anterior: qual é a perspectiva qual de público, a quantidade? Eu já sei qual é o público alvo, mas em termos de número e quantidade, quantas pessoas vocês esperam congregar?

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Olha, eu acho que isso nós podemos ter uma idéia da mobilização um pouco à frente. Nós estamos definindo ainda uma série de coisas. Nós estamos definindo o detalhamento, depois da nossa pauta, o local, a forma de convidar, quem seriam os atores. Nós não definimos nada, gente. Nós não tivemos nenhuma reunião sequer. Então, eu acho que essa resposta nós vamos ter pelo menos na segunda reunião de grupo. Então, eu preciso levar para o... Ou o Grupo de Trabalho assim que definir a data, local, onde, para detalhar isso. Nós precisamos mobilizar, acionar as ações preparatórias desse seminário, que isso vai sair, essa resposta vai sair das reuniões daqui.

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – Obrigada. Eu acho que a Bahia é uma boa sugestão. Até porque vendo pelo lado da CNI, eu acho que a federação da Bahia teria muito a contribuir nessa área de educação ambiental. É uma unidade muito organizada, o pessoal do Senai da Bahia tem uma boa equipe técnica. Claro, não estou agora me comprometendo por eles, porque teria que consultar previamente, mas eu acho que seria uma boa idéia porque nós teríamos um apoio, uma base de participação local bastante eficaz.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – E eu queria adiantar que é o seguinte: eu também fiz essa consulta à Câmara Técnica de Educação Ambiental no licenciamento dentro da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, que é a CIEA, que nós temos uma Câmara Técnica. E o pessoal do SENAI-CETIND, da FIEB faz parte dessa Câmara Técnica. E eles disponibilizaram também o espaço, e tal. Então, na verdade, nós temos... E nós estamos num momento de discutir educação ambiental no licenciamento. Nós estamos com dois termos de referência que vai ser referendado na reunião da CIEA, um para o público interno das indústrias e o outro também para os termos de referência dos programas de EA no licenciamento. Então, nós estamos num momento extremamente importante. E eu conheci também um grupo de profissionais agora no Rio, que eu estava lá na Qualificação Social do Coletivo Educador, que é o *kit* da mochila ambiental que o Ministério está fazendo. São quatro estados e a Bahia também vai estar levando agora no dia 29 e 30, para a Bahia, essa qualificação do Educador Ambiental Popular. E eu conheci uma pessoa que está fazendo o licenciamento ambiental, que foi para a Petrobrás, a parte de educação ambiental. E eu achei incrível como que está lidando, como eles estão fazendo muito bem, essa empresa. Então, foi um destaque que eu gostaria de estar sugerindo como estudo de caso para nós vermos como foi trabalhada educação ambiental de uma forma extremamente séria e com resultados e através de audiovisuais. Então, a idéia seria o uso do audiovisual na construção do diagnóstico participativo no âmbito do projeto de educação ambiental no licenciamento, para a produção no Campo de Povo na bacia de Campos, que foi uma experiência da extração do gás na bacia de Campos e que a Bahia também está com esse processo lá no Projeto Manati, que possivelmente nós vamos passar por isso. Mas acho que é um estudo de caso, uma coisa bem concreta e é uma coisa nunca vista. E são antropólogos que estão fazendo o *link* com a educação ambiental. Então, é uma coisa impressionante a qualidade do trabalho e a beleza do trabalho, que eu acho que nós teríamos muito a ganhar. Então, aí eu tive com ela. Então, seria o uso do audiovisual na construção do diagnóstico participativo no âmbito do projeto de educação ambiental do licenciamento para produção de petróleo no Campo de Povo da Bacia de Campos, Rio de Janeiro. Então, eu acho que nós podemos estar convidando esses profissionais para poder estar trazendo um novo olhar (que nossa!), que nós vamos ganhar muito. Vocês vão vê que maravilha. Muito incrível. E aí é isso, eu acho que nós estamos... Eu comecei a construir os pedacinhos e pensar nisso. Vamos vê se...

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Alguém mais tem alguma sugestão de local e data para isso?

O SR. EDER LEONARDO C. BORBOREMA (MINISTÉRIO DO ESPORTE) – Bom-dia a todos. Não em relação ao local, mas solicitar um esclarecimento, se possível dos membros do Grupo de Trabalho, seminário educação ambiental no setor produtivo como está na pauta ou educação ambiental nas empresas como está na proposta do seminário que foi-nos fornecido. É só um esclarecimento conceitual, sem atrapalhar os encaminhamentos de local.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Cleide, por favor.

A SRª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – O título do seminário é Educação Ambiental no Setor Produtivo, Empresários e Trabalhadores. A primeira proposta que você tem aí é aquela primeira que veio que já foi modificada. O foco também mudou ligeiramente, até por sugestão do MEC. O que está valendo desse seminário até que nós decidamos alguma outra coisa seria Educação Ambiental no Setor Produtivo, Empresários e Trabalhadores. É esse o título que foi escolhido, que foi indicado na reunião do Ministério da Educação, do SRH em... Foi em Santa Catarina, não é? A reunião.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Bom, colocados os esclarecimentos, continuamos ainda querendo saber se há mais algum interesse de proposta de local e data. Keilah, por favor.

A SRª. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA) – Infelizmente o Ministério da Cultura não tem nenhuma proposta. É só para questão de registro, de lembrança nossa da Câmara, que as duas outras propostas, sem entrar no mérito da Bahia, que tudo bem. Só para registro mesmo, que inicialmente seria a cidade de Vitória no Espírito Santo. E na última reunião foi proposto pelo representante da ANAMMA, que não está presente no momento, em Goiânia. Então, como acho que nenhum dos dois está presente, eu só queria para encaminhamento se nós vamos considerar só os presentes ou se nós vamos considerar as propostas da última reunião. Em termos de local.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Bem, é necessária a presença, não é? Agora, se tiver alguma outra maneira de fazer algum encaminhamento... Cleide, existe outra possibilidade?

A SRª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Nós temos também uma proposta da Companhia Vale do Rio Doce oferecendo as suas instalações. Eu acho que nós estamos precisando de coisas mais concretas. A reunião de hoje que se grave as propostas é que eu solicitei o tempo todo que enviassem por escrito. Nós não podemos trabalhar em cima de “fulano disse”, “fulano ofereceu”. Eu estou precisando de propostas e eu pensei que nesta reunião hoje as propostas chegassem. Pelo menos ficaria registrado e seria a proposta nossa. A Rachel ontem me falou dessa proposta da Companhia Vale do Rio Doce oferecendo também as suas... Eu não sei qual delas. É um centro de educação, eu não sei qual deles. Então, nós precisamos começar fazendo as articulações. Que cada um faça articulação com seus pares. A representante da Previdência Social não está aqui hoje, e ela também entrou em contato com a FIESP. Eu disse: “Olha, o contato é sempre informal, é uma primeira sondagem do que vai ser necessário”. E a FIESP em São Paulo também se prontificou. Então, nós estamos com várias prontificações que precisam ser concretizadas em proposta, senão nós não poderíamos trabalhar. Nós queríamos já em cima dessas propostas começarem a reunir o Grupo de Trabalho, pelo menos virtualmente. Para nós começarmos a distribuir tarefas. Se nós hoje não temos a proposta, eu acho que seria tarefa do grupo contatar, cada um ficar encarregado de contatar um determinado setor e trazer as propostas para o Grupo de Trabalho e o Grupo de Trabalho avançar até a próxima reunião e decidir o trabalho a ser feito.

A SR^a. BEATRIZ RODRIGUES (FURNAS) – Desculpa, Cleide, é que como nós não participamos, quem é Grupo de Trabalho?

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – “... Aprovou emendas à programação preliminar apresentada pela conselheira. Os representantes do MEC, do MMA, CONAMA, DEA, MINC, Governo da Bahia, Ministério da Previdência Social e Oca Brasil reiteraram o seu interesse em integrar do grupo”. O CNC também numa reunião anterior, não nessa, já tinha também se comprometido a trabalhar também no grupo. Aí foi reiterado. Mas nós tínhamos já uma reunião anterior em que houve uma manifestação formal da CNC em participar desse Grupo de Trabalho. Ou seja, nós somos poucos, gente. Nós vamos praticamente ter a Câmara Técnica toda nesse Grupo de Trabalho. Evidentemente com pessoas, agregando pessoas para ampliar, digitalizar essas ações.

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – Alguma pessoa da CNC, algum representante deu o nome ou...?

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Foi Elisa Romano Dezolt. Ela que estava presente, se prontificou.

A SR^a. BEATRIZ RODRIGUES (FURNAS) – Cleide, desculpa: do MMA, quem é o representante?

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Eu sou apoio do CONAMA. No caso do MMA, nós temos não temos uma pessoa do MMA. Eu tenho como apoio. Então, está MMA, CONAMA e o DEA, que é do Departamento de Educação Ambiental, em que nós vamos articular sim para trazer.

A SR^a. MARIA JOSÉ S. HOLANDA (GOVERNO DO CEARÁ) – Eu estive aqui na reunião passada, mas como era a minha primeira reunião, eu levei ao conhecimento do presidente do Conselho e ele solicitou que se possível incluísse o Estado do Ceará nesse Grupo de Trabalho, que ele tem todo interesse de apoiar esse evento.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Vamos ver, então, essa possibilidade de incluir o Governo do Estado do Ceará dentro desse Grupo de Trabalho. É possível, uma vez que já foi discutido e a aprovado essas emendas preliminares e já foram indicados os membros. Então, existe essa solicitação do Governo do Estado do Ceará de participar também. Então, a sugestão é de se colocar o Governo do Estado do Ceará dentro desse Grupo de Trabalho.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Você teria alguma sugestão ou você acha que nós poderíamos... Da decisão do local, porque eu acho que a consulta foi feita...

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Vamos, por questão de ordem, todos falarmos ao microfone para poder ser feita a gravação. Então, existe aqui a discussão para esse local e data para esse seminário. Tem o Governo da Bahia que está sugerindo, então... Está pleiteando esse local e a data. E se alguém mais quiser se manifestar em relação a esse tema, por favor.

A SR^a. MARIA JOSÉ S. HOLANDA (GOVERNO DO CEARÁ) – Nós percebemos desde a primeira reunião que aqui estivemos que existem propostas não concretas da realização. Inclusive com ausência daquelas pessoas... Na primeira vez que eu estive, Vitória tinha se manifestado. Mas não estava presente na reunião que eu participei. Hoje também não está presente. Quer dizer, outras instituições ou estados que se manifestavam favoráveis a participar, contribuir, sediar o evento, o que eu estou percebendo é que apenas o estado da Bahia tem se adiantado, mantendo contatos, oferecendo local e se fazendo presente às reuniões. Então, eu acredito o seguinte: se hoje nós deveríamos deliberar e temos quorum para isso, em relação ao local... Aí nós deveremos esperar mais manifestações que não estão concretizadas? É só essa pergunta que eu gostaria de fazer.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Bom, em relação ao quorum, está OK, temos o quorum. É pauta para essa questão. Então, eu acho que colocar para um outro dia, uma vez que o Estado da Bahia está presente, tem acompanhado todas as reuniões, eu acho que se nós ficarmos aguardando a presença de todos aqui, nós ficaríamos atrasando as nossas reuniões. Então, como tem essa prioridade, eu acredito que deva ser conduzida a questão da eleição ainda hoje. Alguém gostaria de se manifestar em relação a esse assunto?

A SR^a. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA) – Respondendo à Tita, não. Eu só quis fazer uma lembrança e deixar registradas as outras propostas. Mas eu inclusive acredito que se o seminário está proposto para ser realizado em agosto, nós não temos condição de ficar esperando mais nada. Temos que tomar as decisões hoje e a partir disso definir as responsabilidades, os compromissos...

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Uma vez que exista empenho, interesse, objetivamente o empenho é o que se espera. Então, o Estado da Bahia está se colocando, está sempre presente nas reuniões, tem interesse, eu acho que nós devemos colocar isso como discussão e aprovação.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Olha só, eu gostaria, então, de deixar muito claro também que nós teríamos todo o cuidado e o empenho de fazer essa articulação com os outros Estados. Principalmente os estados aqui... Vitória, que foi na verdade quem fez a proposição desse seminário. Muito bem-vinda... Goiânia. E fazer os contatos com a Vale, com a FIESP, CNS, FIEB. Eu acho que nós temos toda condição de fazer essa articulação, porque é uma coisa que nós estamos querendo trazer como política pública para todos. Então, esse é o princípio que nós estamos trabalhando aqui na Câmara Técnica. Então, eu acho que nós reafirmamos o interesse e reafirmamos que é um momento importante para nós avançarmos na Bahia enquanto política pública e acolhendo todas essas articulações colocadas aqui.

A SR^a. BEATRIZ RODRIGUES (FURNAS) – Eu não sei se foi incluído o Ceará porque eles estavam na reunião anterior, que Furnas não estava presente, eu queria perguntar se nós também poderíamos fazer parte do Grupo de Trabalho.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Claro.

A SR^a. BEATRIZ RODRIGUES (FURNAS) – Ah, que bom. Inclusive também, com relação... Ela estava falando do trabalho de educação ambiental no processo de licenciamento, Furnas também vem atuando e talvez nós tivéssemos também como se estivesse no caso a ser apresentado.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Então, a inclusão dessa representação dentro do Grupo de Trabalho será feita agora ou vamos aguardar a próxima reunião? Já está agora, não é? Então, ok. Fica considerada a inclusão de Furnas dentro desse trabalho.

A SR^a. BEATRIZ RODRIGUES (FURNAS) – Furnas Centrais Elétricas S/A.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – É, e por isso que eu disse, tem que aparecer na de hoje, não na anterior.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – ...Vamos decidir se é isso mesmo.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Então colocamos para vocês votarem a... Como só existe uma proposta, quem é contra que se manifeste, senão, vamos aprovar Bahia como a sede desse seminário. E também vamos colocar que essa aprovação fica aguardando a apresentação ao diretor do CONAMA para referendar essa aprovação nossa da nossa Câmara técnica. Pode ser feito assim... Ok todos? Então, fica sendo... A data... Aguardamos a data ainda que você faça a sugestão ou você quer dar a data ainda hoje?

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Eu gostaria de fazer uma sugestão que fosse a partir de 20 de agosto para frente. 20 a 30 de agosto. Quer dizer, a preocupação nossa é não emparelhar junto com as eleições municipais. Que me parece que a eleição é outubro, não é? Então, eu acho que nós podemos ficar até 30 de agosto com tranquilidade. Para dar um tempinho.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – 30 de agosto já é setembro, não é? (*Risos*) Então, vamos estabelecer assim: a segunda quinzena de agosto e a primeira de setembro?

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Não, setembro não, agosto mesmo.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Quantos dias seria esse seminário, Tita?

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – São três dias.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Então estaria estabelecendo o início no dia 27?

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Eu só quero lembrar... A minha preocupação com as eleições, porque nós temos uma lei eleitoral em que não sei quantos dias – são 120 ou 180 dias – nós não podemos ter nada que possa parecer propaganda política. Então, nós não podemos ter cartazes... Isso prejudica muito. Nós já tivemos problemas assim com aniversário do CONAMA. Eu não exatamente... Então, nós vamos fazer uma contagem regressiva e nós trazemos ainda essa data. Eu faço essa consulta ao Nilo. Nós trazemos ainda hoje essa questão para nós podermos estabelecer isso.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Então, essa questão da data, em relação ao 180 dias (que eu creio que são 180 dias) já ficaria complicado, não?

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Vamos aguardar chegar... Daí de tarde nós fechamos a data...

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – O Nilo a referendar isso, não é? OK.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – E aí eu gostaria sabe o quê, Paulo? De encaminhar tecnicamente como é que nós poderíamos estar trabalhando esse seminário. Não sei se era o momento que nós poderíamos avançar.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Eu queria sugerir que a Tita fosse a coordenadora desse grupo. Com a aprovação de vocês, se vocês concordarem, ela já ficaria coordenando e nós daríamos todo apoio e o que nós precisaríamos fazer também em termos de apoio do CONAMA, com toda a infra-estrutura, com vídeos etc., relação de nomes, nós faríamos, até para ter uma primeira sondagem de quantas pessoas teria etc. Então, ela conta com apoio todo nosso, e nós gostaríamos de ter também o apoio das outras secretarias, das outras instituições, apoiando ao máximo possível para nós vencermos essa etapa, que eu acho que nós estamos atrasados. Proposta, portanto, é que a Titã coordene esse trabalho. Eleita por unanimidade coordenadora.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Ninguém se manifestando, então, a Tita fica sendo a coordenadora desse grupo.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – E eu posso encaminhar já uma coisinha, um deverzinho de casa para nós?

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – O mais rápido possível, por favor.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Olha só, eu estava querendo vê se nós poderíamos ver... Assim, por exemplo: como a CNS é nossa representante aqui... E Furnas também está junto desse processo... Aí eu queria ver com vocês qual a idéia que vocês teriam para nós mapearmos quais são as empresas, as indústrias que estão fazendo educação ambiental no licenciamento, para nós estarmos convidando, para nós estarmos identificando casos, estudos de caso, onde que nós possamos vir à luz para ver se ajuda nos processos dos estados. Aí eu queria ver um pouquinho se nós poderíamos ficar com esse viés de fazer esse diálogo bem do setor produtivo mesmo em relação aos estados. Nós podemos juntos pensar como é que poderia ser. Mas eu acho que se nós pudéssemos estar pensando nessa possibilidade de mapear o que os estados brasileiros estão fazendo de programas de educação ambiental no setor produtivo. E nós temos também o setor dos trabalhadores, que aí é uma outra ponta que está colocada aqui. Eu não sei como é que nós poderíamos estar também puxando. Mas vamos conversar primeiro isso. O que vocês acham da idéia, é possível?

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – A princípio eu preciso só... Como eu estou também participando hoje pela primeira vez, eu vou me certificar junto ao setor produtivo se realmente há um interesse de uma pessoa participar do GT conforme foi indicado pela Cleide. A Elisa Romano já tinha manifestado. Então, nós também participaríamos do Grupo de Trabalho. Quanto ao mapeamento... Claro, não há problema algum. Eu acho que seria até importante que nós tivéssemos um certo cuidado em dar visibilidade a pequenas e médias empresas,

porque nós sabemos que as grandes empresas têm grandes programas de responsabilidade socioambiental. E eu acho que isso poderia até ser o tópico de alguma Mesa Redonda... Nós focamos basicamente o que a pequena e a média empresa..., porque essas empresas não têm conseguido desenvolver grandes programas de responsabilidade socioambiental. Então, eu fico... Eu vou ter que consultar para ver exatamente como vai se organizar, se eu vou ser a representante definitiva, que existe também a possibilidade de eu substituir a Eliza. Mas a princípio, se eu ficar no lugar dela, eu tenho interesse em participar do Grupo de Trabalho, e eu posso ir fazendo esse mapeamento do setor produtivo, juntamente aos outros representantes, mas eu acho que com este cuidado, de nós não focamos somente... Que nós sabemos que a Petrobrás, a Vale, essas grandes empresas têm programas, mas eu acho que nós temos também que atentar um pouco para as pequenas empresas. E nesse sentido, o título que eu recebi numa minuta, era no setor empresarial e sindical... Aí também ficou a minha dúvida...

A SRª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – ...Setor produtivo, empresarial e trabalhador...?

A SRª. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – É, eu gostaria de entender um pouco melhor... Como é que esses trabalhadores entram, como receptores ou...? Para mim não ficou muito claro... Em termos de sindicatos...

A SRª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Eu acho que está claro os sindicatos, o que vem sendo feito também.

A SRª. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – O que os sindicatos vêm fazendo...

A SRª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – É. Que é uma outra... Que nós precisamos saber também o que eles estão fazendo. Faz parte do setor produtivo, na verdade. É uma relação direta, não é?

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Mais alguma proposta, mais alguma colocação dentro desse assunto? Patrícia, por favor.

A SRª. PATRÍCIA PINTO (OCA BRASIL) – Talvez você possa me ajudar, que eu tentei fazer umas reuniões aqui neste mês, mas não foi possível. E fiquei fazendo pesquisa. Então, eu fiquei identificando... Nós temos... Vê se eu estou errada: mineradores, grandes construtores, bancos e alguma ou outra empresa que está começando a fazer ou que já tenha um trabalho desses. Então, fica difícil montar um seminário para essa gama. São coisas muito diferentes. Apesar de a educação ambiental ser a mesma, o trato deles é completamente diferente de um setor para o outro. E eu acho que ou nós fazemos setorizado isso ou vai ter que fazer alguma coisa muito bem feita, que dê para atender todos os públicos, porque o público alvo aqui é enorme. E eu confesso, de mineradoras ou tenho uma pessoa que se prontificou a responder o que o conselho, o que o GT, a Câmara técnica quiser, que é da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, que tem um trabalho lindo de primeira, certificado no Brasil e no mundo. O 14.001, o ISO, eles têm um centro de pesquisa do cerrado em Araxá, Minas Gerais. E ele disse que, inclusive, se pessoas quiserem ir lá para vê o trabalho que eles fazem, para saber como é que eles pegaram os trabalhadores, porque eles deram também para os trabalhadores... Nós já demos também... Também é difícil, não é? Grandes empreendimentos de linha, também são totalmente diferentes. O que faz o lago da represa ou que leva a linha de transmissão. Então, era só para tomar cuidado, para não ficar uma coisa muito “samba do crioulo doido” aqui.

A SR^a. BEATRIZ RODRIGUES (FURNAS) – Eu concordo tanto com a Patrícia quanto com ela, mas eu acho importante nós também darmos visibilidade às experiências que estão acontecendo com as grandes, até que possa estar estimulando essas médias, porque as pequenas nós sabemos que não estão nem conseguindo realmente...

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – O objetivo na verdade desse seminário é que nós façamos uma reflexão do como que está fazendo, porque as grandes estão fazendo. Nós não temos segurança muitas vezes nas grandes nem nos pequenos e no médio. O que nós queremos dar aqui é o tom de educação ambiental crítica, uma educação ambiental que realmente promova a questão da qualidade de vida em função da questão da inclusão social, entendeu? Então, o que nós vamos fazer nesse seminário é dar luz, não só para poder trazer as experiências, mas para fazer uma reflexão do como está sendo feita essa educação ambiental a título de política pública. Então, nós vamos estar acolhendo e trazendo as experiências, e tudo mais, mas experiências onde que nós estejamos com esse olhar, entendeu? Eu acho que é essa a coisa. Nós não vamos lá para levar para fazer propaganda ou para isso ou para aquilo não. Nós vamos fazer um direcionamento dentro da política pública de educação ambiental. E como é que nós queremos isso. Como é que os estados estão fazendo essa questão... Esse diálogo junto com as empresas, como é que está se dando esse processo. Fazer uma avaliação desses projetos como é que estão se dando... Podendo realmente colocar a mão na ferida e poder fazer essa avaliação de uma forma com muita tranquilidade. Uma crítica num processo de construção de política. É isso que tem que ficar muito claro para nós.

A SR^a. MARIA JOSÉ S. HOLANDA (GOVERNO DO CEARÁ) – Uma grande preocupação que a Tita colocou aí é exatamente à forma como, porque nós sabemos que as grandes empresas, até para um direito ao licenciamento, ela tem que apresentar um programa de educação, que é uma exigência que se tem dentro dos estudos de impacto ambientais e dos RIMAs, dos Relatórios de Impacto Ambiental. Então, para que ela passe pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente, ela tem necessidade de apresentar esse programa. Agora, a avaliação disso, como ele está sendo implementado ou se ele realmente está sendo implementado é uma coisa que nós estamos discutindo dentro da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, já que tem 22 membros que representam, inclusive também na FIE que se faz representar, para que nós possamos ter essa visão de como se está fazendo. Fazemos a educação ambiental de que forma? No projeto bonitinho, nos *folders*, num vídeo mostrando que a empresa faz isso e aquilo, mas realmente de como ela está fazendo.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Bom, nós já entrando no Grupo de Trabalho e avançando até para o seminário. Vamos ficar aqui agora presentes, senão vai abrir muito o foco. Alguma conclusão em cima do tema? Mais alguma proposta objetiva?

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Eu queria passar aqui, só para nós podermos passar o nome e telefone das pessoas que nós vamos estar dialogando, e daí nós vemos como é que nós vamos conversar.

A SR^a. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA) – Presidente, eu estou tentando aqui voltar um pouquinho, porque tem algumas pessoas da Câmara técnica que não estão incluídas dentro do Grupo de Trabalho e como essa, vamos dizer, é a primeira atividade mais objetiva da câmara técnica, eu acho que seria importante que todos os membros da câmara técnica participassem desse Grupo de Trabalho. É uma sugestão que eu gostaria de fazer e perguntando às pessoas que não estão incluídas se gostariam de se incluir e se seria possível essa inclusão no Grupo de Trabalho do seminário. Acho que falta ali o Esporte, eu acho que Saúde, como faltava o Ceará também.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Isso é uma opção de cada conselheiro, de cada cadeira. Pode ser feita uma indução, em todo caso...

A SR^a. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA) – É porque como houve uma manifestação do Ceará, eu acho que é importante essa discussão. Eu acho que é um processo... É só uma sugestão.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Uma consideração da Cleide.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Olha, eu acho que essa adesão maciça de toda a câmara vem enriquecer demais os trabalhos. Eu pensei em fazer desta reunião hoje o fórum quase de um GT, para nós avançarmos bastante nas nossas decisões, nas medidas que nós temos que tomar. Não sei se nós teríamos hoje elementos para tomar mais decisões do que nós tomamos, mas... Como as pessoas estão em locais, em estados diferentes, marcar reuniões extras do Grupo de Trabalho às vezes poderia até inviabilizar. Seriam duas opções, nós avançarmos hoje ao máximo de decisão possível, máximo de detalhe de atribuição, definir especificamente atribuição de cada um dos membros, e membro de GT são todas as pessoas aqui presentes; ou então nós deixarmos para uma outra reunião de GT especificamente. Nós não podemos esperar daqui um mês uma decisão de câmara técnica. Nós precisamos nos reunir de forma bastante objetiva em cima de seminário. Então, está sempre aberto, gente, à participação. São públicas e são muito bem-vindas. Nós insistimos em que todos participem, que todos possam contribuir. Acho que não vale nem a pena ficar discutindo se vale a pena entrar ou não. Não é o caso. É o caso de nós já colocarmos mãos à obra.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Olha só, eu queria sugerir o seguinte: que na próxima reunião, que acho que nós poderíamos agora socializar tudo que já foi... Todo mundo... Nós vamos abrir aqui, Cleide, o seminário? Acho que não era o caso... Você não está achando, não é? Talvez o seguinte: acho que nós... Seria interessante talvez pegar aqui agora mais 30 minutos para vê se nós poderíamos fazer umas sugestões concretas em cima do seminário. Daí, acho que na próxima reunião nós tiramos umas duas horas de relógio, dá para bater o martelo total de tudo, com detalhes, com os estudos de caso. E aí nós consolidamos aqui e começamos a abrir a divulgação. Minha proposta seria esta, de nós agora trabalharmos 30 minutos em cima dessa pauta do seminário. Nós nos comprometeríamos de fazer esse diálogo com todos, daí juntando os estudos de casos, fazendo o contato com as pessoas, com os profissionais, vendo quantas passagens que precisa... Vendo o operacional. Na próxima reunião nós tiraríamos duas horas de trabalho em cima do seminário, concreta, logo no primeiro ponto de pauta, para nós fecharmos e vermos todos os detalhes. Fazer uma coisa bem operacional na próxima reunião. E agora nós poderíamos dar uma lida para vê que sugestão que entra aqui para nós já avançarmos mais um pouquinho.

A SR^a. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA) – Eu queria mais uma vez esclarecer porque eu sugeri que a câmara técnica inteira participasse, porque nós estamos agora neste momento discutindo o Grupo de Trabalho do seminário. Então, quer dizer, esta reunião é para discutir o seminário, então todos os presentes que fazem parte da Câmara Técnica fazem parte desse Grupo de Trabalho ou não. Ou então nós vamos separar e vamos dar andamento à reunião da câmara técnica e deixar o Grupo de Trabalho específico discutir o seminário.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Nós estamos na câmara técnica, ainda não entramos no Grupo de Trabalho.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – A proposta agora é discutir o seminário com este grupo todo aqui e fechar alguma coisa. O que eu estou...

A SR^a. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA) – Tem algumas ações que estão sendo propostas, passagens etc., formato, que acho que aí é questão...

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Mas aí é o próximo passo, é operacional, que nós vamos fazer. A título de coordenação, nós vamos puxar todas as possibilidades, trazer para esse grupo aqui, para consolidar isso que eu coloquei. Você não entendeu.

A SR^a. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA) – Eu só quero saber se esses detalhes da operacionalização do seminário vão ser tratados na câmara técnica ou no Grupo de Trabalho. Só isso.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Tem diferença sim.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Duas coisas: pessoal, eu estou vendo aqui, acho que houve um engano na hora de colocar discussão, proposta educação ambiental no setor produtivo, empresarial e sindical. Então, já tinha sido aprovado na passada que seria sindical e ainda por engano ficou aí. Nós estamos modificando também a ata... Os resultados. A minha idéia era fazer sim hoje desta Câmara Técnica o fórum para nós discutirmos o seminário e avançarmos o máximo possível que pudermos. Na parte de planejamento, de decisões. E depois operacional fica na tarefa de cada um de GT.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Todos de acordo com essa proposta? Portanto, todo mundo de acordo, então, vamos proceder essa proposta da Cleide. Titã, você quer... Está concluído? Ok. Então, vamos fazer a leitura? A Tita, por favor.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – “Seminário Educação Ambiental no Setor Produtivo Empresarial e Sindical. Apoio”. Então, aí eu acho que nós já aumentamos os apoios, acho que nós já... Estão todos com o papel aí? O apoio: ANAMMA, Governo do Estado da Bahia, o órgão gestor da política nacional... O que mais, gente? Acho que poderia colocar a Câmara Técnica do CONAMA, não é? Educação Ambiental. Câmara Técnica é a CONAMA...

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Para colocar nós teríamos que colocar aqui como apoio oficial tudo que chegasse por escrito para nós. Do apoio de cada um.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Então, nós aguardarmos por escrito de vocês, Furnas... Nós já colocamos aqui. Vamos colocar só título de minuta: Furnas, CNS, a Vale do Rio Doce também que foi colocada; FIESP, FIEB, da Bahia... Governo do Espírito Santo; Goiânia, não é? Inicialmente esses e nós aguardamos essa coisa oficial. “Justificativa: os graves impactos das mudanças socioambientais globais no desafio na busca por novos caminhos, transformando os paradigmas produtivos, culturais, econômicos, políticos e éticos para a construção de sociedades e para a melhoria da qualidade de vida ambiental de todas as pessoas. Nos setores empresariais e econômicos este desafio se reflete no conceito de responsabilidade socioambiental, que se refere ao empenho destes setores na construção de sociedades mais justas e ambientalmente sustentáveis. Tal empenho passa por ações como a mobilização de recurso para transformar e desenvolver o ambiente onde as empresas se inserem e atuam incluindo ainda questões relacionadas a direitos sociais, direitos humanos, direito ao trabalho, relação com a comunidade, com o Estado, consumidores e outros. Com isso, nota-se no ambiente empresarial a adoção de ações voltadas à identificação, processos

produtivos ecoeficientes, ao gerenciamento de resíduos, à redução de consumo de energia, água e matérias-primas; conservação ambiental, parcerias e diálogos com as comunidades, certificações, incentivos ao consumo consciente, *marketing* verde, ações de educação ambiental etc.". A Lei 9795 de 99 que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental obriga o engajamento dos meios de comunicação de massa das empresas entidades de classe, instituições públicas e privadas e outros na promoção da educação ambiental e na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente. Todavia, falta uma regulamentação legal que traga clareza do papel dessas importantes instituições na implementação da política, faltando ainda a avaliação das ações e práticas discursivas de educação ambiental realizadas por elas. Ciente do seu papel, a Câmara Técnica em educação ambiental do CONAMA propõe o presente seminário dando início a um processo que visa apoiar o fortalecimento e qualificação e a definição de papéis dessas instituições empresárias, produtivas e sindicais na implementação da política. O objetivo geral: promover um diálogo sobre as ações de educação ambiental realizadas pelo setor produtivo, empresarial e sindical, contribuindo para o fortalecimento e qualificação dessas ações, bem como uma proposta normativa de regulamentação do art. 3º da Lei 9795. Os objetivos específicos: promover o diálogo sobre a contribuição no setor empresarial, produtivo e sindical, a implementação da política e a sustentabilidade planetária; realizar intercâmbio de experiências e debater sobre práticas EA realizadas pelos aludidos setores, socializando resultados; discutir sobre princípios e diretrizes que possam subsidiar as atividades normativas do CONAMA e os órgãos de governo na formulação de política pública de EA com foco no setor empresarial-produtivo; avaliar as ações de EA realizadas pelo setor produtivo, empresarial e sindical, identificando elementos que contribuíam para a formulação de indicadores de avaliação para essas práticas; estudar com o setor produtivo e empresarial mecanismo de incentivo a financiamento para as ações de EA. Qual é o público? Os conselheiros desta Câmara Técnica, empresas, sindicatos, integrantes do órgão gestor da política nacional e outros profissionais do setor produtivo e sindical que desenvolvem ou desejam desenvolver atividades em EA; a metodologia está aí para nós vermos como é que seria, que está colocado como Mesas Redondas do Grupo de Trabalho, palestras e relatos de experiência, que seria a disseminação e troca de experiência, oportunidade para as empresas e sindicatos mostrarem ou narrarem suas experiências e práticas em EA. Os interessados escreverão por meio de um projeto, expondo metodologias e resultados alcançados, passando pela comissão que vai analisar e selecionar os melhores casos. E a apresentação expositiva se dará através de metodologia a ser definida pelo apresentador, Mesa Redonda ou painel". Então, está aberta agora às contribuições, e acho que mais no foco realmente das metodologias dos estudos de caso, Mesa Redonda e dos relatos de experiência.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Vamos abrir considerações, então, em cima dessa justificativa? Ok. Então vamos dar continuidade? Patrícia.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – ...Sugerindo que nós trabalhemos que nós trabalhemos as metodologias daí para baixo. Do ponto 5 para baixo.

A SR^a. PATRÍCIA PINTO (OCA BRASIL) – Eu fico olhando esse objetivo geral, os específicos e o público alvo e fico pensando: o que será que pode servir de chamariz para o setor empresarial a resolver fazer educação ambiental? Vocês que já trabalham com isso em muitos lugares têm alguma coisa... Assim: "Antes de fazer educação ambiental era isso e depois de fazer...". O que muda para uma empresa, para os trabalhadores... Especificamente: o que pode servir de chamariz para eles não acharem que é uma besteira como a maioria ainda acha?

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Olha só, eu queria só lhe esclarecer o seguinte, que os programas de educação ambiental estão contemplados dentro do licenciamento ambiental.

A SR^a. PATRÍCIA PINTO (OCA BRASIL) – Eu sei, eu já fiz.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Mas então não entendi sua pergunta.

A SR^a. PATRÍCIA PINTO (OCA BRASIL) – Eu fiz para elas, porque elas trabalham em Furnas... Eu quero saber como nós deixamos atrativo para o setor empresarial participar do seminário.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Mas atrativo, eu acho que nem cabe como atrativo. O que nós estamos querendo, na verdade, é discutir com esse setor que já educação ambiental no seu processo de licenciamento e... Nós vamos convidar todo mundo. Mas acho que o atrativo é...

A SR^a. PATRÍCIA PINTO (OCA BRASIL) – Convidar, nós podemos continuar convidando a vida inteira e as pessoas não irem. É por isso que eu acho interessante que faça um seminário para dar certo, não só para ficar bonito.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Com certeza. Mas eu não entendi a palavra atrativo. Foi isso que me chamou atenção.

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – Eu acho que eu entendi a sua colocação. Eu acho que toda vez que nós pensamos em organizar um evento, nós somos bombardeados de informações hoje em dia. Então, se tratando ainda de um tema ligado à educação, ligado ao meio ambiente, que são temas tão críticos e polêmicos, então, como é que você vai mobilizar o setor produtivo, empresarial, seja no setor da agricultura, da indústria... Eu estou falando no setor produtivo como um todo. Por que alguém, um gestor de meio ambiente de uma indústria ou de um agronegócio, de um banco, vai querer passar três dias discutindo isso numa conferência. Eu entendi a sua pergunta nesse sentido. Então, que estratégias de comunicação, o chamariz, como é que nós vamos chamar essas pessoas, como é que nós vamos cutucá-las, qual vai ser o incentivo para elas participarem, além de apresentarem cases e repente darem visibilidade para o que está sendo pela sua empresa... Como é que nós vamos...

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Olha, eu acredito que o maior interesse das empresas seria nos resultados que o seminário trouxesse, porque aquilo que o seminário trazer como resultado é o que vai interferir dentro das políticas privadas. Então, o atrativo é definir que os resultados serão colocados em prática, quais resultados, que é aquilo que quem não estiver participando não vai ter sua opinião. Então, o resultado é ênfase daquilo que foi discutido, que eu acho que é um atrativo muito grande. Os resultados positivos mesmo. Opinião, não é?

A SR^a. BEATRIZ RODRIGUES (FURNAS) – Eu entendi que a Patrícia fez essa colocação mesmo. E na hora aqui a primeira coisa que veio na nossa cabeça foi assim: está *linkando* a responsabilidade social, a visão da empresa, que ainda não tem jeito, o empresário vê por esse... O que eu vou ganhar com isso para estar lá três dias discutindo essa... Então, além da obrigatoriedade que está na questão do licenciamento, hoje se faz a educação ambiental corporativa mesmo. Eu acho que o *link* é esse mesmo, de estar ligado à visão da empresa. A imagem que ela vai estar passando de empresa responsável, cidadã. Eu acho que o caminho... É uma opinião também.

A SR^a. PATRÍCIA PINTO (OCA BRASIL) – Nós não teríamos como medir o que ela teve de ganho nessa parte de quando ela começou a fazer educação ambiental ou começou a ter um setor voltado para meio ambiente.

A SR^a. BEATRIZ RODRIGUES (FURNAS) – Eu penso que não. Eu estou raciocinando por Furnas. Eu não sei se ela teria pelo menos um indicador...

A SR^a. PATRÍCIA PINTO (OCA BRASIL) – Tem umas fábricas de papel – eu esqueci – também. Por acaso na reunião das fontes.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Olha, eu tenho uma impressão que dentro do setor privado essas estratégias são de *marketing*. Não são políticas que possam ser de longo prazo, porque se muda o foco as empresa imediatamente mudam o seu foco também, porque se não dá mais ibope, a história, cai todo mundo fora da situação. Então, é importante que a continuidade seja um resultado, porque sempre a empresa tende para aquilo que dá mais ibope, aquilo que chama a atenção. No momento todo mundo fala nisso. Se parar de falar, ninguém mais do setor privado vai falar desse assunto. Por mais que o setor público queira incentivar, se a mídia não estiver falando do assunto, morre. Nós temos que ser bem objetivos dentro daquilo que acontece dentro do setor privado.

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) – Eu concordo com a questão do *marketing*, mas eu acho que essa questão é um caminho sem volta em relação à responsabilidade social, que ele está amarrado em credibilidade. Cada vez mais nós estamos sendo forçados a ter uma transparência das ações. Então, não tem como você não ter um retorno disso, porque não é só uma questão de *marketing* nessa questão especial. Eu acho que as empresas estão cada vez mais sendo obrigadas, como nós estamos em relação à questão ambiental pela legislação, a questão da transparência das suas ações. Então, eu acho que a responsabilidade social vem fechando em relação a isso.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Olha só, eu queria voltar aqui para o foco da idéia das metodologias, que nós temos aqui possibilidades: Mesa Redonda, GTs, palestras e relatos de experiência. Então, eu gostaria já de sugerir. Eu acho que antes de nós entrarmos aqui na Mesa Redonda, eu queria sugerir o seguinte, uma estratégia de mobilização para esse seminário. Que acho que seria identificar os setores produtivos, por exemplo. E fazer... Como é que nós poderíamos está já identificando onde é que teria experiências dentro desse setor produtivo, para nós trazermos para cá... É isso que eu queria, Cleide, porque foi um critério colocado aqui, por exemplo... É o relato de experiências, “visa a disseminação e troca de experiência, oportunidade para as empresas e sindicatos mostrarem ou narrarem suas experiências. Os interessados inscreverão por meio de um projeto expondo metodologias”. Então na verdade isto aqui é relato de experiências que nós daríamos, deixaríamos em aberto. Não na Mesa Redonda, não é? Seria já um relato de experiência. E na Mesa Redonda eu acho que nós poderíamos trazer, por exemplo, responsabilidade socioambiental, eu acho que é um ponto para uma Mesa Redonda; licenciamento ambiental, também; a questão do mapeamento nos estados, como é que está sendo feita essa questão nos estados. Estado da arte, na verdade, da educação ambiental, a partir com o olhar dos trabalhadores e empresários; e a compensação ambiental. Então, eu já listei quatro pontos que nós poderíamos estar pensando em Mesas Redondas. A título de Mesa Redonda. Acho que nós poderíamos aí esgotar Mesa Redonda, Grupo de Trabalho, relato de experiência, palestra, estudo de caso, eu acho que nós poderíamos ir já meio que descendo para operacionalizar.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Eu tenho que atender aqui o telefone toda hora e perdi um pouquinho o fio da meada. Eu queria, Patrícia, só retomar a sua pergunta. Eu acho que a sua preocupação é legítima e eu acho que é produto, a resposta a essa preocupação é o produto do seminário. Então, nós vamos, como é objetivo do seminário

promover o diálogo, realizar intercâmbio de experiência, discutir os princípios que possam subsidiar as atividades normativas, avaliar as ações do setor produtivo, estudar mecanismos de incentivo ao financiamento da educação ambiental. Eu acho que isso é o produto do seminário. Aquela resposta àquela preocupação estaria neste produto. Eu acho que nós temos que pensar sim o que fazer, qual a metodologia a ser utilizada para que nós tenhamos realmente essas respostas para que nós atinjamos isso. E nós vamos ter que fazer uma Mesa Redonda, nós vamos ter três dias, a primeira sugestão que eu faço é que nós trabalhemos com o licenciamento e compensação ambiental na mesma Mesa Redonda, porque eles se interagem. Então, seria o primeiro item para nós agregarmos. E deixar aí umas três Mesas Redondas para depois dar tempo para outros tipos também de apresentação. Para nós fazermos o cronograma mais detalhado, hora-hora, quanto tempo, se é de manhã ou se é de tarde, os participantes, sugestões de nomes para compor a Mesa. Acho que não vai sair tudo hoje, mas alguma coisa nós já mapeamos aqui quem é que vai trazer nomes para compor esses itens.

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – Eu tenho uma pergunta: quando vocês colocaram grupos de trabalho, vocês estão pensando esses grupos de trabalho relacionados às temáticas das Mesas Redondas ou seriam grupos de trabalho trabalhando sobre outras temáticas?

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Não tem nada fechado. Eu acho que poderia ser...

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – O objetivo da Mesa Redonda é trazer o tema e a partir disso...

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Talvez nós pudéssemos fazer um formato de seminário nas manhãs as Mesas Redondas e os debates e a tarde aprofundar, descer para os grupos de trabalho. E no final do dia a apresentação desses grupos de trabalho, por exemplo, e os encaminhamentos, os termos de referência que vão sair. Porque, por exemplo, pode ser um grupo de estudo para tratar de um termo de referência de educação ambiental no licenciamento. Minas nós sabemos que tem, Bahia está construindo agora. Então, eu precisava ver os outros estados como é que está. Talvez todo mundo que estivesse construindo o seu termo de referência de EA no licenciamento pudesse ter um termo, um Grupo de Trabalho para aprofundar isso. De manhã viria à luz dos profissionais e dos pesquisadores e de tarde nós aprofundaríamos. Eu acho que fica interessante essa idéia, não é?

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Olha, eu queria fazer uma colocação aqui quanto ao título do seminário: A Educação Ambiental no Setor Produtivo Empresarial e Sindical. Quando nós falamos de educação ambiental no setor produtivo, ele pode ser público ou privado. E quando nós falamos “empresarial e sindical”, o sindical tudo bem; empresarial, você está voltando de novo ao setor produtivo, empresa pública ou empresa privada. Eu acho que poderia ser mais objetivo esse título do seminário, porque setor produtivo público e privado e empresaria, parece que nós estamos dando conotação que o setor produtivo e empresarial são coisas diferentes, sendo que setor produtivo é o setor produtivo, que é público ou privado. E empresa também. Existe empresa pública e existe empresa privada. A Petrobrás. Então, eu acho que o título do seminário não está convencendo muito. Alguém tem alguma sugestão. Alguém tem alguma sugestão?

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) – Retornando à questão do chamariz, nós temos duas questões. Educação ambiental, tanto por setor corporativo interno como para a fase de licenciamento são duas questões que realmente têm um apelo à nossa parte, exatamente que nós trabalhamos nas nossas empresas. Eu não sei se para vocês, mas eu acho que... São dois pontos que realmente estão bastante... Chamariz, de chamar o público para um seminário, porque dentro do título, se alteraria o título do seminário, nós estamos colocando que poderia

ter esse chamariz do setor do licenciamento como uma questão do nome do seminário não voltar... Esse seria só específico...?

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Talvez a questão seria o empresarial, é que ele está redundante, setor produtivo. A educação ambiental no setor produtivo. Agora, o sindical não é um setor produtivo e ele está sendo convocado aqui no título. Então, eu acho que pode...

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) – (...)

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – O setor sindical não promove educação ambiental dentro do cor dele, não? Não existe isso. Eu não conheço nenhum sindicato que desenvolva... Não existe.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Mas aí nós deveríamos já entrar dentro do Grupo de Trabalho e levantar esse caso e ver se é pertinente ou não.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Eu acho que nós não podemos mudar isso não. A criação quando a Rachel propôs, ela propôs exatamente fazer o *link* dos trabalhadores com o sindicato etc. Eu acho que é importante que nós ampliemos essa visão.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Nós tivemos uma reunião já em que o setor produtivo pediu que não se usasse esse termo, mas que usasse setor empresarial ou alguma outra, porque parece que quando fala produtivo que o outro setor não é produtivo. A educação ambiental no setor empresarial, sindical ou educação ambiental... Alguma outra coisa... Agora, o sindical nós temos o sindicato patronal e o sindicato dos trabalhadores. Então, eu acho que existe sim essa interface grande do sindicato trabalhar na educação ambiental. Eu não sei como funciona.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Então, seria o setor produtivo que não é considerado pelas empresas?

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – É, a educação ambiental no setor empresarial e sindical, porque é redundante produtivo. Entre optar produtivo ou empresarial, nós ficaríamos com o empresarial.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Empresarial, porque o empresarial pode ser tanto público quanto privado.

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – Posso dar uma sugestão? Por que nós não colocamos: o futuro da educação ambiental no setor produtivo e sindical? Eu acho que nós precisamos de uma coisa assim..., porque está muito assim: “a educação ambiental...” Eu acho que uma coisa que projete um pouco o futuro, as perspectivas, os desafios, alguma coisa que...

A SR^a. BEATRIZ RODRIGUES (FURNAS) – Eu só não gostei porque continuou no setor produtivo. Se for esse título...

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - Que quando falo as perspectivas, fica pensando só no futuro. Nós estamos aqui vendo o que tem primeiro o estado da arte (...). Nós sabemos que coisas pontuais, ninguém sabe nem como é que vai fazer. Tem coisas sérias e não sérias. Nós precisamos colocar esse dedo aí para (...) nós fazemos essa (...) à luz dessas coisas todas...

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) - Eu acho que então os desafios, porque o desafio implica em você fazer uma avaliação do que você tem e do que você pode mudar. Então, você coloca: os desafios...

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Então seria: os desafios da educação ambiental...

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) - Para o setor produtivo (ou empresarial)... Eu não vejo muita diferença, mas, enfim.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Os desafios da educação ambiental no setor empresarial e sindical...

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) - Para, eu diria.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Eu acho que do....

Paulo: Olha, quando nós falamos o seminário é... Desculpa.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – ... dá a sensação de que nós vamos chegar lá e dizer: “Ah, os desafios são esses...”. Eu acho que é no. No processo.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Aqui quando nós estamos falando no nome a educação ambiental, parece que nós estamos com uma lupa em cima do tema para ver como que ele está. Então, eu entendo bem que o objetivo é alguma coisa para o futuro mesmo. É planejamento, não é simplesmente um olhar sobre o presente.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - Então, vamos fechar: “os desafios da EA no setor empresarial e sindical”. Gente, vamos embora aqui... Estou doida para...

A SR^a. BEATRIZ RODRIGUES (FURNAS) – Só um pouquinho. Quando estava discutindo anteriormente aqui da Mesa, talvez se nós formos juntar o licenciamento com a compensação, pudesse estar chamando a educação ambiental no processo de gestão ambiental, como vem usando a DEA, até no próprio termo de referência. É uma sugestão, mas nós podemos...

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Educação ambiental não é gestão., porque quando fala educação ambiental na gestão, você não está falando no licenciamento, porque gestão, você entra em outras coisas.

A SR^a. BEATRIZ RODRIGUES (FURNAS) – É como o DEA vem utilizando, inclusive dentro do termo de referência... O DEA, a Diretoria de Educação Ambiental vem utilizando...

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Eu sei que vem utilizando, mas nós não podemos perder esse foco. Nesse sentido que eu estou dizendo. Eu acho que coloca ali do lado, para depois nós vemos como é que destaca isso. É legal colocar...

A SR^a. BEATRIZ RODRIGUES (FURNAS) – É que quando a Cleide trouxe a sugestão de juntar o licenciamento com a compensação... Mas você razão também, eu acho que é bom nós estarmos frisando o licenciamento mesmo.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Porque gestão implica em como é que está o órgão ambiental, como é que está organizada a estrutura ambiental no município, por exemplo. Aqui no nosso caso, o SISNAMA, Sistema Nacional, como é que está o CONAMA; nos estados como é que está os conselhos, o CEPRAM, o órgão ambiental. Isso é gestão. E dentro da gestão tem o licenciamento. Tem a fiscalização, tem isso, tem aquilo outro. Mas no nosso caso aqui, eu acho que nós podemos tratar das duas coisas. Falar da... Na gestão acho que nós vamos estar falando da política, que já está contemplado... Coloca para nós no quarto item. “Gestão da educação ambiental-política nacional”, porque aí é política nacional focada na gestão como um todo. É um destaque. Licenciamento tem que ficar com..., porque são três dias, aí nós vamos fazer uma Mesa Redonda, que pode estar juntando esses temas todos na Mesa Redonda. Um fala da gestão, o outro fala do licenciamento e vai descendo. Mas vamos colocar primeiro as idéias gerais, daí nós montamos as mesas.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Titã, como é que ficou, então, o título?

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – O título do seminário? Voltar lá de novo?

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Você fez uma sugestão.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Não, aquele mesmo que você tinha falado. Os desafios da EA no setor empresarial e sindical. Não é isso, minha gente, que ficou?

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – Como nós não vamos comunicar isso agora, se nós pudermos elaborar...

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Tá. Isto aqui dentro do Grupo de Trabalho pode ser discutido mais objetivamente.

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – ... Pode elaborar mais.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – ...Desafios e perspectivas por ter essa visão de futuro. O que você acham?

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Pode ser também. Os desafios e perspectivas da EA no setor empresarial e sindical.

Cuidado para também não ficar muito comprido, que perde um pouco a objetividade.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – No setor empresarial e sindical. Vamos voltar em Mesa Redonda, o que mais que nós poderíamos estar pensando em Mesa Redonda? A gestão, licenciamento, compensação, mapeamento, a responsabilidade social, socioambiental. Eu acho que está bom. Está legal. Então, vamos ver agora os GTs. E os GTs, então, seriam à luz dessas Mesas Redondas. Coloca aí para nós: “GT – montar de acordo com as Mesas Redondas”, porque a idéia seria de nós de manhã estarmos discutindo com os profissionais nas Mesas Redondas, com as pessoas que estão tratando dessa questão e de tarde nós aprofundaríamos. Isso na metade da manhã, vamos dizer, porque aí ainda tem os casos. Talvez os estudos de caso caibam nessas mesas. Talvez a manhã inteira tratando desse tema e aprofundando e de tarde os GTs. De acordo com as Mesas Redondas. Agora, vamos pensar nos estudos de caso, que nós já tínhamos...

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – Eu estou um pouco preocupada, como as palestras... Eu acho que nós temos que pensar também como cada ação se junta com a outra, senão você vai ter coisas muito soltas, não é? Vou para uma Mesa Redonda ou vou para uma palestra?

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Não, não. Eu acho que essa palestra nem é da Mesa Redonda. Pode até tirar palestra. Dentro da Mesa Redonda nós montamos as conferências...

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – Mas você não vai ter nenhum momento que todo mundo vai estar numa plenária?

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – É para todo mundo. A Mesa Redonda é para todos. O tempo todo.

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – Não são Mesas Redondas concomitantes, não?

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Não, nada concomitante. A idéia da manhã seria trazer nas Mesas Redondas onde que aconteceriam as palestras, os estudos de caso. E o destaque era a tarde com os grupos de trabalho. Mas na manhã pegaria...

A SR^a. BEATRIZ RODRIGUES (FURNAS) – Então elas saem avulsas daqui?

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Exatamente. Tira palestra daí, nós ficamos com a Mesa Redonda e os grupos de trabalho. E os relatos de experiência entram na Mesa, o estudo de caso entra na Mesa. Aí nós vamos aprofundando. Faz um modelo bem... A palestra vai entrar na Mesa Redonda. O item palestra, porque vai acontecer. E o relato de experiência também entra nas Mesas Redondas. Agora, vamos trabalhar um pouquinho, gente, a idéia dos estudos de caso, porque tudo isso vai ser acolhido dentro da Mesa Redonda. Nós montamos uma Mesa Redonda... Vamos fazer essa idéia geral, depois nós... Eu estava pensando de nós fecharmos só o estudos de caso. Vamos pegar primeiro estudos de caso. Mais 15 minutos.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Até meio dia e meio, tudo bem?

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Então está ótimo. Olha só, vamos colocar estudos de caso e depois nós entramos na sugestão de nomes. Tinha aquele primeiro estudo de casos que nós propusemos, que é o uso do audiovisual na construção do diagnóstico participativo. E aí você vai agora colocar estudos de caso, embaixo. Uma primeira sugestão. E aí vocês poderiam dar sugestão de estudos de caso.

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – Eu vou ter que consultar, vou ter que mapear. Agora, agora...

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Que nós poderíamos pensar estudo de caso no licenciamento, o estudo de caso na compensação ambiental, se tem algum estado que tenha. O que mais, gente?

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) – Poderia também ter (...) de setor (...) média empresa ou na mineração, na... Poderíamos diversificar um pouco os estudos de caso...

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – Direciona o público, não é? Facilita para o público escolher o que ele quer assistir. Eu acho que vai ser quase inevitável de você ter coisa ao mesmo tempo. Senão as pessoas, elas vão... “Isso não me interessa...” Você tem que ter pelo menos duas. Duas pessoas. Duas coisas acontecendo.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Isso é uma estratégia, não é? Que é estratégia da concepção do seminário, que nós vamos estar contemplando o pequeno, médio e grande empreendimento que está desenvolvendo EA.

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – E sindicatos. Você tem quatro áreas. Eu acho que você pode agrupar pequeno e médio, que acho que você não vai ter muita diferença.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Pequeno e médio...

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – Grandes empresas...

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Grandes e sindicatos. Então, nós temos três modalidades para nós trabalharmos. Contanto que nós tragamos estudos de caso focados nessas três modalidades. Viu, gente? nós já avançamos aqui. Outra estratégia é identificar os setores empresariais e sindicatos. Eu acho que isso é importante. Identificar. Vocês têm facilidade para identificar isso, não têm? Olha só, nós estamos montando umas estratégias, tipo assim: identificar os setores. Quais são, porque dentro dos setores tem a mineração, tem a agricultura, tem... Enfim. Construção... Então, identificar os para nós podermos estar convidando esse povo para cá. E até vê se eles têm estudos de caso aí dentro. E outro critério é que nós tragamos três estudos... Garantamos três estudos de casos com certeza, do pequeno e médio, do grande e do sindicato.

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – Eu acho que você consegue mais.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Isso que eu estou dizendo... Mas eu estou dizendo a critério mínimo de nós termos três estudos de caso, cada um não sei... E nós podemos vê mais. Com certeza, porque são três dias, então, são três Mesas Redondas. Dentro de cada Mesa Redonda, nós destacamos esses três, de cara. E depois em seguida nós podemos até fazer um destaque especial a algum estudo de caso que tenha uma coisa que nós consideremos bastante avançada para dar uma visibilidade maior. Então, nós poderíamos eleger quatro estudos de caso? São três dias. Três manhãs. Cada manhã na Mesa Redonda, entraria também um estudo de caso. Para não ficar um dia só de estudo de caso, senão ninguém vai agüentar. Então, dissolve três manhãs e que nós ainda damos um destaque especial a um estudo de caso que nós consideremos... Depois da Mesa Redonda nós... Vamos dizer que a Mesa Redonda aconteça de 8h30 às 10h30, duas horas de trabalho, todos os dias. De 10h30 às 12h, nós ficamos com algumas possibilidades de pensar em alguma coisa. Relatos de experiências que nós identifiquemos, um estudo de caso mais... Relato de experiência... Exatamente. Que nós temos que colocar. Então, eu acho que nós poderíamos pensar nisso, de 8h30 às 10h30 as Mesas Redondas contemplando aqueles quatro pontos, gestão, licenciamento, mapeamento, e tal. Nós focamos aquilo ali. Depois, de 10h30 a 12h30, nós ficamos com relato de experiências... Relato de experiências, pode ser até um estudo de caso aí dentro. Fica com relato de experiências. Três dias para poder fazer isso. Aí nós teríamos além de três estudos de caso que nós estaríamos sugerindo para poder nortear nossa política, nós abriríamos para o público em geral relato de experiência onde viriam experiências que nós também consideremos importantes. E pode ser um estudo de caso. Mas nós falamos relato, porque nós abriríamos a inscrição para chegar a relatos.

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) – Mas (...) estar divulgando, as pessoas já poderiam fazer inscrição, para nós termos mais ou menos um número...

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Exatamente. O que foi aqui. Se você vê aí nessa minuta, fala relato de experiência. “Os interessados se inscreverão por meio de um projeto expondo metodologias e resultados”. Então, nós daríamos uma oportunidade para abrir para todo mundo. E aí nós teríamos aqui alguns critérios para nós decidirmos nesta câmara técnica quais seriam os relatos que nós consideramos que seriam importantes a serem vistos e serem avaliados, porque poderia ser relato onde que nós pudéssemos estar fazendo... Também uma coisa de uma análise, uma avaliação de indicadores. Talvez nós pudéssemos... Esses relatos de experiências... E nós deixamos muito claro na hora da inscrição que são relatos de experiências que estariam à luz da política nacional, que nós estaríamos fazendo uma reflexão junto com eles dessa coisa. Era como se fosse um estudo mesmo. Então, aproveitar esse seminário para que ele nos indique possibilidades de caminhos. E que nós estaríamos fazendo uma análise mesmo. Não seria uma crítica, mas uma análise à luz da política nacional para que se...

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Eu acho que o estudo de caso nós tínhamos que trazer fechado já, por isso nós estamos pedindo um mapeamento de estudos e trazer quatro estudos de casos, ou três que seja, mas que eles já sejam fechados. E nós devemos deixar um espaço aberto para informes, que são os estudos de caso, esses que nós estamos falando, de experiências em que haveria possibilidades das pessoas virem. Seria uma tribuna aberta. Para que nós pudéssemos colher também aquilo. Mas que nós trabalhássemos em três estudos com bastante peso, que já fosse feito...

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – E esses estudos, Cleide, a sugestão é que eles estejam contemplados dentro da Mesa. Em cada dia, na manhã, nós montaríamos as mesas e...

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Perfeito.

A SRª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – ...Três estudos... Aliás, eu poderia colocar um quarto item aqui dentro do item B estudo de caso. Ao invés de colocar...

A SRª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Só um minutinho, ele não entra uma quinta Mesa, ele permeia toda um. Responsabilidade social/estudo de casos, licenciamento ambiental/estudo de caso, mapeamento/estudo de casos. De cada um deles.

A SRª. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – Eu tenho uma sugestão. Eu acho que nós devemos ter sim um estudo de caso dentro de cada Mesa Redonda, mas eu acho que se nós nos limitarmos só a três estudos de caso e você falar assim para as pessoas: “As pessoas vão dar seus depoimentos”, eu acho que o que você vai perder é a parte visual, principalmente, porque muitos desses estudos de caso podem ter tanto fotografias, panfletos, quer dizer, um material visual que as pessoas precisam se preparar para levar. Eu acho que fica bastante entediante aparecer meia dúzia de gente falar assim: “Ah, porque lá no sul do Rio Grande do Sul...”. Quer dizer, é importante que as pessoas dêem a sua contribuição, mas eu acho que mais do que elas darem sua contribuição, elas levarem material para que as pessoas possam visualizar. Então, você quer entender a metodologia do projeto de educação ambiental e você quer visualizar como é que ele está sendo implementado. Então, eu acho que para isso nós teríamos que montar uma metodologia, um formulário... Nós precisamos pensar melhor isso, como você vai consultar e abrir um pouco esse número de estudos de casos para que as pessoas levem, inclusive... É apresentação em *power point*... Para que nós lá já estejamos preparados para essas... Senão vai ser... Quer dizer, a pessoa levantando e falando: “Lá: na minha empresa...”. Eu acho que tem que ter um pouco esse cuidado como nós vamos apresentar os casos.

A SRª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – As Mesas Redondas, elas são duas horas de mesa. Se nós gostaríamos de aprofundar, por que não fazer isso no Grupo de Trabalho em que nós elegeríamos, três ou quatro, não sei quantos ainda, grupos trabalho, em que nós pudéssemos consultar relatórios, nós pudéssemos ver as fotos, ver... Ou seja, no Grupo de Trabalho a consulta é mais corpo-a-corpo. Apresentação de uma palestra de um caso lá na Mesa Redonda não dá esse conhecimento tão específico, esse aprofundamento. Eu sugeri que tudo isso que você está falando fosse feito no Grupo de Trabalho.

A SRª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Olha só, de qualquer sorte, você concorda que nós precisamos garantir o estudo de caso em cada uma das três mesas? O formato, eu acho que nós podemos estar pedindo para trazer qual é a concepção desse estudo de caso, ele surge aonde, qual é a metodologia trabalhada e os resultados. Uma coisa bem assim. Ao lado disso, como nós já garantimos que os GTs vão ser à luz das Mesas Redondas, nós garantimos um GT só de estudo de caso, por exemplo. Ou então dois, três estudo de caso. Nós garantimos um GT de EA no licenciamento, que para nós é fundamental, o estudo de caso é fundamental, responsabilidade socioambiental é fundamental. Só aqui nós já pensamos em... Dependendo o número de pessoas, quantidade, nós colocamos aí dois, três GTs de estudo de caso, por exemplo. Faz quatro, cinco. E aí nós garantimos o aprofundamento a partir dos materiais que eles têm das suas avaliações nesses grupos. Então, isso é uma coisa. E outra coisa é o seguinte, essas publicações também nós podemos dar oportunidade das pessoas levarem também seus materiais. Então, eu acho que isso aí fica bem legal para disponibilizar para o grande público.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Tita, vamos dar uma continuidade disso no segundo tempo?

A SRª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Vamos. Eu queria só fechar uma coisa, que é o seguinte. A publicação também, que eu acho que nós precisamos pensar

como resultado desse seminário de coisa, uma publicação. Uma pequena publicação dos registros, das experiências, das coisas e dos seus encaminhamentos. E é importante que nós tenhamos de manhã as mesas, até 10h30, depois nós trabalhamos com os relatos de experiências; de tarde aprofundamos de 14h às 16h os GTs e de 16h às 18h nós ficamos também para levar isso para a Plenária, onde que cada GT possa estar fazendo um indicativo das reflexões. Meu grupo está aí, nós vamos ver como é que nós vamos estar trabalhando. A metodologia que nós vamos estar traçando para cada Grupo de Trabalho desses. O que nós queremos que ele socialize, se são perguntas que nós vamos deixar... Tipo assim: no formato... Por exemplo, no primeiro dia: Mesa Redonda das 8h30 às 10h30; das 10h30 às 12h 30, relato de experiência que nós vamos abrir para os diversos lugares do País; de 14h às 16h nós ficamos com os grupos de trabalho à luz das Mesas Redondas. Nós vamos aprofundar o que as pessoas... Que com certeza nós vamos ter aqui nessas Mesas Redondas universidade, empresa, movimentos, pessoas que estão fazendo, contando que nós garantamos essa coisa bem técnica, para que vários olhando. Então, das 14h às 16h nós ficamos com as metodologias dos GTs. E das 16h às 18h nós ficamos com a escuta dos grupos, com a contribuição que o grupo... À luz da academia ou à luz dos estudos de casos que vêm dando certo, à luz da política, aí nós... O que o GT está propondo para que nós entremos como já, vamos dizer... Proposições futuras, para nós podermos caminhar. Na Plenária. Os GTs estudam até 16, das 16 às 18 os grupos socializam na Plenária. Eu acho que esse é o formato. Eu acho que de tarde nós nem precisamos continuar. Sabe o que é? Porque nós poderíamos pegar agora essas coisas e já vê o operacional. E aí nós poderíamos estar deixando com esse grupo... É, talvez é bom. Tem uma hora de relógio só...Porque nós tenhamos coisas, pelo amor de Deus.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Titã, me diga uma coisa: quem é que vai estar bancando esse evento?

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Nós vamos estar vendo... O local está garantido, vamos vê essa parte tipo ou do coquetel ou do lanche, não sei quê. O que nós precisamos estar identificando aqui, quem que nós vamos estar trazendo. Quem são os profissionais que nós vamos estar trazendo para nós compormos aqui quem que entra com o quê. O Estado da Bahia está com quantas passagens, por exemplo?

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Sim, mas quem entraria com... Quem não for do Estado da Bahia...?

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Isso que eu estou dizendo, os parceiros todos. Nós vamos abrir a boca, todos esses que estão falando...

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Cada um tem que trazer a contribuição financeira, o que vai ser possível. Além disso, o CONAMA pode entrar em contato com Petrobrás, que não está sendo representada aqui. Não sei se ela representa... Poderia representar a Petrobrás. Poderia ser Caixa Econômica. Ou seja, nós temos que procurar o patrocínio.

A SR.^a NÃO IDENTIFICADA – Cleide, eu acho essa idéia boa. O próprio CONAMA de repente estar buscando, porque uma coisa é o CONAMA...

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Sim, o CONAMA vai estar buscando e nós precisamos que também vocês busquem, porque é a oferta que nós estamos insistindo. O Paulo levantou a questão: quem que está financiando isto daqui? Então, nós estamos... Temos que buscar os patrocinadores. O CONAMA vai fazer sim consulta, vai consultar a Petrobrás.

Não sei se você faria consulta à Petrobrás através do setor produtivo ou da CNC, CNI, não sei. Ou se nós... Acho que com a Petrobrás não seria CONAMA.. Caixa Econômica...

A SR^a. BEATRIZ RODRIGUES (FURNAS) – Eu quis dizer assim, vocês oficializarem isso junto às empresas, porque tem uma outra...

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Sim... Eu acho que a parte seguinte é a tarefa nossa e nós vamos nos comprometer sim em fazer... Isso agora é o nosso detalhamento da próxima. Nós vamos ter que parar.

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – Tem uma estimativa do custo?

A SR.^a NÃO IDENTIFICADA – Esse que nós vamos ter que avaliar agora.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Estimativa do custo? O local está garantindo, aí nós vemos, por exemplo, *coffee break*... O local está garantido lá no estado. Nós vamos assumir o local. Então, *coffee break*, por exemplo, eu acho que nós temos que estar trabalhando com 300 pessoas. Brasil inteiro, um seminário nacional, eu acho que no mínimo 300. Na minha opinião. Depois, nós dentro das Mesas Redondas, quais são os profissionais e de onde. Então, nós vamos ter que assumir passagens e hospedagem e alimentação para esse profissional. Então, é esse tipo de detalhe...

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Então, você vai contar com o realizador e com os apoios? Realização, Governo do Estado da Bahia?

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Não, eu acho que a realização é da Câmara Técnica de Educação Ambiental.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Não, o CONAMA.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Então, rapaz. Ministério do Meio Ambiente, tendo o apoio o Governo do Estado da Bahia, o apoio não sei quem, o apoio.., porque a realização é nossa, da Câmara Técnica, em minha opinião. É do Ministério.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Então, realização Ministério?

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – É, realização é Câmara Técnica de Educação... Do CONAMA, do Ministério.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – E os apoios seriam Governo do Estado da Bahia e as outras empresas que vierem a entrar?

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Exatamente.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – O título que foi dado nesse cartaz de divulgação, nessa papelaria toda, é aquilo que vai dar a chamada e o interesse na participação,

que é aquilo que nós estávamos discutindo ali, qual é o interesse de participar, o que vai dar como resultado.

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – Eu acho que isso aí é o custo... A parte é estratégia de comunicação, porque aí você vai ter que terceirizar, você vai ter que contratar uma empresa que se carregue de toda essa parte de identidade visual...

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – É onde vai o custo? Então, a pergunta é o custo.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Eu não sei se nós precisaríamos disso. Quem é que vai fazer isso? Só se for o CONAMA. Eu estou dizendo a título de se nós não tivermos recurso, nós fazemos. Montamos o *folder*, jogamos na mão de coisa...

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Olha, nós fizemos seminários e houve uma divisão de custos, porque Petrobrás, por exemplo, costuma financiar os nossos eventos, só que não tem como repassar para o Ministério. Então, a Petrobrás assume, por exemplo, a emissão de passagens. Uma outra agência assume toda a emissão dos convites, dos *folders* dos *banners* etc. Então, nós precisamos definir qual atividade. Hoje à tarde nós poderíamos definindo isso. Eu vou fazer a primeira consulta agora para o Nilo sobre data etc. e eu trago essa... Nós precisamos almoçar. Às 14h de volta, pessoal?

(Intervalo para o almoço)

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Boa-tarde a todos. Vamos dar continuidade à pauta da 15^a Reunião da Câmara Técnica de Educação Ambiental dando continuidade ao tema que estava em discussão que são: o local, a data e as propostas de coordenação enfim. Agora nós estamos finalmente, com, decidido o local e data. Então, estamos só dando uma prioridade para questões de detalhes de continuidade. E vamos tomar mais uma horinha da tarde e depois nós passamos para a continuidade da pauta. Ok.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) - Boa-tarde a todos. Eu falei com o Nilo a respeito das decisões que nós tomamos hoje. E ele estava em reunião e vendo os preparativos até para, outubro, das eleições de outubro. E ele sugeriu ou recomendou que nós avaliássemos a possibilidade do Seminário ser depois da eleição. Nós teríamos mais tempo de preparatório para a reunião, a preocupação nossa é vencer essa etapa curtíssima de três ou quatro meses até agosto. E depois em novembro nós teríamos então, condições. Se a pauta de todos vocês atender. Ele pediu que nós rediscutíssemos essa nova data de novembro. Em função do avanço do tempo que nós temos e nós não podemos entrar naquela fase da eleição daqui, porque aí tudo é difícil, não pode fazer cartaz, não pode distribuir folder, não pode distribuir nada, porque pode caracterizar propaganda eleitoral. Com relação ao local ele concorda achou ótimo que seja na Bahia, disse que está perfeito.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Bem, então, vamos tratar dessa nova data, Cleide? Então, sugestões.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - A Conferência Infanto-Juvenil é de 24 a 29 de novembro. Pode ser início de novembro. É não dá nem para distribuir cartazes antes.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Então, Rachel essa sugestão sua é de data?

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) – Desculpe, mas talvez, em dezembro não pode. Na primeira semana de dezembro. Qual é a última Reunião Ordinária do CONAMA, Quando?

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) - A pergunta é que você quer fazer uma extraordinária.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) – Ou uma ordinária. Não, só extraordinária?

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Ordinária, eu acho que não pode ser fora de Brasília.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - Então, quando é a última reunião ordinária? Então, se for em novembro!

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Então, a sugestão dele é que fosse em novembro. Seria bem no começo de novembro.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - Mas aí não dá para divulgar antes. Com cartazes e tal... Antes até do dia das eleições. Antes das eleições só até abril. É, mas não vai ter tanta divulgação assim e nós podemos usar o Brasão da República é só não dá para usar aquele Brasil coloridinho, mas o Brasão da República pode usar.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) - Ta, mas aí tem outras implicações, não é só o Brasão. Tudo que se faz tem que pedir para o Tribunal Eleitoral é muito complicado. Eles têm que dar pareceres, em cima de cada documento que você vai distribuir.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - As eleições são primeiro domingo de outubro. Segundo turno em novembro, em alguns municípios.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) - Eu concordo também que não vai dar para nós fazermos divulgação um mês antes das eleições. Nós vamos entrar no mesmo problema pior, ainda, que nós cair no olho do furacão. Teria que ser agosto, porque novembro, nós não vamos poder nos meses de agosto, de setembro até outubro fazer propaganda fazer nada.

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) - Mas agosto já está impedido?

A SR^a. BEATRIZ RODRIGUES (FURNAS) – Rachel, no começo de novembro você acha que interfere?

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - Não dá para divulgar, porque tem segundo turno que é 15 de novembro, o segundo turno em muitos municípios. O segundo é quinze de novembro não é? Vai ser antes. Vai ser na primeira semana de... Precisaria consultar o Jurídico do Ministério.

A SR^a. BEATRIZ RODRIGUES (FURNAS) – Eu acho que é final de outubro.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) – Mas espera, a divulgação ela precisa ser tão ampla assim, na verdade, é interno. É meio que CONAMA e as empresas do setor empresarial. Mas não é uma divulgação pública, tipo televisão, não é de massa. É focada. Eu não vejo porque não fazer em agosto.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) - Vamos ver final de outubro ou começo de novembro Rachel, você pode?

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - Posso. É só final de novembro que eu vou estar enlouquecida com a Conferência.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) - Eu quero ver mais subsídios. Se todos podem no final de novembro, se tem algum problema. (...) Início de novembro.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) - Já abrimos a segunda parte de hoje. Vamos só fazer o fechamento, então dessa questão.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) – Eu acho que o Sistema S tipo SENAI deveria estar. E Eu conversei com o Conselheiro Nacional da Agricultura e ele disse que o SENAR deveria participar. Também porque eles têm ações de Educação Ambiental. As Centrais Sindicais: CUT, CGT. Tem o SENAT também, do transporte. Sistema S total. Eu acho que tem que colocar as Centrais Sindicais, Sistema S e CNI, sem duvida, e o Instituto Ethos, CEBEDS, BNDES, Petrobrás, aliás, está entrando furos nas empresas estatais.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) - Então, vamos continuar, então.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)- Teve uma sugestão de nome ali “Os Desafios e Perspectivas da Educação Ambiental no Setor Empresarial e Sindical. Tudo bem fechamos aí?”.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - A agricultura entrando, mas é empresa também.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) -. Então, já poderia tirar aquele nome lá de cima e já deixar esse definitivo. Tira “os” e vai Desafios e Perspectivas da Educação Ambiental. E em cima você tira já. Então, olha só a idéia seria nos três dias de Seminário nas manhãs nós estivéssemos trabalhando com as Mesas Redondas de das 8h30 às 10h30 e das 10h30 às 12h30 relato de experiência, das 14h às 16h Grupos de Trabalho de acordo com as Mesas Redondas para aprofundar e das 16h às 18h Plenária: resultado dos GT - Grupo de Trabalho encaminhamento de cada GT. Então, isso aí é que nós temos que ver agora. Três dias de evento. Ou dois dias, mas eu acho que nós... Eu tinha perguntado a Cleide aqui e ela me falou em três dias, mas eu não sei se foi dois ou três dias, não me lembro. Então, vamos botar dois dias. Olha só o tema os três temas.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) – Se na Reunião Extraordinária do CONAMA e nós também conseguíssemos colocar a nossa proposta que não passou aqui, mas que nós podemos fazer desse limão, uma limonada. Que é uma consulta ao CONAMA de revisão da Lei e do Decreto

que eu estava falando, agora, com o Fernando da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e ele me falou que nós vamos ter que mexer na lei. E essa foi uma proposta da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e se nós mexermos na lei e tivermos e que essa proposta pode ser apresentada pelo Ministério do Meio Ambiente para o CONAMA. E o CONAMA trabalhar isso na Plenária e nós faríamos uma Reunião Extraordinária do CONAMA. E, então um dia antes teria todas essas Mesas. Ou sei lá, talvez essas Mesas possam existir em função da revisão da lei, já, como uma primeira aproximação, por esse lado, eu não sei. Eu acho que nós teríamos que ligar as coisas ao CONAMA mesmo. Para ter mais força, para ter mais voz, e para fazer com que essa proposta de revisão da lei, já que as nossas recomendações foram consideradas como parciais, ou uma tentativa um pouco parcial de mexer em conflitos reais que estão acontecendo com problemas reais que estão acontecendo com a lei e o Decreto, então surgiu aqui a possibilidade do CONAMA ser esse fórum de mexer na lei, mesmo. Por esta Câmara, mas por esta Câmara assessorada. Eu acho que nós vamos precisar desse assessoramento e o Fernando que é do CONAMA, mas que é ligado a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos ele disse que essa não é a função da Câmara, mas que nós ficamos de passar alguns documentos para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e nós vamos precisar realmente encontrar caminhos concretos de fazer isso ser um pretexto e isso integrado com a revisão da lei. Muita coisa, mas, senão nós vamos perder.

A SRª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) - Eu acho que nós temos que ir por partes. Para nós fazermos uma proposta de revisão de lei nós temos que nos reunir, nós temos que consultar as bases, nós temos que trazer propostas do vários setores. Nós podemos fazer essa proposta em um Grupo de Trabalho, porque a Câmara Técnica ela trabalha com Grupos de Trabalho e aqui é uma reunião para nós tomarmos decisões e discutir. Eu acho que nós não podemos nessa Câmara Técnica elaborar uma proposta, uma proposição que é a proposta de mudança da lei. Nós temos que criar um Grupo de Trabalho e fazer essa proposta. Quando ela estiver pronta, discutida no Grupo de Trabalho tem que ser criado esse grupo. Essa proposta de criação tem que vir por escrito, juntamente com uma minuta de recomendação, com justificativas. E, aí, nós vamos criar o Grupo de Trabalho. Trabalhar nela fazer a proposta e trazer para a apreciação da Câmara e só aí vai para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Então, isto é um Grupo de Trabalho. Nós estamos com outra demanda que é Educação Ambiental no setor empresarial que é até para colher subsídios, se for o caso, para a nossa proposta, para a nossa proposta de mudança que é uma fase posterior ao seminário. Eu acho que misturar tudo agora, trabalhar em todas as linhas nós não vamos alcançar objetivos.

A SRª. RACHEL TRABER (MEC) - Perfeito, mas contanto que nós não dissociemos esse evento com essas Mesas todas, que eu acho muito legais essas Mesas que vocês estão propondo, não dissocie dessa revisão e, dessa, de tornar a Educação Ambiental alguma coisa mais concreta que foi o que nós tentamos fazer com essas recomendações e a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos disse que estava parcial.

A SRª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Só um minutinho para nós deixarmos tudo muito bem entendido. A Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos se propôs a trazer sugestões quanto ao melhor instrumento. Que pode ser outra recomendação consolidada, que pode ser uma proposição - que é a mudança da lei e que pode ser uma Resolução. Então, nós estamos esperando a próxima, à volta do parecer da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Para tomar pé dos passos seguintes, dos encaminhamentos seguintes. Então, eu acho que, hoje, aqui nós devemos discutir o Seminário.

A SRª. RACHEL TRABER (MEC) - Então, nós não fazemos uma reunião extraordinária do CONAMA como um todo e nós só fazemos com esse público que nós arrolamos ali.

A SRª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Rachel, eu acho que nós, ainda, não eliminamos fazer uma reunião extraordinária. Eu estou colhendo subsídios aqui de vocês, estou colhendo sugestões e nós vamos levar para o Nilo a proposta. Já é o segundo pedido

que você faz, que ela esteja vinculada a uma reunião extraordinária. Fica mantido, não é porque não vai ter revisão da lei, que não se faz uma reunião extraordinária. Não é a mesma coisa.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) – Ótimo, ótimo.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) - Está em discussão todas as propostas, todas as alternativas. Estamos abertos para sugestão. Aquilo que nós encaminharmos melhor achar que é melhor, a Câmara decide e, eu levo para o Nilo. Posso até ligar para ele para nós vermos data, vermos tudo isso. Vamos ver o que pode acontecer.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - Eu tinha como sugestão agora, para nós podermos já descer um pouquinho ali, para nós realmente já fecharmos. Se nós vamos trabalhar com dois dias, com três dias. Eu estou sugerindo para nós já fecharmos aqui se nós vamos trabalhar com três dias, dois dias, já descer qual o nome da Mesa Redonda de como é que nós compomos esses temas nas mesas. Eu acho que nós poderíamos para descer um pouquinho aí. Para depois definir as tarefas, tipo assim, com quem nós íamos correr atrás das pessoas. Que tipo de logística que nós vamos precisar correr, essas coisas. Então está aberto aí. Dois dias ou três dias, primeira coisa. Olha só, então, talvez a sugestão seria então, de nós pensarmos da abertura à noite, que a abertura a noite já teria uma conferência de abertura que poderia trazer aquele primeiro tema: A Gestão da Educação Ambiental no País, a da Política Nacional, na verdade. E o mapeamento das ações da educação ambiental nos Estados. Tipo um panorama geral do que está acontecendo de educação ambiental no País, no que diz respeito a essa questão da EA no empresarial e no sindical. Um panorama geral. Isso aí, então, seria o primeiro dia "a abertura". E aí, nós ficaríamos com dois dias inteiros trabalharíamos então, já com a responsabilidade sócio-ambiental, e aí nós poderíamos estar vendo de como é que nós vamos compor essa Mesa Redonda tanto, na responsabilidade sócio-ambiental, como no licenciamento, como a do licenciamento. Eu acho que nós poderíamos trabalhar, agora, nisso. Responsabilidade sócio-ambiental. Qual seria a sugestão que vocês tem. Qual seria o foco. Eu acho que vocês poderiam falar um pouquinho, conceituar. Eu falei conceituar sem querer, mas eu acho que nós poderíamos, exatamente, começar pela conceituação do que significa? Convidar uma pessoa para falar que o significa responsabilidade sócio-ambiental nas empresas, por exemplo.

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) - Eu coloco como sugestão para o primeiro tema. Responsabilidade sócio-ambiental e o Instituto Ethos um representante do Instituto Ethos.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - Então, seria a primeira Mesa Redonda. Dê uma sugestão de nome também. Vamos pensar no nome dessa Mesa? Poderia ser Responsabilidade Socioambiental de cara, só.

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – Nós já falamos da primeira Mesa, quem participaria da primeira Mesa?

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - Olha só, subiu ali a Gestão Ambiental e o Mapeamento das Ações de EA. Eu acho que isso poderia ficar com o Órgão Gestor da Política, com o MMA, MEC e um representante de Estado. E assim que nós tivéssemos esse mapeamento, o representante de um Estado poderia trazer esse mapeamento geral. Isso aí, eu acho que é tranqüilo.

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – Nós estamos falando de um Seminário que trata de um setor empresarial e sindical. Então eu acho que na abertura desse evento... Tem que abrir

a Mesa e convidar representantes do setor empresarial, sindical, senão não faz sentido. Eu abro um evento...

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - Não, não, não. Está ótimo. É que eu comecei lá do dia 1º. Eu não tratei da abertura. A abertura eu deixei e nós, mas vamos voltar na abertura. Então, vamos à abertura. Sugestão da abertura. Órgão Gestor da Política, um representante do setor empresarial, um representante do setor sindical.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Cadê aquela primeira página? E a Educação Ambiental?

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - Eu acho que nós não precisamos definir quem vai participar, mas os setores que vão participar. E a composição das Mesas tem que ter uma variedade de setores. É só isso. O MEC que não precisa estar em todas as Mesas, inclusive, por que...

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) - Dos diversos setores. Diversos segmentos. Nos diversos setores. (...)

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – Pensando indústria, comércio e sindicatos. Então, coloco empresarial e a sindical. (...)

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) - Setor empresarial e sindical. (...)

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - Foi em Joinville e o setor sindical marcou bastante posição, o empresarial e trabalhadores. Eu acho que nós vamos ter que articular com cada uma dessas Mesas com os diversos setores, seguimentos, digamos, nós vamos ter que conversar com as Centrais Sindicais também e vai ser interessante...

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) - Pessoal, o pessoal que está anotando não está conseguindo registrar a reunião. Então, estão pedindo que nós falemos ao microfone e nome e um da cada vez, por favor. (40:38)

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) – Então, o tema seria “Panorama da Educação Ambiental” ao invés de Mapeamento. E eu tiraria gestão. Só ficaria “panorama”. Tira tudo, fica só panorama... Pode por dois pontos, formas de gestão e... Nós podemos tentar imaginar o que queria aí. Nós podemos definir que é o Panorama da Educação Ambiental pode ser Gestão e Recursos, por exemplo. Pode focar esse olhar. Gestão, Públicos e Recurso o que nos interessa saber da educação ambiental que é feita... O que nos interessa nesse panorama? Podemos focar ou podemos deixar aberto assim, por enquanto. E quando nós conversarmos com os setores, que nós vamos precisar articular isso com os setores, ou pode ser indicadores, sei lá o que, de sucesso... De sustentabilidade. Gestão Metodologia e Resultados, alguma coisa assim. Pode ser. Nós podemos colocar agora, e, depois passar por uma discussão com os próprios setores, aliás, os setores que estão representados aqui é que vão ter que trabalhar isso com os seus seguimentos. Nós podemos colocar: Gestão Metodologias e Resultados. O que vocês acham?

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – Eu acho que por hoje, nós poderíamos deixar assim, porque nós vamos ter que amadurecer de qualquer forma. Se nós ficarmos empacados e querer elaborar muito, nos vamos perder muito tempo. Vamos avançar e, de repente, até o

final da reunião de hoje nós temos sugestões. Eu acho que nós deveríamos montar um esqueleto da programação e depois nós refinamos num segundo momento.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) – Ela colocou lá são as três áreas que quem apresentar a gestão.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) - Nós vamos falar em metodologia... (...)

A SR^a. MARIA JOSÉ S. HOLANDA (GOVERNO DO CEARÁ) - Quando você fala gestão, quando você fala em qualquer gestão, tanto faz, na educação ambiental, como gestão empresarial ela tem todo um processo que é o gerenciamento de um todo, que passa, exatamente, pela questão também do desempenho. Então, se você for usar a gestão dentro de alguma coisa, isso tudo vai estar dentro. Então, quando nós pensarmos em gestão de alguma coisa é o quê? É o todo. E isso envolve o todo. É questão de desempenho, é questão de desempenho, é questão de gerenciamento, é questão de recurso humano que trabalha essa gestão também. É o todo. A gestão é tudo.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - É panorama da gestão, então?

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Pessoal, eu vou sugerir uma linha para nós trabalharmos. Eu deixaria panorama da educação ambiental no setor empresarial e sindical. Nós não estamos ainda suficientemente maduros e nem discutimos suficientemente com o setor para nós já começarmos a discutir se é gestão ou alguma outra coisa. Vamos trabalhar numa linha corrida dando o mínimo de detalhamento, mas também não perdendo tempo com conceituação que nós vamos nos perder e não vamos sair daqui. Nós precisamos ter um esqueleto. É a sugestão que eu faço.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - Só panorama.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) - Na frente de responsabilidade põe 8h30, Mesa Redonda das 10h30, meia hora de intervalo muita coisa? Depois das 10h45 ao meio dia aí se número relato das experiências. Em todas elas, no inteiro dia, vai ter a mesma coisa. Então, é só copiar e muda só o tema.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) – Gente será que nós não deveríamos trabalhar, ao invés de relatos de experiências, relatos de experiências são na segunda parte da manhã. Está certo. E trabalhar com responsabilidade socioambiental de uma forma mais provocativa. E eu posso, vocês me permitem pensar alto, um pouquinho com vocês, sobre esse evento? Eu não sei quem daqui foi e participou do encontro que o CONAMA organizou, no Rio de Janeiro, sobre mudanças climáticas. Foi junto com uma reunião extraordinária do CONAMA e foi um dia só. E as pessoas reclamaram muito, o público reclamou muito que não participativa. Eu achei excelente o evento organizado pelo CONAMA, mas o público lembra, eu não sei se a Cleide estava lá porque ela ajudou a organizar. Foi um dia só e tinha duas mesas de manhã e duas mesas à tarde e o público reclamou de não ter participado dos debates, lembra? Sempre o público reclama de alguma coisa: de falta de tempo...

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) -Nós estamos pensando que todas as tardes nós vamos ter Grupos de Trabalho em que a participação vai ser muito mais eficiente. E aquilo que nós combinamos aqui, de ser de corpo a corpo, de pegar material de pegar experiência de quem está apresentando, trocar idéias, trocar relatórios, trocar essas experiências que é a participação. E no final da tarde, o grupo eleger relator que vai lá contar.

Eu acho que isso supera o problema da falta, que eles estão reclamando, de participação. Eu acho que seria em Grupo de Trabalho a forma que o público pode participar. Eu não sei se atenderia.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) – Não, eu sei disso, mas as Mesas elas contaram com a participação dos Conselheiros, não foi? Do CONAMA. E como, e foi um dia só de evento. Foi um dia só e que antecedeu uma reunião do CONAMA. E aqui nós estamos pensando em fazer três dias? Abertura à noite e depois dois dias de trabalho? E se for seguida de uma reunião do CONAMA, então...

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) - Sendo dois dias, mais um painel. (...)

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - Eu acho que deveria ser uma coisa mais provocadora do tipo: Marketing ou Ação Concreta e Transformadora. Sabe, alguma coisa mais provocadora. Não bem estudo de casos.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - Quando nós colocamos estudos de caso ali, era garantir a discussão do tema responsabilidade social mais um estudo de casos. Que todas as mesas, as duas mesas tenham um estudo de caso junto com a responsabilidade social, entendeu? Não é um estudo de caso só a Mesa redonda. O tema seria responsabilidade social e o estudo de caso, um estudo de caso, que fosse referência de acordo com o tema Responsabilidade Social. No outro dia, a mesma coisa, que fosse um estudo de caso que fosse de acordo com o licenciamento ambiental. Que nós já até identificamos. Eu já até identifiquei no Rio, lá. O estudo de caso o uso do áudio visual na construção do diagnóstico participativo no projeto do estudo de licenciamento...

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - Então, o estudo de casos não faz parte dessa Mesa. Faz parte é um estudo de casos com outros relatos de experiências na segunda parte a manhã. E esse caso específico, aqui, eu acho que tem uma coisa política muito mais forte que está aparecendo nessa mesma região que eu conversei com o Marcos eu vi esses vídeos. Isso é um relato de experiência, que pode ser um estudo de casos, porque que pode ser como um relato de experiência, porque é assim: está acontecendo uma articulação nessa região do Rio de Janeiro com a Petrobrás das ONGs que estão trabalhando com Educação Ambiental e essa proposta é que é dentro do TACs da Bacia de Campos da Petrobrás e todas as contradições que estão aparecendo com o licenciamento. Então, por isso que eu acho, que o estudo de casos não é bem isso. Isso é um relato de experiência, mas na questão do licenciamento, nós traríamos essas políticas de licenciamento e, esse aí, como um piloto de articulação regional ONGs, e o TAC e o IBAMA que está, que tem algumas contradições aparecendo aí. E isso seria muito interessante aparecer. Percebe? Então, não é bem estudo de casos. Nas mesas das 8h30 às 10h30 da manhã seria, realmente, Mesas redondas sem estudos de casos. E trabalhar estudo de casos com relatos da experiência das 10h30 às 12h30. Isso fica bem legal.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - Tirar da Mesa Redonda o estudo de casos. Então, o estudo de casos fica garantido nos relatos de experiência. Agora, esse caso aí, Rachel é literalmente um estudo de casos, não é só um relato de experiência. Eu conheci o trabalho todo. Eu passei o dia inteiro com ela, eu trabalhei bastante com ela, aprofundei, conheci...

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - Mas o que interessa na Mesa em si é a questão do licenciamento, e dos conflitos, e das articulações como é que se faz, da questão política mesmo. É o que interessa aí. Depois você tem o relato de experiência com estudos de caso e de tarde os GTs para trabalharem nesses conflitos. Porque, senão nós ficamos só com...

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Aí dentro de responsabilidade socioambiental essa Mesa Redonda qual é a cara que nós queremos dar a essa Mesa. Quem convidar e que cara nós queremos dar. (...)

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - E essa experiência ela não está como estudo de caso de responsabilidade socioambiental, mas sim, de licenciamento...

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - Ela estava em licenciamento.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) – Não em responsabilidade socioambiental, era em licenciamento/compensação.

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – Eu acho que quando nós chamarmos convocar os estudos de casos, os relatos das experiências, talvez nós possamos ser provocador nesse sentido, de que vai ter gente que vai dizer: não, o meu caso é de responsabilidade social, o meu caso é a responsabilidade socioambiental, o meu... Então, nós vamos ver até como cada ator, digamos, trata o assunto. Privilegiando o social, privilegiando o ambiental, privilegiando a conservação de uma área, eu acho que talvez a provocação ela vem, exatamente, quando nós formos comprovar esses diferentes exemplos. Eu acho que é nesse sentido que nós vamos ver como o tema é amplo e como cada um acaba direcionando e, talvez aponte nesse sentido diretrizes para uma política que seja mais objetiva. Eu não sei se eu fui clara.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) - Eu acho que sim. Eu acho que nós podemos usar até o debatedor como agente desse processo. Usa o debatedor ele vai fazer as provocações coloca três ou quatro casos para estudar ou dois casos dependendo e começa a fazer as provocações. Provocar o debate. Que é o papel do debatedor, da figura do debatedor.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - Gente, o nome de Mesa. Vamos pensar no nome de Mesa. Qual é o nome de Mesa é responsabilidade socioambiental mesmo? Vamos pensar aí: é isso que nós precisamos falar o que nós vamos falar nisso. Eu acho que poderíamos contexto alisar a responsabilidade socioambiental o que (...).

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - educação ambiental é uma coisa novíssima. Para vocês que são da área tudo bem (...).

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) – Olha, o Instituto Ethos ele já fez, eu acho, que três dos congressos lá deles foram baseados em sustentabilidade, na questão da sustentabilidade. Que eles chamam de desenvolvimento sustentável. E, não precisa escrever Instituto Ethos aí. Ah! Você pediu. Sim, certamente, eles irão estar na Mesa. Aqui, nessa Mesa, eu acho que deveria ser mais provocadora, não só uma coisa pasteurizada assim, de falar o que é responsabilidade socioambiental, mas trazer atores que trabalhem com essa responsabilidade socioambiental, ambiental mesmo. Não ficar..., porque nós não vamos trazer público que é completamente ignorante, ao contrário, nós precisamos ver se essa responsabilidade socioambiental ela é eficaz e como é que ela está trabalhando com a questão da sustentabilidade ambiental. Não é só o cumprimento de legislação é a mais do que isso. E como é que isso acontece... Que muitas empresas trabalham com... A Natura, por exemplo, com escolas direto nas escolas a questão de sustentabilidade ambiental mesmo. Então, eu acho que tem que ser provocadora sim. Responsabilidade socioambiental, marketing ou transformação efetiva sei lá, ou transformação.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) – Não, sem o C, só K.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - grama para isso nós teríamos que chamar o Instituto Ethos (...).

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) –Instituto Ethos. Aí, marketing não tem o, e...

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - Tem o pessoal do Senac, São Paulo está discutindo isso muito bem. Um cara chamado Jaque que tem até um livro sobre essa questão. Ele esteve ao Instituto Ethos que levou em Salvador ele para poder fazer essa discussão e ele fez isso muito legal. Alinhadíssimo com a política que é uma pessoa que eu posso estar vendo a possibilidade dele estar aí também. É um interlocutor perfeito. Então, a idéia seria estarmos procurando o Instituto Ethos para a partir daí nos estarmos vendo quem é a pessoa. Agora, nós botamos a responsabilidade social (...) ou transformação ou nós botamos. Pode ser só isso.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - Responsabilidade social. É, eu não sei, não está legal, porque está provocando demais.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - Eu tinha pensado colocar Educação Ambiental e Responsabilidade Socioambiental nas Empresas. Não é?

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) - Quando você falava responsabilidade socioambiental, já é exatamente já está contempla educação ambiental (...).

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - Gente, mais sugestão de pessoas para participar dessa Mesa. O Instituto Ethos, quem mais? Eu acho que precisa ter uma pessoa, Quem seria o coordenador? O MMA o Órgão Gestor poderia ser o coordenador dessa Mesa? Bote aí, coordenador Órgão Gestor.

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – A Rachel mencionou a Natura nós não colocamos a Natura.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Vamos colocar. Coordenador dessa Mesa porque é uma coisa bem política - Órgão Gestor da Política Nacional. MMA e MEC - órgão gestor. Nós poderíamos trazer aí, por isso, que eu estava pensando de rolar em cada Mesa uma referência de uma ação. Por isso, que nós falamos em estudos de casos. Que cada Mesa tivesse...

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - A Bolsa Bovespa tem uma ação, impressionante, com a sociedade de responsabilidade socioambiental. É impressionante o que eles fazem.

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) – E como é que isso está sendo feito?

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) – É porque responsabilidade socioambiental não é cumprimento de lei. É voluntário.

A SRª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - Mais há uma concepção das empresa e, hoje, está quase colocado. Hoje, as indústrias já vêm discutindo essa questão quase como um direcionamento para acontecer.

A SRª. RACHEL TRABER (MEC) – Então, eu pegaria a parte mais dura disso. Eles têm, por exemplo, relatórios. Relatórios anuais de responsabilidade socioambiental. É esse tipo de indicadores. É esse tipo a relatórios que nós deveríamos trazer para Mesa. Não ficar contando casos. São os instrumentos duros.

A SRª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - A Natura entraria aí também, Rachel?

A SRª. RACHEL TRABER (MEC) - E tem aquele Globo Alcompar é muita complexa essa área. Ela não é tão simples e tem muita coisa séria acontecendo. E eu acho que é legal trazer essas coisas sérias e não cases assim.

A SRª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - Natura? Aí, agora, pode colocar.

A SRª. RACHEL TRABER (MEC) – Mas, eles estão estudos de casos. Nós precisamos pensar...

A SRª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - Então, veja a Natura como estudo de casos. Pode até colocar lá, já, como uma sugestão.

A SRª. RACHEL TRABER (MEC) - Inclusive com publicação em jornal como eles fazem, como chama? O balanço econômico. Eles fazem o balanço socioambiental.

A SRª. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) – Pode estar buscando esses balanços sociais e verificar porque aí eles têm respondem todos os indicadores. Saber que nível você está dentro dessa avaliação do seu balanço social, porque as empresa publicam e depois tem uma avaliação que têm o IBEAS e o GRI você ver que nível que você está, porque você tem uma pontuação.

A SRª. RACHEL TRABER (MEC) – É isso que nós precisamos trazer.

A SRª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC) - Um dos objetivos é a formulação de indicadores de avaliação. Então, nós temos que buscar em uma das Mesas ou nos GTs que indicadores as empresas já têm e que possam contribuir.

A SRª. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) – Ou o que elas estão publicando, como que elas estão sendo avaliadas porque você faz um *marketing* de publicação e, às vezes, não tem muita consistência dessas ações Então, isso é interessante nós estarmos avaliando.

A SRª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - Então, coloca aí para nós lembrarmos que, nós vamos precisar buscar esse tipo de coisa nessa Mesa, indicadores de avaliação?

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) –Nós, talvez deveríamos mudar Marketing e colocar indicadores, balanços sociais...

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - Então vai, balanço pode botar logo é balanço... Não porque no outro dia é licenciamento ele tem que entrar aí. Balanço social, não é isso?

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) – Não, põe balanço social e dois pontos. Marketing ou transformação efetiva, porque aí você já está questionando a própria publicação do balanço social, porque você faz um balanço maravilhoso e, às vezes, tem muito pouca consistência. Quando você pega os indicadores.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - Ou responsabilidade e balanço socioambiental?

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Eu acho que deve ser socioambiental.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - Responsabilidade social-balanço social: marketing de transformação efetiva?

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) – Aí você está tirando o ambiental.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - Tirei não.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) - Balanço social, marketing ou transformação efetiva.

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) – Mas os indicadores... Quando você faz essa provocação de marketing ou transformação efetiva, você vai estar se balizando através dos indicadores.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - Subentende que o balanço social é feito através dos indicadores.

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) – Porque você tem a publicação e tem os indicadores depois que você avalia.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) - Balanço social, marketing ou transformação efetiva.

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) – Eu acho melhor: marketing ou transformação efetiva.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Olha, Mesa Redonda: Responsabilidade Socioambiental: Balanço Social, Marketing outras Formações Efetivas.

Balço Social, traço, em vez, de vírgula, Marketing ou Transformação Efetiva. Para não por dois pontos na mesma frase.

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) – Deixa assim. Depois nós vamos afinando, peneirando.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - Órgão Gestor, Instituto Ethos Bovespa (...).

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - Olha, tira Bolsa porque BOVESPA, quer dizer Bolsa de Valores do Estado de São Paulo.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Cuidado para não perder a Natura.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - Já pusemos.

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) – O IBASE também? O IBEAS também é uma referência usada em algumas empresas. Pode ser um convite.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - Você interlocução com eles (...).

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) – Contato com o IBASE temos.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - A CGT está propondo... Sabe aqueles... Aquele negócio de Pate, Cipate, que tem. Cipa. E eles vão fazer um CIPAM, que é de meio ambiente com os trabalhadores. Vai envolver todos os trabalhadores.

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) – É segurança, meio ambiente...

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) – Segurança no trabalho e meio ambiente, CIPAM, a CGT.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - Eu acho que a CGT poderia estar aí. É fundamental. Ali na Mesa (...).

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) - Cuidado com tamanho da Mesa (...).

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - nós precisamos trabalhar com responsabilidade socioambiental com os trabalhos doutores não só empresas. Então, se nós colocarmos eles aí o toque a não nós não temos aonde. Então, nós temos a iniciativa (...).

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – Eu sugiro, então, que nós coloquemos alguma empresa. Aí poderia entrar a vale ou Furnas. Eu acho que aí deveria entrar uma empresa.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - Sim, mas, por exemplo, aí o Instituto Ethos representa o quê?

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – O instituto Ethos não é uma empresa, o instituto Ethos é uma... Representa a sociedade civil. Mais a sociedade civil. Não é uma entidade corporativa, ela não uma entidade empresarial. Ele trabalha com as empresas. E a Bovespa? Representa.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Representa. Então a Rachel trouxe uma referência.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – O Ethos é empresa, a Bovespa é empresa.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Não, porque como é que eu vou vendo? O Instituto Ethos, na verdade, representa a interlocução com as empresas. É interlocução com as empresas, com certeza absoluta.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) - Mas precisava a própria empresa. É uma associação de empresas que estão... (

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - Então, mas então, dentro ele... A gente botou lá, instituto Ethos para que nós pudéssemos... É exatamente, que ele pudesse estar até indicando. A não ser que vocês falem: ó gente, nós queremos Furnas entrar aí. Ou então, você falar: eu quero tal, entrar aí. Nós o colocamos eles, exatamente como referência, porque eles sabem quem está fazendo responsabilidade sócio-ambiental no País. É mais amplo, até, do que o nosso olhar aqui, entendeu? Que é do Estado. Nesse sentido.

A SR^a. MÁRCIA A. KOPKE (FURNAS) – Rede Globo.

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – Nós estamos pensando no setor comercial também. Já pensando a indústria, a agricultura. Nós não estamos chamando ninguém aí, de agronegócio.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - O Bradesco não está se chamando o banco do planeta, agora que eles estão... O Banco Real tem meio ambiente, mas o UNIBANCO... Mas o Bradesco agora está fazendo uma maior campanha do mundo no...

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Pessoal, nós estamos fazendo uma listagem, por favor, nós não vamos começar a cortar já. Nós estamos trabalhando ainda. Eu acho que... Bancos, setor financeiro. Nós temos que colocar as empresas, Furnas ou empresa do setor empresarial.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - Pode colocar FEBRABAN aí.

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) – A Rede Globo faz um trabalho de educação. Globo Ecologia.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - Eu não colocaria aí tanto em detalhe. Tem que ter gente de todos esses setores nas mesas.

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) – André trigueiro, que faz aquele programa: Cidades e Soluções. Ele faz uma grande contribuição nessa área.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - Ele estaria dentro da responsabilidade socioambiental.

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) – É, aí ele teria que estar aí, porque na (...) Eu acho que ele estaria mais nessa...

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - O que é que vocês acham aí gente? Contempla o perfil, responsabilidade socioambiental, André Trigueiro.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) – Se ele topasse ser o âncora.

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) – Seria maravilhoso, não acho muito difícil não. (...) que tem contatos. Pode colocar ele como âncora, mas isso é detalhe é bem lembrando.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) – Não sei se é fácil também. Pode colocar ele como âncora, mas isso é detalhe. É bem lembrado que...

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - Coloca aí, então.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) - Aí tem a TV Cultura também. A TV Cultura de São Paulo é bem forte nisso.

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – Eu acho que nós identificamos esse lado da comunicação que, talvez, merecesse uma mesa redonda à parte. Eu acho que vai ficar muito diluído dentro de uma Mesa dessas. Talvez nós precisássemos pensar e colocar como os meios de comunicação contribuem para a responsabilidade... Aí você inclui televisão, internet, imprensa. Eu acho que merece uma atenção especial. Uma mesa só para a comunicação.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Então podia ser no segundo dia das 8h30 às 10h30, e depois, das 10h30 em diante, e vez do Grupo de Trabalho, seria a comunicação. A mesa redonda sobre a comunicação.

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – Eu queria sugerir a Sadia. A Sadia que aí seria da indústria alimentar, mas pega também de agronegócio. Talvez nós tenhamos facilidade de mobilizar. Aí em responsabilidade sócio-ambiental. Tem uns projetos no Mato Grosso. Ou talvez com licenciamento. Não, eles têm...

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Seria também aquela proposta de não focar apenas as grandes empresas. Para nós pegarmos pequenas empresas e trabalhar nelas.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - (...) eu colocaria IBAMA, colocaria...

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Bom, pode se abrir todas as frentes e depois discutir quem são...

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – A Rachel tem toda a razão, veja bem...

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - Uma estatal dessa talvez. O Governo de Minas Gerais tem uma legislação específica de licenciamento ambiental e educação ambiental. Que a Vale fica furiosa, odeia. Aí tem que colocar, a Petrobrás e a Vale do Rio Doce. A Vale já está. É, o Governo da Bahia já está se baseando nessa legislação do Governo de Minas. Nós já trabalhamos isso no licenciamento.

A SR^a. NÃO IDENTIFICADA – É, tem que pensar em um título melhor.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – 10h será a Mesa Redonda e a comunicação?

A SR^a. NÃO IDENTIFICADA – Comunicação ambiental. O papel da comunicação ambiental. Algo nessa linha.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - Gente, mais uma Mesa?

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) - Nós avançamos aqui. Nós achamos que você estava participando.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - Nós ainda estávamos no licenciamento. Nós estamos falando aqui que isso vale um seminário à parte, porque o papel da comunicação ambiental e os meios de comunicação e... É um seminário à parte.

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) - O comprometimento da comunicação com o meio ambiente.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - Então, eu colocaria, por exemplo, o Canal Futura naquela Mesa de responsabilidade socioambiental e traria como um case de responsabilidade socioambiental e empresarial que é o Canal Futura e todas as empresa: Votorantin paga para o Canal Futura fazer os programas e eles têm muito trabalho com educação ambiental.

A SR^a. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC) - Sabe o que acontece? Nós estamos partindo para um outro público que é a mídia e tal. Eu acho que nós deveríamos focar a comunicação das empresas com as comunidades. Quer dizer, como que a comunicação ambiental chega. Focar nisso. Então, a proposta é que nós foquemos a comunicação das empresas e dos sindicatos chegam a comunidades e os seus público ao invés de falar do papel da mídia e tal, que é realmente mereceria um outro seminário ou então uma reunião do nosso GT. Nós convidamos essas pessoas para discutir a recomendação que vai voltar sobre campanha, mobilização e informação. É uma idéia. Que nós façamos uma reunião específica com a

comunicação, sobre a comunicação e que aí foque na comunicação das empresas e dos sindicatos.

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – Eu acho que também nós estamos esquecendo um fator importante. A responsabilidade socioambiental ela não é somente para as comunidades, ela é também para o consumidor. Todos nós somos consumidores ao escolher um banco um supermercado ou qualquer produto. Você está escolhendo como consumidor e nesse aspecto o papel da comunicação, ela tem um papel muito relevante. Então, se nós pensarmos que o seminário o título é: Os desafios e perspectivas da educação ambiental no setor empresarial e sindical. Eu acho que nós estamos tocando também na tecla da comunicação. Eu entendo perfeitamente o que vocês estão falando, que abriria um evento à parte. Eu acho que não é um evento para jornalistas. É como o setor empresarial e sindical utiliza os meios de comunicação e como essa utilização pode atingir diferentes públicos. Eu acho que é nesse sentido que nós poderíamos pensar Mesa Redonda. Sem querer explorar 100% o papel da mídia ou dos meios de comunicação. É como esses setores se utilizam desses meios, que é a linguagem do mundo atual. Não dá para nós negarmos até como vai chegar na comunidade, muitas vezes, vai ser através dos meios de comunicação. Aí fica a critério do grupo se concluir ou não.

A SR^a. PATRÍCIA PINTO (OCA BRASIL) - Aqui nos objetivos específicos, também, no último item: Estudar com o setor empresarial mecanismos de incentivos e financiamento para as ações de educação ambiental. Ou tira esse item ou tem que armar uma mesa para esse item também porque esse é um que vai dar mecanismos de incentivo e financiamento para as ações de educação ambiental, senão vai jogado.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - Eu prefiro isso, do que entrar nessa coisa da comunicação.

A SR^a. PATRÍCIA PINTO (OCA BRASIL) - Eu acho que isso aqui é um outro chamariz.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) - Eu gostei de idéia da comunicação para o consumidor, porque nós temos uma linguagem só de estímulo ao consumismo. Seria uma ótima oportunidade de alertar empresários consumidores e governantes sobre o papel da mídia no consumismo, aumentando desbragadamente o consumismo. Eu achei muito simpático esse tema para ser tratado na educação ambiental, porque nada é tão eficiente do que diminuir o consumo. Desde embalagens, de tudo.

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) - Nem tanto o consumismo. Eu gostei do que você falou: qual o papel de mídia no fomento consumismo? Por que o consumo é uma coisa e o consumismo é uma coisa exacerbada que você tem uma consciência.

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – Até a pessoa de uma comunidade tradicional, até essas pessoas tem problema de reciclagem de lixo. Quer dizer, esse problema não mais um problema somente urbano. Se você for em comunidades rurais tem certos problemas do acúmulo de lixo, de não ter aterro sanitário. Quer dizer, todos nós somos consumidores, independente de até você fazer parte de uma comunidade tradicional ou viver no meio urbano.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) - A sociedade de consumo, alguma coisa assim. A educação ambiental na sociedade de consumo.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - Olha, a vocês estão atirando no que vocês estão vendo, mas nós vamos pegar o que não estamos vendo também. Essa é a contradição de todo um sistema. De todo o sistema capitalista em que as empresa atuam. É assim vocês botaram o

dedo numa ferida, sem perceber, e eu acho que nós temos que amadurecer melhor esse negócio, pelo seguinte: As empresas e a comunicação, elas favorecem realmente o consumismo, a sociedade de consumo. A sociedade de consumo e o consumo em si são a ponta do iceberg de todo um processo histórico que foi construído, que é a sociedade capitalista. Então, está aí a grande contradição das empresas e a e a incapacidade total das empresas serem sustentáveis no sentido ambiental. Se nós levamos ao extremo a educação ambiental, ela vai questionar a própria existência desses produtos na sociedade do consumo. E nós trabalhamos, então, um livro. Nós temos um livro sobre consumo sustentável que ele, o primeiro capítulo, nós colocamos essa relação de cidadania e consumo. Quem é cidadão e quem é consumidor, na verdade, quais são as relações de consumo e questiona a sociedade de consumo e o último capítulo, e passa por consumos de todos os tipos, mas o último capítulo é sobre publicidade de consumo. E o que a publicidade faz para você consumir aquilo que você não precisa. E nós estamos trabalhando com cinco resumos, na verdade, na educação ambiental que nós estamos fazendo com as escolas o primeiro R é refletir. Refletir sobre todo esse processo desde a matéria-prima, o uso de energia, a distribuição, o consumo e o descarte de cada produto que você está consumindo. O segundo é recusar. Recusar consumo de coisas que são descartáveis, que são inúteis, que são... E é a grande maioria dos produtos na sociedade de consumo. O terceiro R é a reduzir o consumo, que vai contra os interesses da indústria e o quarto R é reutilizar, e o quinto R é reciclar. É o último R. É que nós esperamos que tenha cada vez menos coisas para reciclar. E as embalagens são a primeira que cai fora de todo esse processo. E essa é a contradição de programas como o PROCEL, por exemplo, que Furnas faz parte. É que se por um lado você tem um foco no meio ambiente, você quer reduzir ao máximo possível o uso de energia. Agora, se você tem um foco nas empresas que produzem energia elétrica. Elas querem que as pessoas consumam cada vez mais e daí uma esquizofrenia total. E isso pegando estatais, tipo Furnas, essas de energia elétrica, mas elas querem vender produto delas na sociedade de consumo. E para isso elas usam a comunicação. Então, nós precisamos pensar muito nesse tipo a Mesa porque nós não podemos, nesse encontro que nós estamos prevendo e que tem um olhar crítico para o licenciamento, um olhar crítico para a responsabilidade socioambiental. Eu acho que nós temos que ter um olhar crítico, talvez, sobre a questão do consumo, do consumo sustentável. Então, seria as empresa e o consumo sustentável. Existem contradições? Existem, imensas, mas a comunicação é só a coisinha lá em cima. E mesmo porque as empresa de comunicação, elas são empresas e, o produto comunicação, é um produto da sociedade de consumo como qualquer outro produto. Então, como que nós pensamos nessa Mesa.

A SR^a. BEATRIZ RODRIGUES (FURNAS) – Não quero justificar, pelo fato de eu ser de Furnas, o que a Rachel está colocando, mas assim, não é bem a lógica quando nós falamos de empresas estatais que não tem essa visão do lucro e trabalhamos, sim, o uso racional. Não em termos só do desperdício e da economia no bolso, mas de usar racionalmente de forma inteligente.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - Claro! É que eu levei ao extremo e se tem Furnas é por que vocês estão aqui.

O SR. EDER LEONARDO C. BORBOREMA (MINISTÉRIO DO ESPORTE) - Eu achei fantástico a intervenção da Rachel e, também, considerando a sua intervenção. Seria muita inocência nossa achar que a própria mídia vai se auto regular, por boa vontade, contra os seus próprios interesses que é de um processo histórico do sistema de centenas de anos. Então, talvez se nós ou tratássemos a comunicação de uma forma geral da comunicação da própria empresa, da mensagem, talvez sendo mais realista, quem sabe uma filosofia de redução de danos é que a empresa pode divulgar nas suas embalagens, não sei se esse o conceito de redução de danos, mas, ou talvez, a comunicação de uma forma mais geral sem tratar a mídia, porque talvez seria muita inocência. Uma outra reflexão que eu gostaria de propor aqui também, talvez, existem outras áreas, políticas públicas que há o incentivo de formação de redes a exemplo das áreas de infância e adolescência... Redes, já que existe a necessidade da educação ambiental e existe o interesse da educação ambiental dado o licenciamento, porque não, esse seminário pode propor também a formação de redes de comunicação, de boas

formas de recomendação, boas práticas de sucesso. Então, e quem sabe pode ser um dos resultados positivos desse seminário, também, dentro dessa área de comunicação a criação dessa rede. Fica a proposta aí é desfocar mais da mídia e centrar mais na comunicação mais geral, mais propositiva.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - De novo, a comunicação se nós tratarmos a comunicação como qual é o papel do jornalista no consumo sustentável ou... Eu não sei, mas aí nós estamos trabalhando com empresas, com relação das empresas como educação ambiental.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) - Tem que ser bem objetivo. E o papel não é isso. Eu gostaria que nós fechássemos nessa linha que você está propondo. Se tira completamente, se muda. Que eu acho que nós já nos convencemos de que não deve ser amplo, que não deve ser tratado o jornalista, não. Nós devemos tratar a relação empresa com a comunidade, a empresa com o consumidor, a empresa com o empregado. Então, nesse sentido o qual o papel. Então, se vocês concordarem, sugerir um título se vai ficar na nesse outro...

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - E se nós entrássemos pelo consumo sustentado que você falou.

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) - Pois é. Esta é a idéia: Educação ambiental e consumo consciente. Aí convida alguém de mídia.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - Consumo sustentável é diferente de consumo consciente. Poderia ser empresas, educação ambiental e o consumo sustentável.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) - Empresas, educação ambiental e consumo sustentável.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - Ou empresas comunicação e consumo sustentável.

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) - Acho que poderia pôr: Comunicação, educação ambiental e consumo sustentável. Que aí você...

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - Comunicação empresarial e o consumo sustentável. Não é a comunicação. Empresas e o consumo sustentável e nós trazemos gente de mídia.

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) - Tanto da parte de propaganda, pessoas que lidam com a venda do produto, que vai divulgar, na hora que você pensa na embalagem para ela se tornar mais atrativa para a venda desse produto. Você pode estar perpassando por todas essas questões.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) - Só consumo sustentável já segura toda essa Mesa. Só simplesmente. Consumo sustentável, porque o consumo sustentável abrange tudo, porque o consumo sustentável são dois caminhos: produção e consumo. Não dá para separar.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - Pode ser comunicação para o consumo sustentável? Empresa, comunicação e consumo sustentável.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) - Mas aí fica diretamente a publicidade. Aí você está dirigido para a publicidade.

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – Eu acho que quando nós falamos comunicação. Não é comunicação só dos meios de comunicação, isso é muito comum no Brasil, inclusive em outros idiomas é diferente. Comunicação é até o que nós estamos fazendo aqui é um exercício de comunicação. É como você comunica a sua mensagem. Hoje em dia, nós sabemos que é muito mais amplo. Não é só publicidade. É a própria... As redes, a Internet, a comunicação. Então, eu acho que é ver a comunicação de uma forma muito mais ampla não especificamente dos meios de comunicação. De tudo que é audiovisual, escrito, ou seja, a comunicação da empresa, como as empresas se comunicam com o seu público.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - Para resolver questão...

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) - Consumo sustentável, porque é abrangente.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - O que nós poderíamos fazer é: Empresas, comunicação e consumo sustentável: onde estão as contradições? Aí você provoca para as contradições. Onde estão as contradições? Aliás, em todas as Mesas nós podemos escolher esse tipo de linguagem. Nós colocamos o que é, uma pergunta provocadora. A pergunta marketing ou transformação efetiva. E acho que está ficando claro. Nós escrevemos um tema e bota uma pergunta.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - Eu vou levantar uma outra coisa aqui que eu estou lembrando. Por exemplo, e as empresa que... Como é que nós poderíamos fazer uma reflexão com as empresa que não fazem responsabilidade socioambiental? Que nós despertamos isso? Por exemplo, nós temos várias empresas dentro de Camaçari, dentro de Candeias que têm vários passivos ambientais. A questão do amianto, a questão do chumbo, o mercúrio. São questões sérias e emergentes. Então, em educação ambiental nós temos trabalhado com isso. Nós temos muita conversa com isso. E acho que era o momento, também, importante para nós podemos ver que reflexão. O que nós poderíamos fazer com estas empresas que tenham um passivo ambiental e precisaria ter uma outra postura. Em que momento que nós poderíamos? Então, vamos colocar lá na primeira linha, na primeira Mesa então. Mas aí é muito pouco gente. Eu estou querendo fazer uma provocação de público. Saber como está a visibilidade... Não, por exemplo, nós temos a Boland lá em Santo Amaro que esta em uma tentativa de descontaminação do chumbo. Então, talvez, nós pudéssemos estar fazendo um estudo de caso e vai entrar educação ambiental, porque nós fomos convocados a fazer um programa de educação ambiental aí. é isso que eu estou dizendo. Talvez no estudo de caso, em um relato de experiência trazer uma situação dessas, dramática de uma empresa que está passando por essa situação e que saída que tem. Fazer um estudo de caso dessa situação. Que nós mesmos poderíamos levar. Poderia colocar aí como o estudo de caso então.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) - Rachel, você não acha que se começarmos a abrir demais, nós estamos fazendo o próprio seminário aqui. Eu acho que pode fazer... Abrindo muitas questões pode esvaziar o interesse das empresas em participar, porque pode parecer como se fosse um seminário radical. Sabe, um radicalismo. Então, teria que ser uma coisa bem ampla. Nós estamos radicalizando aqui, obviamente, que o interesse é esse, mas nós perdemos a isca.

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) - Não pode deixar muito aberto, porque você tratar do passivo ambiental, você pode até na Mesa de discussão ou na reflexão você pode trazer esse tema à baila. Mas ele ser um título ou alguma questão, vai ser uma coisa complicada.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - Eu também concordo. Mas eu também concordo que é um dado da realidade que já chegou na mão da gente. Entendeu? Já chegou na minha mão enquanto diretora da educação ambiental essa questão da educação ambiental da conta. Me interessaria profundamente ter um estudo que caso de uma situação dessa aonde nós apontaríamos caminhos para a solução. Não seria para poder fazer a crítica, porque a crítica já está feita no Estado. Já está na Mesa do Governo, e o Governo agora vai ter que resolver. Então, me interessaria que nós pudéssemos ter um estudo de caso, porque nós temos a questão do amianto, do chumbo. E nós, não só na Bahia, nós temos em outros estados também que tem essa problemática da contaminação e a questão da educação ambiental sendo convidada a dar conta disso. Então, quando eu pensei não foi do ponto de vista, nem de radicalizar nem de ser crítica e nem colocar ninguém em desconforto. Muito pelo contrário. É de trazer à luz uma situação que é muito... Que precisa de estudos. Entendeu? De estudo de caso mesmo. Por que, assim, o órgão ambiental do estado, por exemplo, está cheio dessa coisa para resolver. Eu estou trazendo a questão concreta para nós podermos ajudar a pensar.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) - O papel da educação ambiental, ele, acho que ele é preventivo. Quando nós temos já uma situação de fato, acho que outros instrumentos devem entrar. A educação ambiental é o menos eficaz agora nessa fase. Então, não sei se nós poderíamos, deveríamos, com tanto assunto preventivo, se nós deveríamos tratar de um assunto que já não faz parte dessa fase já crítica. Eu coloco isso em discussão.

A SR^a. BEATRIZ RODRIGUES (FURNAS) – A idéia é muito boa, mas nós temos que pensar uma estratégia. Por que, que empresa vai querer trazer o seu passivo e o próprio Ministério não vai poder colocar.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - Não, não é a empresa. É um estudo de casos. Eu estou propondo. Nós podemos trazer, por exemplo, a diretoria de educação ambiental pode trazer. Isso está a minha mão já. Eu tenho três casos na minha mão. Entendeu? Junto com o grupo. Todas as Secretárias estão voltadas para discutir essa questão. Então, eu acho que seria o caso de fazer um estudo de caso que procede. Eu acho que é emergente isso. Está dentro de contexto não está fora.

A SR^a. BEATRIZ RODRIGUES (FURNAS) – Você traria de forma anônima. É isso? Não. Colocando mesmo a situação. Há uma situação hoje no município de Santo Amaro dessa questão do licenciamento, do processo de licenciamento como foi. Essa empresa nem está lá hoje mais do processo de licenciamento. Eu acho que nós deveríamos fazer um estudo de uma situação que não deu certo, por exemplo. Uma ação que a educação ambiental acompanhou e que não teve à luz de projetos socioambientais, nós identificamos como não podemos estar repetindo essa situação. Entendeu? Como que nós temos que evoluir cada vez. Seria assim, é como se nós tivéssemos fazendo um estudo de caso para falar: É isso aqui não deu certo, porque não deu certo? Porque nós não tivemos o olhar socioambiental, porque nós não tivemos um olhar do cuidado, porque nós não tivemos o olhar socioambiental, porque nós não pensamos nessas coisas todas que estamos pensando hoje, porque educação ambiental, na verdade, toda a questão da educação ambiental, na verdade, ela deveria ser preventiva. Só que no nosso País nós não temos isso. Isso é sonho ser preventivo. O que nós temos hoje são as coisas corretiva, que nós estamos correndo atrás. Esse a educação ambiental, ela entra como mais um instrumento de tentar garantir essa possibilidade. Então, não teria nenhum problema antiético porque esse é um caso. Esses casos que eu estou dizendo são casos já de

órgão ambiental, de Estado. São desafios já para serem resolvidos dentro do Estado. Exatamente porque essas empresas não tinham as suas responsabilidades sociais asseguradas. Eram casos que não deveriam acontecer, que não dever ocorrer, que nós temos que tomar cuidado temos que breçar esses. É alguma coisa assim nesse sentido que eu pensei.

A SR^a. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC) - Eu tenho uma sugestão para esse caso. De nós convidarmos alguém do Ministério Público, algum promotor que tenha participado em um caso complexo, sei lá. De grandes carvoarias, de toda uma região, no caso de repercussão nacional e como é que a educação ambiental foi importante. Seja para o envolvimento das comunidades para mitigação dos danos. Então, eu acho que nesse sentido, dentro de licenciamento poderia entrar porque não compromete a empresa e traz esse olhar de como socialmente...

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) – O próprio órgão fiscalizador, como ele atua.

A SR^a. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC) - É, porque aí o promotor vai falar como é que os órgãos ambientais quiseram, como é que as populações e como é que o Judiciário atuou nessa área. Mas, aí tem que ter um caso que nós temos que saber muito, que esse caso foi... A educação ambiental foi o grande diferenciador, o diferencial mesmo. Então, não sei como é que se faria essa pesquisa.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) - Ou seja, é um caso em que houve a participação da educação. É um caso êxitos. Não é um caso não exitoso. Eu acho que nesse enfoque beleza. Então é o papel da educação ambiental no processo exitoso e não na falta dele. É nesse enfoque que eu acho que deve ser feito.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - No nosso caso o que nós temos são processos. Nós temos a educação ambiental se preocupando, porque no nosso caso nós não temos educação ambiental em caso exitoso, embora nós tenhamos três casos com desafios para nós darmos conta à questão do amianto, do chumbo e da questão do mercúrio no Estado. Então, o que nós temos é um processo. Então, nós não poderíamos trazer isso. Agora, se nós pudéssemos estar fazendo, estar trazendo uma reflexão da educação ambiental nesses casos emergentes na qual nós já fizemos um seminário. No início do Governo para nós trabalharmos a base da política, então, nós trouxemos uma oficina de educação ambiental onde nós trouxemos essas questões emergentes à luz da academia. Então, nós convidando o pessoal da saúde do trabalhador, a universidade, a saúde para que nós pudéssemos estar discutindo esses casos que a educação ambiental está sendo convidada a dar conta disso. Então, talvez nós pudéssemos ver, ampliar um pouquinho mais, porque exitoso nós não temos ainda, mas nós acreditamos que pode ser. Tem um grupo de Estado de várias Secretárias trabalhando com esse foco. Talvez mostrasse um pouco como é que está a sendo feita essa articulação. O papel da educação ambiental sendo convidada a dar conta dessa questão. Então, eu acho que seria bem interessante. E vocês podem tem certeza, vários lugares do País vai está aparecendo essa história.

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – Eu tenho um certo receio, que nós trazendo um caso desse tipo possa desestimular a participação do setor empresarial no seminário subsequente. Ou seja, você vai estar expondo, mesmo sendo casos que já vieram a público, você vai estar expondo algumas empresas. Eu acho que não é esse o papel de seminário. Nós estamos fazendo um seminário para educar, para ressaltar o que é positivo. Não para nós colocarmos o dedo na ferida e dizer exatamente como é que deveria ter sido feito. Como é que o Governo do Estado da Bahia está lidando com isso. Então, eu estou vendo mais como um exemplo de marketing do Governo do Estado da Bahia. Mostrar o que o Governo do Estado da Bahia apontou e como deveria ter sido feito. Eu acho que é o tipo de situação que vai

desestimular a participação do setor empresarial, que já não vai ser fácil. Eu trabalho com o setor empresarial e vocês sabem como já é a difícil nós chamarmos esse público, tentar conseguir segurar esse público por três dias. Se no final do evento você ainda utiliza uma mesa-redonda com esse enfoque. Eu acho que muitas pessoas podem sair desestimuladas e acharem-se no banco dos réus. Eu acho que nós temos que ter muito cuidado nesse sentido.

A SR^a. MÁRCIA A. KOPKE (FURNAS) – Cristina, eu acho que isso é muito complicado. Até porque a responsabilidade social é uma coisa... Você trabalhar com educação ambiental ela é preventiva, sim, e esse estágio que está contando aí já passou. Então, vai mostrar a negligência dos órgãos fiscalizadores, porque se está nesse ponto. O Governo Federal, estadual e até o município. Então, é um risco muito grande você tocar nesse ponto.

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) - Só completando, aquela segunda situação que você colocou de trazer um trabalho mostrando que educação ambiental tem sido exitosa em mitigar danos ambientais. Sim, seria. Eu acho maravilhoso. Você falou que tem um trabalho que vocês já estão desenvolvendo ali. Aí seria muito interessante, porque aí nós mostraríamos uma coisa pró-ativa e não um dano.

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – Em todos os casos de responsabilidades vão mostrar isso. Como era e como ficou. Qualquer empresa, qualquer caso de responsabilidade vai apresentar indicadores como era antes dessas ações e como ficou depois das ações.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) - Eu queria lembrar só aqui dentro de justificativa, que termina assim a justificativa. Ciente do seu papel a Câmara Técnica de Educação Ambiental do CONAMA propõe o presente Seminário dando início a um processo que vise fortalecer, visa apoiar o fortalecimento, a qualificação e a definição de papéis dessas instituições empresariais produtivas e eficazes na implementação do PNEA. Agora, o parágrafo que está acima. A lei número tal, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental obriga o engajamento dos meios de comunicação de massa, das empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas e outras na promoção da educação ambiental e na conservação a recuperação e melhoria do meio ambiente. Nós estamos discutindo o que já está proposto. Então, agora é só colocar isso aqui dentro do roteiro dos dois dias.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - Eu concordo com que o Paulo trouxe e eu só para complementar o nome do nosso Seminário, desse evento, não é desafios e perspectivas? Esse é um desafio. Na verdade, se nós colocarmos isso que a Tita disse como um desafio, e não como uma crítica, porque não tem sentido a educação ambiental tem desafios e eu acho atualmente. Ela é preventiva, sim, mas eles foram chamados para trabalhar de forma remediadora. Então, como é que... Esse é um desafio para a educação ambiental. Será que ela funciona como remediadora ou está esperando da educação ambiental a transformação do mundo. Não sei. O que nós estamos discutindo aqui, na verdade, já é quem que vai compor essas Mesas ou esses estudos de caso. O estudo de caso desse do licenciamento, sei lá qual. Poderia ser um estudo de caso trazido pelo Governo como um desafio. E não é que vai bater nas empresa, nem tem sentido elas nem são obrigadas a fazer, a ter responsabilidade social, empresarial, mas elas estão obrigadas a cumprir a lei. Não de educação ambiental. A cumprir a lei de dejetos, de resíduos, já não fizeram isso Então, o papel da educação ambiental não pode ser super estimado, senão nós caímos em um desespero total. Então, vamos trazer as coisas como desafios. E pronto. Não são desafios? É um desafio da educação ambiental, como é que as empresas trabalham com isso? Seguindo essa lei.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) - Nós não deveríamos acompanhar a Política Nacional de Educação Ambiental. Já que existe uma política, vamos dar andamento na política.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - Perfeito.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) - Ela está clara aqui. É a nossa justificativa.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - Esses dois parágrafos que você leu aqui, na ordem inversa que você leu. Eles podem estar no nosso folder de chamada. Esse é o foco. Como é que esse panorama à luz da Política Nacional de Educação Ambiental que está. Como é que é o licenciamento à luz dessa Política Nacional de Educação Ambiental. E que nós vamos entrar eventualmente nas contradições da própria política que vai nos servir como subsídio para trabalharmos na política, nessa mudança da política que nós precisamos. Ela precisa fortalecer isso. Ela precisa trazer esses subsídios para como é que as empresas vão fazer. E ninguém vai ficar batendo nas empresas porque não tem o menor sentido, nem é a função de educação ambiental.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - Eu gostaria de deixar bem claro exatamente isso. Que nós trabalhamos com as empresa a partir do licenciamento, dialogamos muito bem com elas, e que em nenhum momento, nós nem estamos fazendo marketing aqui, muito pelo contrário, em hipótese alguma, e nós não temos interesse de ficar batendo em ninguém. Muito pelo contrário, nós convidamos e a botamos na Mesa e vamos ver. O desafio está colocado. Eu acho que é exatamente nesse olhar mesmo, e em nenhum momento nos temos esse grilo de a não veio, afasta, não. Vai vir quem está aberto já para vir nesse momento, quem está amadurecido para chegar nessa discussão. Quem não tiver ainda vai ter o seu tempo. Entendeu? Porque nós temos trabalhado a educação ambiental agregando pessoas, se não é o tempo de um hoje é tempo do outro amanhã e nós vamos fazendo esse processo de agregar pessoas de fortalecer processos. Então, em nenhum momento tem esse medo de não chegar, ou medo de não ter ninguém, não. Muito pelo contrário e nós vimos discutindo essa questão já. O País inteiro já vem. E isso é legítimo. Então, não tem essa preocupação. Não há essa preocupação nesse seminário de não trazer ou coisa parecida. Muito pelo contrário. Nós estamos convidando as pessoas para participar, dando destaque em situações que nós acreditamos que são situações importantes para dar visibilidade, trazendo possibilidades e desafios, sim, porque está sendo solicitado a um Governo de Estado com suas demais Secretárias, que a não é a de Meio Ambiente, não é só Educação Ambiental, mas que outras Secretarias também dialogam com essa questão. Então, eu me sinto com muita tranquilidade para falar e longe de marketing. Eu não trabalho nessa linha.

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – Então, a minha pergunta é: nós vamos trazer esse tipo de caso?

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - Só como desafio.

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – Então vai trazer se é só como desafio, chamar de desafio ou não...

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - Na hora de compor a Mesa, nós trazendo o Ministério Público, por exemplo, que é um interlocutor dessa área, talvez o Ministério Público traga alguns exemplos que não são tão bons, mas nós não vamos discutir desafios? Vamos ver que como as empresas... Nós temos que construir juntos essa educação ambiental e a sustentabilidade planetária juntos e não tem um que se salve dessa situação. E como é que nós trabalhamos isso juntos, e como que nós melhoramos a lei para que isso possa acontecer da melhor forma possível.

A SRª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) - Eu acho que o Nilo podia amanhã participar de um período de uma meia hora aqui na nossa Câmara Técnica. Ele entende da política, ele entende da orientação, das diretrizes e ele poderia vir e nós apresentarmos o que nós avançamos nessa linha, ele faz as colocações dele e vamos ver se ele pode vir bem no começo da manhã. Nós discutimos, fechamos a data com ele, se agosto ou então em novembro. Parece-me que as duas datas servem para todo no mundo. Agosto nós teríamos o problema do tempo que nós iríamos estar afogados com o tempo. Novembro é um pouco mais distante, sendo no começo de novembro parece que todo mundo pode. Então, não há muita incompatibilidade. Estou certa na minha avaliação e eu vou ver se o Nilo amanhã chega e dá um fecho para nós, porque nós não temos noção de toda a visão política do Ministério e etc. E nós temos que trabalhar com a visão do Ministério. Eu acho que todas as colocações foram feitas, preocupações em ter um tempo mais polêmico. Se vale a pena tratar isso em um seminário aberto que procura ser festivo ou se vale à pena tratar desse assunto num GT específico de área contaminada. Nós temos fórum para isso. Então, não precisa ser em um Seminário de Educação Ambiental.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) - Rachel, tudo isso que nós estamos discutindo aqui ainda vai ser apresentado à Plenária do CONAMA. Certo?

A SRª. RACHEL TRABER (MEC) - O Nilo é que vai dizer. Ele que comanda esse processo do junto ao CONAMA.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) - Mas essa é Câmara Técnica aonde que vai parar. O nosso trabalho não vai ser analisado pela Plenária. Se a Câmara Técnica esta para subsidiar meios aos Conselheiros e poderem deliberar.

A SRª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) - Eu acho que vai ter que anunciar. Nós podemos fazer a nossa proposta. Vai para o CIPAM que é o Conselho de Políticas do Ministério Integração de Políticas Ambientais que o Conselho de Política do Ministério, e nós podemos apresentar ao Plenário para o referendo do Plenário. Pode ser feito assim, ou apenas uma comunicação. Se for a partir do Nilo, do Ministério do Meio Ambiente, nós não precisamos do revendo do Plenário, nós precisamos do referendo da Ministra, alguma coisa assim, mas sempre é bom ter o revendo do Plenário. Isso não demanda mais do que uma reunião e o Plenário referenda e nós teríamos, então, uma maior representatividade uma maior...

A SRª. RACHEL TRABER (MEC) - Já temos o arcabouço necessário.

A SRª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - Eu queria só registrar isso, para depois ser pensado. Desafios e perspectivas da educação ambiental em casos emergentes no licenciamento ambiental. Com estudo de casos mesmo. Na verdade, eu estou sugerindo mais um estudo de caso.

A SRª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) - A pergunta que eu faço é se nós não podemos ter um pouco mais de detalhes. Nós estamos perdendo... Olha, nós estamos nos GTs nós não tratamos nenhuma vez aqui de como vai ver o trabalho do GT. Nós podíamos aproveitar para falar sobre isso para quando o Nilo chegar, nós termos avançado alguma coisa. Coloca...

A SRª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - Pode ser no primeiro dia ou no segundo. Tanto faz. Como um estudo de caso mesmo.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) - Os estudos de casos serão no GT?

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - Os GTs, na verdade, nós tínhamos pensado para ser os temas da Mesa. Ou mais, agora ficamos só com duas Mesas. Nós vamos ter que voltar para o agora. Nós vamos trabalhar para o GT agora. Não é isso?

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) - Nós tínhamos quatro temas, que também em função de ter modificado nós tínhamos... Fechamos todos os temas. E os GTs vão ser... Agora faltam os estudos de casos que nós temos uma sugestão de um estudo de caso que é a Petrobrás, outro estudo que são essas situações emergenciais, a educação ambiental em situações emergenciais. O que mais?

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) - Nós aqui mapeamos, identificamos o Hugo algumas empresas e nós teríamos que estar levantando esse estudo de caso. Seria um trabalho que nós estaríamos nos comprometendo.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) - Então, nós teríamos quantos estudos de caso? Nós teríamos dois dias. A proposta já tem um que é da Petrobrás, que eu acho que houve consenso. A proposta da Cristina de que, para deixar desafios e outros que virão para nós depois elegermos quantos? Dois ou três? Seria um por dia, dois por dia?

A SR^a. MARIA JOSÉ S. HOLANDA (GOVERNO DO CEARÁ) - Eu gostaria só de fazer uma sugestão. Nós estamos elencando alguns estudos de casos estudo, direcionando assim: Estudo de caso esse, estudo de caso aquele. Eu gostaria de lembrar que nós poderíamos lançar uma pré-inscrição para que esses casos fossem apresentados. E uma Comissão ficaria encarregada de escolher esses casos, senão nós cairíamos naquela de talvez repetir alguns casos, que é um seminário nacional, com certeza, outros Estados devem ter casos a apresentar. Então, eu gostaria de sugerir que fosse aberto esse espaço, um período X para a apresentação dos casos e depois a escolha deles para fazer parte desse contexto aí.

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) - Tem até um item que você já colocou aí

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) - Dois dias, mais uma noite. Eu acho que se nós passarmos para novembro, nós poderíamos ter esse tempo de consulta, de amadurecer mais. Eu estou achando simpática a idéia de novembro, porque não daria tempo de fazer consulta com essa correria que nós estamos, mas até novembro dá tempo de nós fecharmos.

A SR^a. MÁRCIA A. KOPKE (FURNAS) - Agora aqui dentro desses objetivos específicos, estudar com o setor empresarial, mecanismos de incentivo e financiamento para as ações de educação ambiental. Eu acho que isso é uma coisa até que as empresa buscam e não sabem como. Buscar esses incentivos está aqui em objetivos específicos, o últimos item. Em objetivos específicos, porque as empresas buscam isso. Elas não sabem como buscar esses incentivos. Então, eu acho que seria importante nós destacarmos.

A SR^a. NÃO IDENTIFICADA - Colocar isso em uma mesa redonda?

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) - Eu acho que seria um tema de interesse para uma mesa redonda. Se é no nível empresarial. O último objetivo específico.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) - Então, nós colocaríamos o segundo dia como estudo de caso. No segundo dia... No primeiro, abertura, segundo... Primeiro ou segundo dia. Nós vamos usar todos os mesmos critérios: o segundo dia, e o terceiro dia do que é a mesa. Nós estamos falando primeiro dia à abertura, segundo dia de manhã mais mesa redonda, é o segundo dia a tarde toda seria GTs que teriam todos os subsídios, o terceiro é o terceiro dia. Vão ser três dias, senão nós não vamos nos entender se não usamos a mesma terminologia.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - Mesas e relatos de experiências e estudos de casos. No primeiro dia e no segundo dia de manhã. E só GTs no segundo dia à tarde e depois fecha com uma plenária.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) - Eu só pediria para vocês que nós usássemos a mesma terminologia. Nós estamos falando: primeiro dia abertura, segundo dia é o segundo dia e terceiro dia é o terceiro dia. Senão não iremos nos entender.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - Nós temos assim. Então, aqui você não precisa colocar ainda aí. É só uma idéia de nós não trabalharmos GTs nas duas do primeiro, do segundo e do terceiro dia, mas trabalharmos GTs só na tarde do terceiro dia e nós colocaríamos mais essa Mesa. Então, nós teríamos de manhã e de tarde Mesas e relatos de experiências, e no terceiro dia de manhã também, novamente Mesa e relato de experiência. Só no terceiro dia à tarde, GTs e fecha com uma plenária das 5h às 6h da tarde.

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) - Eu tenho receio dos GTs ficarem esvaziados, as pessoas vão ficar exauridas pelas Mesas Redondas, com bastante informação e na hora de se reunir realmente para tentar fechar algum Grupo de Trabalho eu acho que vai se esvaziar. Vai ficar com um público restrito. Eu não estou dizendo que não tenha, mas eu acho que vai esvaziar um pouco.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - Só um esclarecimento aqui. Qual é o termo que está entrando agora como Mesa? Financiadores. Será se nós não entraríamos na própria Mesa de licenciamento, de licenciamento. Na primeira, na verdade, no segundo dia. No segundo dia. Eu queria ver o segundo dia. Aqui nessa Mesa de... Na primeira Mesa de responsabilidade socioambiental, balanço social, marketing ou transformação efetiva, porque como é responsabilidade socioambiental, tem a ver com financiamento, tem a história de disponibilizar recursos para que essa responsabilidade socioambiental aconteça. Não é isso? Está intrínseco uma coisa dentro da outra. Que são os projetos.

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – Uma agenda sugestão, é o seguinte: eu acho que nós devemos manter os GTs à tarde porque o objetivo do GT é a das pessoas. Então, logo no segundo dia as pessoas vão estar trabalhando juntas, interagindo, socializando mais. Então, eu acho o que GT tem essa função. Então, não são cinco mesas, afinal, incluindo essa última? Uma na abertura, duas na manhã do segundo dia e duas na manhã do terceiro dia e fecha com a plenária. O GT realmente ele só fica no segundo dia à tarde e no terceiro dia, o fechamento. Eu não vejo conflito nenhum.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - Então, não tem aquela parte de estudo de casos.

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – Pode ter.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - Se você está considerando das 8h30 as 10h30 uma mesa-redonda...

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – Desculpe, mas nós não tínhamos mencionado que os estudos entrariam nos GTs? Os estudos de caso relatos de experiências não tinham saído das Mesas e tinham entrando nos GTs? Eu entendi assim. Então, as mesas são com debatedores, numa Plenária, eu imagino, com debatedores com vários agentes, com perguntas do público, duas horas fecha uma Mesa, intervalo, mais outra Mesa. À tarde, todo mundo se reúne para fazer os GTs. Os GTs nós podemos organizar como tinham falado de manhã, por setores. Então, o setor das pequenas e médias empresas. O GT dos estudos de casos dos sindicatos. Tinha sido uma sugestão. GTs por setor. E aí na manhã seguinte as Mesas, e aí nós temos que pensar como amarrar tudo isso e levar para um Plenária. Acho que o que está faltando e como nós é amarramos para os resultado finais.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - O GT de acordo com as Mesas, para aprontar e aí nesse caso entrariam relatos de experiências e isso também dentro de cada dia. Além de aprontar, estaria aprofundando a partir de um relato.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) - Então, isso seria no período da tarde. Então, no segundo e o terceiro?

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – No terceiro à tarde seria a Plenária final com os resultado, com cinco sei lá.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) – GT só no segunda dia.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) - Eu acho, porque nós levamos para Plenária o resumo de cada um dos casos tratados nos GT. Então, se nós tivermos tempo são três GTs são três casos a serem relatados, resumidos por um relator. Eu acho que fica bom assim.

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) - Nós vamos ter Grupos de Trabalho no segundo dia, no terceiro dia na parte da tarde e de 16h às 18h fecha com a Plenária.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) - Olha, por favor. Eu gostaria de chamar para uma coerência. Nós discutimos bastante e chegamos a várias opções e várias possibilidades. Eu só gostaria de pedir a coerência simples daquilo que se propõe em tudo. Conselho Nacional do Meio Ambiente, que é um órgão do Ministério do Meio Ambiente e uma lei que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental que é o PNEA e essa lei obriga: número um – o engajamento dos meios de comunicação de massa (Eu já falei, estou falando novamente), das empresas, das entidades de classe, das instituições públicas e privadas. E então começa aqui na abertura teriam que estar essas entidades para ter coerência, senão, tudo bem, nós não perdemos nada no que fizemos aqui, mas agora vemos estabelecer a coerência e vamos ficar nesse trilho. Ponha na primeira página, por favor, Tita, ponha o primeiro dia na tela, por favor. O primeiro dia, abertura. Pronto. Então nós teríamos que estar nesse dia da abertura (eu vou falar, vocês me dizem se estão aí): Obriga o engajamento dos meios de comunicação de massa. Não está ali no primeiro dia. As empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas. Esse é o PNEA. Mas é só quatro. Para ficarmos coerentes. Não precisamos inventar mais do que já foi arduamente discutido para criação de uma lei. Nós estamos querendo incrementar a lei.

A SR^a. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC) - Até fui eu que escrevi isso. Nós só estamos citando o artigo da lei, mas não significa que os meios de comunicação de massa tem que estar presentes, porque o foco do seminário é empresa e seminário. Na verdade, a lei ela continua, ela distingue esses setores não responsabiliza ninguém por nada. Diz que todos são responsáveis igualmente. Só para falar que está aí os meios de comunicação de massa, mas não é o foco.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) - Eu concordo. Eu só estou querendo por coerência da Política Nacional da Educação Ambiental.

A SR^a. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC) - E primeiramente aos objetivos do seminário. Eu concordo com você. Nós nos propomos aos objetivos então as mesas e o GTs têm que captar dos grupos as contribuições de acordo com os objetivos que nós estamos...

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - Eu posso passar o primeiro dia e panorama.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) - No primeiro dia tem Plenária, depois do GT.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - À tarde os GTs dos resultado dos grupos. Então, de duas as quatro aqui (...). Olha só. Tem à tarde os GTs e tem a plenária com a apresentação dos resultados dos grupos de trabalho já de cara. Então, de 14h às 16h.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) - Deixa duas, se acabar o assunto, beleza. Não ainda colocar muito apertado o tempo.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Almoço das 13h às 14h30 começam os trabalhos da tarde. Eu sugiro que a Mesa de comunicação fique com 1h30. Dá tranqüilo.

A SR^a. NÃO IDENTIFICADA - Eu sugiro 20 de dezembro.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Vamos fechar o terceiro dia aí, Rachel. Das 8:30 às 10:30, licenciamento ambiental, compensação. Depois vem 10h45 às 12h, relatos de experiências já aqui? Aqui não. Aqui entrou uma mesa não foi, a não? Aqui entrou uma Mesa ou foi relato de experiência? Eu queria sugerir uma metodologias com os GTs. E queria sugerir uma metodologia: cada apresentação do GT, que nós tivéssemos um olhar de um profissional, quem vai estar coordenando para nós podermos estar fazendo ali no processo o debate. Colocando: - É isso, aquilo... Fazendo uma coisa bem didática, uma coisa assim, de um estudo, mesmo, de casos. Então, a Plenária traz o estudo de caso e alguém faz uma avaliação em cima daquilo. Entendeu? É por aqui, não é por aqui, aqui precisa olhar isso. Fazer uma coisa assim, fazer uma coisa didática, no processo de formação. Não só apresentou não sei o que, não. Dentro do processo de apresentação, nós aprendemos, todo mundo aprende. A idéia seria essa. Nós trabalhamos assim agora lá em Rio das Ostras, com todas as apresentações dos GTs. Então, cada apresentação nós vamos e fazemos uma análise em cima daquilo. Bota o dedo tira, mexe e faz a reflexão Fica bem dinâmico. Agora, eu estou com dúvida no terceiro dia, que tem a Mesa do licenciamento até 10h30 e depois: não está aí por quê? Então, aqui é que vai entrar uma Mesa de financiamentos aqui. E esse relato desce, ele fica para tarde. Não é isso? Agora eu acho... Eu tenho uma observação em relação a esse

relato. Eu acho que esse relato, Rachel, esse estudo de caso da Petrobrás da Bacia de Campos. Eu acho que ele tem que ser um destaque para todos. Ele não pode estar em um GT. Ele é uma política pública que nós estamos fazendo, agora abrindo junto com outros profissionais. Com profissionais da área de antropologia. Então, é um destaque especialíssimo para esse estudo de caso. Eu acho que não tem que estar no GT porque perde. Ele tem que estar no geral. A minha sugestão é colocar junto com a Mesa.

A SR^a. DANIELA CESTAROLLO (CNC) – Tina, na abertura teria como incluir ali na abertura?

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) – Ele está associado ao licenciamento.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) - Eu posso dar uma sugestão? Colocar o financiamento em GT e esse estudo de caso no outro, porque nós vamos levar para a Plenária todas as experiências. Então, as experiências de financiamento ficariam para o GT. Vocês concordam?

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) – Os GTs não vão estar lincados ao que está sendo trabalhado nas mesas? Porque não deixa esse estudo de caso que da Petrobrás como nunca fechamento antes da plenária? Você faz um fechamento de trabalho apresentando esse trabalho que ela diz que a é uma situação exitosa antes de nós fazermos.

CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Pessoal, 8h30, amanhã.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) - Vamos providenciar o encerramento formal para constar na ata.

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) - Nós sugerimos colocar no fechamento antes da Plenária apresentar esses estudos de casa como fechamento de todos os trabalhos.

A SR^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA) - Eu estou apostando que poderia dar visibilidade para todo mundo ver esse estudo de caso. Uma coisa para não ficar só no GT. É isso que eu estou sugerindo, ampliar.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) -. Então, encerramos hoje às atividades para amanhã recomençar às 9h. Obrigado a todos.

09/04/2008

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Bem, bom dia a todos. Podemos abrir a sessão uma vez que temos quorum de quatro por sete. Então vamos dar o andamento e finalizar os trabalhos de ontem, mais uns quinze minutos eu acho que nós conseguiremos realizar a tarefa. E já solicito aos presentes, alguém que queira se manifestar sobre o tema. Por favor.

A SR^a. MARIA JOSÉ S. HOLANDA (GOVERNO DO CEARÁ) – Nesse segundo dia, quando nós temos aqui, amanhã a Mesa Redonda das 8h30 às 10h30, eu gostaria de sugerir uma mudança. Eu penso da seguinte forma: nós temos duas Mesas Redondas no período da manhã. Quando nós poderíamos ter uma Mesa Redonda e nesse horário de 10h45 às 12h30,

nós teríamos os Grupos de Trabalho, porque eu acredito que o Grupo de Trabalho, ficando para o período da tarde, para a apresentação à 18, ele possa ser prejudicado. Agora, se nós tivermos um Grupo de Trabalho das 10h45 às 12h30 e tivermos um tema interessante, com palestras interessantes e assuntos bastante interessantes que é empresas, comunicação e consumo sustentável, onde estão as contradições, eu acredito que faz com que o público tenha o interesse de permanecer. Enquanto que a Plenária para apresentação do Grupo de Trabalho no final da tarde, eu digo isso pela experiência de apenas 20 anos em educação ambiental, e eventos e eventos e eventos que nós vimos promovendo que eu sempre trabalhei com educação ambiental. Eu nunca trabalhei em outra área. Educação ambiental, formação de educadores e promoção de eventos. Então, eu vejo duas Mesas Redondas pela manhã e o Grupo de Trabalho à tarde, nós poderíamos ter um ganho fazendo a Mesa Redonda pela manhã e também pela manhã o Grupo de Trabalho com a apresentação após a Mesa Redonda, e esse assunto que eu acho muito bom mesmo esse tema, que é empresas, comunicação e consumo sustentável teria um interesse desse público que nós queremos atingir de ficar para saber e discutir sobre isso, que são exatamente empresas, comunicação e consumo sustentável. Enquanto que, o Grupo de Trabalho vai se reunir, no final da tarde algumas pessoas ficarão, principalmente empresários, outros irão se ausentar. E já se tiver um tema que for de interesse para que ele fique sabendo de que se trata, de que pode, como é que a empresa dele pode estar junto. É a proposta que eu faço, aí a decisão é de todos, certo?

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) – Eu concordo, eu acho que você vai ter um público garantido tanto na parte da manhã, como na parte da tarde. Agora ficaria também na parte da tarde, depois para esse segundo tema um Grupo de Trabalho? Porque a idéia era ter Grupo de Trabalho lincado à Mesa Redonda. Eu acho a proposta bem coerente.

A SR^a. MARIA JOSÉ S. HOLANDA (GOVERNO DO CEARÁ) – O período da tarde ficaria dessa mesma forma do período da manhã, nós teríamos uma apresentação do trabalho, discussão e o Grupo de Trabalho. Teria a Plenária, o Grupo de Trabalho iria se apresentar, porque o período da tarde inteira, de 14 às 18.

A SR^a. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA) – Bom, pelo que eu estou entendendo então, você está propondo que após a Mesa Redonda, às 10h45, seja um Grupo de Trabalho?

A SR^a. MARIA JOSÉ S. HOLANDA (GOVERNO DO CEARÁ) – Não. O que eu estou propondo é que o...

A SR^a. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA) – Que se faça da Mesa Redonda de 8h30 às 10h30, com o tema: Responsabilidade sócio-ambiental, e em seguida teríamos um Grupo de Trabalho a partir desse próprio tema. Na tarde, no primeiro horário, de 14 às 16, seria uma nova Mesa Redonda. Um outro tema. E o Grupo de Trabalho apóia essa Mesa Redonda?

A SR^a. MARIA JOSÉ S. HOLANDA (GOVERNO DO CEARÁ) – Não, nessa Mesa Redonda não teria Grupo de Trabalho, teria debate porque é um tema que vai despertar bastante discussão.

A SR^a. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA) – Então, seria a Plenária à tarde, com o resultado do Grupo de Trabalho que aconteceu pela manhã, porém com um tema diferente. É essa questão que nós temos que discutir, porque se vai haver o Grupo de Trabalho sobre o tema de responsabilidade sócio-ambiental, o resultado desse Grupo de Trabalho não será apresentado em Plenária porque já vai entrar um outro tema de Mesa Redonda. A não ser que nós pensemos numa outra estratégia.

A SRª. MARIA JOSÉ S. HOLANDA (GOVERNO DO CEARÁ) – Esse mesmo horário onde seria feito Grupo de Trabalho não está definido aqui? Grupo de Trabalho, das 14 às 18 e das 16h45 às 18 a Plenária com a apresentação do trabalho? Isso iria lá para cima. Haveria a apresentação dessa Plenária no horário. Você diz essa Mesa? Ah sei, da 16h45 às 18h30 ficaria sem Grupo de Trabalho. Exatamente, o que eu o proponho é porque esse tema teria uma apresentação 16h45 às 17h30 porque uma palestra mais de uma hora já ultrapassa o limite, e ficaria debate ao invés de Grupo de Trabalho sobre esse tema. Entendeu? Grupo de Trabalho não ficaria diferente, para não ficar uma coisa uniforme, um diferencial, um tema bastante envolvente que vai despertar muitas discussões e tempo para que as pessoas possam discutir, porque sempre as palestras são seguidas de encerramentos sem debates. É 10 minutos para debate, 15 minutos o pessoal correndo para o almoço e debate sempre sai prejudicado. Eu acho que quase todos os eventos que nós vamos, nós temos essa constatação, sempre o debate é a atropelado, palestrante fala, fala quando as pessoas começam perguntar, as pessoas começam a sair porque a hora já avançou.

A SRª. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA) – É assim, uma tentativa de que nós façamos dentro dessa idéia sua que eu acho ótima, no início da tarde, ao invés da Mesa Redonda as 14, se faça a Plenária já de apresentação do Grupo de Trabalho da manhã que termina às 12h30, abra com a Plenária dos Grupos de Trabalho. Em seguida a Mesa Redonda, 15h30, sei lá, aí tem que ver, e a Mesa Redonda então, não abriria às 14. Teria o tempo de apresentação do Grupo de Trabalho da manhã, da Plenária, faria a apresentação dos resultados da discussão. Em seguida, a Mesa Redonda, 15h30 ou 16, eu não sei, e ainda com tempo de abrir o debate, a discussão para o tema da tarde.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Bem, alguém quer mais se manifestar sobre o tema?

A SRª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Olha bem, a nossa idéia do segundo dia, das 8h30 às 10h30, uma Mesa Redonda, está incluído um debate. A idéia é que seja uma palestra de uma hora e uma hora para debate. Está errado isso aí, não sei por que está aí debate 30 minutos. É essa a idéia, que essas Mesas Redondas sejam uma hora de palestras e uma hora de debate, não levam mais do que isso. Eu não estou discordando ainda não, eu só estou colocando dados aqui. Das 10h45 às 12h30 é um pouco menor o tempo. E à tarde ficaria os Grupos de Trabalho, até poderia ser sim nessa linha, uma palestra, um GT, uma palestra, um GT. Eu acho que não ficasse prejudicado o Grupo de Trabalho, porque nós estabelecemos para cada palestra um Grupo de Trabalho, que não ficasse prejudicado o Grupo de Trabalho, eu acho que considerando que o GT vai ser uma forma de participação intensa que atende aos reclamos de todos os setores aí que não têm debate. E que depois do Grupo de Trabalho nós levemos para a Plenária as recomendações, as decisões, as conclusões tiradas no Grupo de Trabalho. Então, nós estamos trabalhando numa Plenária, discute, aprofunda o tema no Grupo de Trabalho e volta para a Plenária para apresentar. Eu acho que isso satisfaz ao anseio de participação muito pertinente dos setores.

A SRª. MARIA JOSÉ S. HOLANDA (GOVERNO DO CEARÁ) – Então, em cada Grupo de Trabalho terá que ter um facilitador que domine o assunto, porque nós não podemos pensar que todas as pessoas que estão ali entendam sobre isso. Elas foram exatamente com o instituto de tomar conhecimento do que está acontecendo. Então, vai ter que ter em cada Grupo de Trabalho um facilitador, que seja uma pessoa que domine o assunto, para poder conduzir de uma forma que tenha um resultado esse Grupo de Trabalho, porque, senão vão duas ou três pessoas trabalhar e vão apresentar um relator e, vamos dizer, 20 ou 30 pessoas vão ficar assistindo. Então não vai haver uma participação da forma que nós estamos querendo.

A SRª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Ontem foi feita essa sugestão, eu acho que por você mesma e nós acatamos e faz parte da metodologia nós trabalharmos isso. E

depois no final nós fazemos um apanhado dos encaminhamentos, das principais decisões, e eu concordo sim. Eu acho que tem que ter um facilitador, um profissional que possa tirar do grupo o maior número possível de contribuição. Então, faz parte já sim.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Mais alguma consideração do tema? Podemos ter consenso no que foi colocado?

A SR^a. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA) – Eu acho que nós temos que decidir então, sobre essa proposta. Eu gostaria de recolocar essa sugestão da mudança aqui da seqüência, para à tarde ser a Plenária de apresentação do Grupo de Trabalho no primeiro horário e em seguida a segunda Mesa Redonda. E sugerir que, talvez por conta dessa consideração também da Maria José, que possa haver, após essa Mesa Redonda, a possibilidade de apresentação de algum caso, de alguma experiência específica daquele assunto que vai trazer mais elementos para o Grupo de Trabalho. Nesse sentido de fortalecer a discussão do Grupo de Trabalho.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Parece-me, gente, que se eu entendi bem, nós teríamos, depois das palestras, os Grupos de Trabalho onde seriam discutidos estudos de casos, o estudo de casos seria a nível de Grupo de Trabalho que depois seria levado para o Plenário de uma forma resumida. Eu entendi isso. Então, nós estamos precisando convergir um pouco mais, nós tínhamos aqui Grupo de Trabalho, estudo de casos e relatos. Não é assim, nós mudamos, mas eu gostaria que nós convergimos. É ter uma idéia, eu vou repetir o que ficou decidido ontem. De noite, das 18h20min, abertura panorama. Comentaram que 18 é muito cedo, isso aqui é detalhe que nós vemos ter seis meses para resolver. Seis não, quatro meses para resolver. Vamos pegar a linha mestra. No segundo dia nós teríamos das 8h30 às 10h30 uma Mesa Redonda, o tema seria dessa Mesa Redonda “Responsabilidade social e balanço social, marketing ou transformação efetiva”. Das 10h45 às 13h30, nós teríamos outra Mesa Redonda: Empresas, comunicação, consumo sustentável, onde estão as contradições? À tarde nós teríamos, já mudou isso aqui? Nós estamos discutindo isso. Já passou, mas nós estamos discutindo, era essa a proposta. 10h45 às 13h30. A proposta de eu, a Rachel e a Viviane, a proposta é que passasse isso para tarde, e que o Grupo de Trabalho fosse lá para cima. Nós temos duas coisas favoráveis e algumas coisas desfavoráveis, nada é perfeito. Como favorável seria a atratividade que uma palestra teria à tarde para atrair empresários e pessoas interessadas na palestra, achando que somente o Grupo de Trabalho à tarde poderia esvaziar a reunião. Isso foi o argumento que a Maria José colocou. Uma desvantagem seria que nós teríamos aqui problemas porque nós teríamos, na primeira apresentação, um Grupo de Trabalho contemplando as duas palestras, com retorno para a Plenária das discussões do Grupo de Trabalho. Era esse o esquema. Aqui nós vamos ter prejudicado ou o Grupo de Trabalho ou o retorno para a palestra, porque não dá tempo de fazer a palestra, o GT e o retorno para a Plenária. Então, é isso que está em discussão.

A SR^a. PATRÍCIA PINTO (OCA BRASIL) – Eu queria saber se esses temas já estão fechados, por exemplo, esse tema: uso do audiovisual na construção do diagnóstico de participação no projeto de estudo e licenciamento...? Porque eu acho que esse, especificamente é uma coisa pontal, não é uma coisa de interesse nacional, não é todo mundo que tem esse tipo de problema.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Eu vou também... Com relação ao que nós decidimos ontem, que nós iríamos receber todas as sugestões de temas para serem apresentados. Eu falei com a Dominique, que é diretora do CONAMA, se ela queria vir para dar algumas diretrizes. Ela disse que ela prefere vir aqui no dia em que nós estivermos mais amadurecidos. A idéia da Maria José era que nós abrissemos as inscrições para a apresentação de temas, e que depois nós fizéssemos uma Comissão, pedir em comitê uma seleção dos nomes. Nós vamos submeter a nossa programação à apreciação e à cooperação da nossa Secretaria de Educação Ambiental do Ministério, nós vamos envolvê-los e nós

vamos trazer ou na próxima reunião, ou antes disso, assim que nós tivermos, nós vamos alimentando o nosso site com contribuições de todos que vieram e, inclusive da Secretaria e do próprio Ministério, do próprio CONAMA, do Nilo, e nós vamos poder acessar as contribuições e trabalhar com elas e em cima delas novas sugestões. Então, nós não estamos hoje nessa reunião, nem ontem fechando nenhuma, é a primeira sugestão de tema, a Maria José, a Tita tinha sugerido também que se trabalhasse muito no tema da contaminação. Nós, houve várias manifestações contra e o argumento maior, que eu não coloquei ontem, mas que eu coloquei depois para ela é que nós temos um Grupo de Trabalho de áreas contaminadas em que é tratado sim da remediação de diretrizes para a proteção que nós temos um fórum mais propício para tratar de contaminação do que na educação ambiental, mas permanece a sugestão dela.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Cleide, eu sugeri que fizesse essa correção aqui: desafios de perspectivas, está incorreto aqui essa palavra. Por favor, Keilah.

A SRª. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA) – Cleide, é porque no momento em que eu fiz a proposta você não estava na sala. Então, eu vou só repetir a questão da proposta em termos da programação. A partir do que a Maria José colocou, eu estou sugerindo que se altere o horário do Grupo de Trabalho, aliás, da Mesa Redonda que está prevista no segundo dia às 10h45 às 12h30, passe para tarde e que nesse horário se realize o Grupo de Trabalho referente ao tema da Mesa Redonda: Responsabilidade sócio-ambiental. Então, ficaria da seguinte maneira: 8h30 às 10h30, a Mesa Redonda Responsabilidade sócio-ambiental. Em seguida, 12h45 o Grupo de Trabalho, no primeiro horário seria a Plenária de apresentação do Grupo de Trabalho, de 14 às 15, possivelmente, e em seguida se realizaria a segunda Mesa Redonda que é Empresas, comunicação e consumo sustentável. A Plenária do Grupo de Trabalho, até às 15, para poder ter o tempo de apresentação do resultado do GT que foi feito pela manhã. Em seguida, aí os horários podem acertar de tempo, em seguida seria a segunda Mesa Redonda: Empresas, comunicação e aí se poderia discutir se seria uma Plenária de debates ou um segundo GT. Então, esse é o segundo dia. Aí tempo pode ser...

A SRª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Maria José, a proposta sua, só com relação a horários, mas nós continuamos ainda com o problema de nós não termos um Grupo de Trabalho para a Mesa Redonda, ou não ter a Plenária do Grupo de Trabalho dessa Mesa Redonda.

A SRª. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA) – Exatamente isso resolve essa questão.

A SRª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Olha bem, nós vamos ter 14 a Plenária do Grupo de Trabalho. Anterior, nós vemos ter 15, Mesa Redonda. Às 16 seria Grupo de Trabalho, pelo menos duas horas de Grupo de Trabalho, e depois nós não temos horário para fazer a Plenária do Grupo de Trabalho, ou o Grupo de Trabalho, ou a Plenária dessa segunda Mesa Redonda fica prejudicada, e não está resolvida essa situação. Nós não estamos querendo tirar Grupo de Trabalho e Plenária sintética do Grupo de Trabalho. Nós não estávamos querendo tirar isso.

A SRª. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA) –. Eu acho que é possível se fazer um Grupo de Trabalho e a Plenária do Grupo de Trabalho, depois da Mesa Redonda.

A SRª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Mesa Redonda seria de 15 às 17. Ou nós assumimos os princípios, nós não tínhamos dito que as Mesas Redondas seriam de duas horas para nós termos uma hora de apresentação e uma hora de debate? Não foi isso? Ou não? Então, gente, nós temos que manter os princípios, senão nós ficamos perdendo.

A SR^a. BEATRIZ RODRIGUES (FURNAS) – Keilah, eu acho que a sua preocupação está de não ficar interessante no Grupo de Trabalho, é isso? Porque mudou, olha, à tarde no estudo de casos vão ter os relatos de caso. Então, vai estar interessante também. Eu só queria entender o porquê da mudança sobre o que nós, ontem, eu ainda não entendi o porquê que eles estão querendo mudar. Então eu estou só lembrando que vai ter o estudo de casos.

A SR^a. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA) – Desculpe, vamos voltar um pouquinho só para nós entendermos. A questão é a metodologia de se ter a Mesa Redonda e o Grupo de Trabalho referente àquele tema. Essa é a proposta geral, não é, de metodologia?

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Tem mais um detalhe, a Mesa Redonda, o Grupo de Trabalho e uma Plenária sintética para resumir as coisas. Já são três itens.

A SR^a. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA) – Então, a proposta é no sentido de viabilizar isso. Então, no primeiro dia está previsto, dentro dessa programação, duas Mesas Redondas com dois temas diferentes e um Grupo de Trabalho à tarde. A proposta que eu estou fazendo, que nós estamos encaminhando, seria de fazer a primeira Mesa Redonda e em seguida um Grupo de Trabalho referente àquele tema da Mesa Redonda pela manhã. Não, no horário da Mesa Redonda que está prevista para 10h45 às 12h30, que está prevista essa Mesa Redonda. Então, esse horário aí do segundo dia. Isso aí seria o Grupo de Trabalho sobre o tema que foi apresentado e debatido de 8h30 às 10h30 que é responsabilidade sócio-ambiental. A mesma Mesa, no segundo dia, responsabilidade sócio-ambiental. Em seguida o Grupo de Trabalho sobre esse tema, à tarde abriria com a Plenária de apresentação do Grupo de Trabalho. Em seguida a próxima Mesa Redonda, que está aí, é dessa maneira que está aí mesmo. Então, a partir dessa Mesa Redonda o que nós temos que decidir, pelo horário, é se haveria o Grupo de Trabalho referente a esse tema de Empresas, comunicação e consumo sustentável.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Nós estamos deixando em preto o de ontem, o que foi fechado ontem com a coordenação do grupo, estamos colocando em vermelho as propostas de hoje para discussão. Eu só queria salientar só por uma análise de que nós economizamos, fazendo as duas Mesas Redondas próximas nós economizamos o tempo do Grupo de Trabalho, porque nós podemos fazer três, quatro Grupos de Trabalho paralelos tratando dos dois temas, nós ganhamos tempo, só por isso. E o argumento de que poderia esvaziar, eu acho válido, mas nós temos também como atrair que é justamente os estudos de casos. Eu acho que nós vamos ter uma participação grande, nós não precisamos nos preocupar com pessoas que não iriam porque não têm interesse. Eu acho que é um tema que mobiliza sim muita gente.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) – Nós fizemos um exercício aqui e ontem à noite nós começamos fazer aquele exercício de passar e no primeiro dia não ter Plenária, só ter Plenária no segundo dia. Agora a Maria José e eu fizemos um exercício aqui que implicaria em uma hora de Plenária só que bem tarde, das 19 às 20. Eu não sei se isso seria possível. Mas seria o seguinte: de manhã, Mesa Redonda, estudo de casos e Grupos de Trabalho. De tarde, Mesa Redonda, estudo de casos, Grupos de Trabalho e Plenária, meio que à noite. Aí fica, e nos dois dias isso, nos dois dias inteiros. Acontece que as pessoas não querem ir embora só no dia seguinte. Então ficaria assim: uma Mesa Redonda das 8 às 10. Um estudo de caso das 10h15 às 11h15. E um GT das 11h30, porque não dá para as pessoas se deslocarem, das 11h30, e contanto que nós consigamos organizar as pessoas nos Grupos de Trabalho antes com crachás de cores diferentes. Então, e com salas, com cartaz que a pessoa já sabe qual é o Grupo de Trabalho que ela vai. Então, das 11h30 às 13. Depois, de tarde, começa uma Mesa Redonda das 14h30 às 16, um estudo de caso, essa que é a vantagem, com um estudo de caso e não dois estudos de caso, mas é um estudo de caso com alguns relatos de experiência que vocês tinham colocado lá e eu não queria tirar esses relatos de experiência. Então, é um

estudo de caso que é apresentado em vinte minutos e depois dez minutos para dois estudos de caso. Nós precisaríamos de 40 minutos, 50 minutos. E o Grupo de Trabalho das 17h30 às 18h30. E depois a Plenária das 19 às 20, ou das 18h30 às 19h30.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Pessoal, se o objetivo era não esvaziar a Plenária, vocês conseguiram esvaziar fazendo essa daí. Fazendo a Plenária no último dia, que todo mundo já foi embora. Tudo bem, essa Plenária das 17, esquece, não acontece, o pessoal vai embora. Nós temos Plenária aqui, toda vez que tem Plenária você vê 17, 16h30, o pessoal já foi embora, não dá quorum. Quantas vezes nós terminamos a Plenária do CONAMA porque não dá quorum, o pessoal vai embora. Então, se o objetivo é garantir quorum, uma participação.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) – Nós precisamos ter estudos de casos para todos os temas ou da para ter estudos de caso não para todos os temas? É legal o estudos de caso, é a melhor coisa.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Eu acho que o objetivo maior desse seminário, para mim, é conhecer os casos, as experiências, trocar experiências.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) – E Grupo de Trabalho? É fundamental ter ou nós podemos passar de estudos de casos com experiências para a Plenária? Sem Grupo de Trabalho.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Eu pensei Rachel, eu acho que é uma alternativa ótima, mas eu tinha pensado colocar os estudos de caso no Grupo de Trabalho, eu não sei se isso... No Grupo de Trabalho até para ir mais fundo, porque a impressão que eu tenho é que quando se estuda o caso, ele é apresentado lá no Plenário, parece que tem uma barreira para você interagir com esse estudo de caso. No GT eu imagino que ele seja mais dinâmico, mais no corpo a corpo ali, eu acho interessante, mas eu posso estar enganada. É uma alternativa sim estudos de caso em Plenária, mas no Grupo de Trabalho, não pegar o Grupo de Trabalho e fazer o primeiro estudo de caso, e depois um outro Grupo de Trabalho, não. No Grupo de Trabalho já tem um estudo de casos e os casinhos menores, mas todos eles já pré-agendados, com crachá sim, isso tem que ser organizado dessa forma, para que cada um saber para que sala vai e não ficar aquele tumulto na hora. Então, eu acho o que estudo de caso no Plenário também vai bem.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) – Deixe-me esclarecer aquele estudo de caso que parece ser uma coisa pontal, e só de erro de comunicação. A Tita ontem justificou que a apresentação pode ser feita, desse estudo de caso, pode ser feita em como é que eles trabalharam o licenciamento e a compensação com as populações usando diversos formatos de educação ambiental. Diz que eles chegaram na população, mas lá nas bases da sociedade, com o conceito de licenciamento e todo mundo pôde participar e isso num formato de educação ambiental, com o licenciamento de um projeto de um TAC da Petrobrás. Então, o que nós teríamos que pautar muito bem essa experiência, e se ela for feita, apresentada para todo mundo e os Grupos de Trabalho se debruçarem sobre esse tema, ia ser bem interessante, porque se nós conseguirmos pautar esse grupo e eles apresentarem com representação ao estudo de caso, nós podemos dar, não usar uma hora aqui para o estudo de caso, fazer eles entrarem logo depois da Mesa, a Mesa se desfaz e você chama o estudo de caso e dá vinte minutos para eles, para o estudo de caso. Aí a coisa talvez se resolva dessa forma e nós não precisamos tirar os Grupos de Trabalho e apresenta o estudo de caso com uma moldura específica para não confundir tudo com o debate da Mesa Redonda e com duas outras experiências, relatos de experiências nessa temática. Então, fica Mesa Redonda, seguida de vinte minutos de estudo de caso, duas vezes dez minutos, mas logo em seguida, sem dar o intervalo. E o intervalo é no caminho dos Grupos de Trabalho. Aí nós diminuímos uns vinte minutos aqui.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Nesse novo formato, eu acho que nós temos que contemplar em todas as Mesas estudo de casos. Nós não podemos hoje eleger um estudo de caso que nós não temos o universo que será apresentado. Então, poderia em função da relevância dos estudos de caso, fazer depois da palestra, no local do debate fazer isso. É aí seria o corpo de todas as palestras, palestra, estudo de caso, debate e Grupo de Trabalho. Eu pediria então a todos que trabalhassem agora nessa linha de Mesa Redonda, estudo de caso, debate, Grupo de Trabalho e Plenária. Que tentasse arrumar nos três dias o horário para essas três metodologias básicas que nós fechamos.

A SR^a. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA) – É só uma questão assim, o debate permanece então? É essencial que o debate permaneça?

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Rachel, você poderia então apresentar a proposta, para nós colocamos em votação e para nós fecharmos essa, se está bom. Em discussão, pelo menos.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) – Bom, vamos ver se agora nós chegamos a um formato do nosso evento. O primeiro dia então, das 18 às 20 é a abertura com um panorama da educação ambiental no setor empresarial e sindical. No segundo dia, de manhã, das 8h30 às 10 nós temos Mesa Redonda, com três falas de 20 minutos cada uma e 30 minutos para debates, seguido de, sem café, sem pausa, das 10 às 10h40 sendo 20 minutos para o estudo de caso e dois relatos de experiência de dez minutos cada um. Das 11 às 12h30 se divide em Grupos de Trabalho pré-organizados já, as pessoas se inscrevem nesses Grupos de Trabalho e elas já vão saber qual é a sala que elas vão para aquele GT. E eles vão debater e nós precisamos pautar muito bem tanto os palestrantes, quanto o estudo de caso e as duas experiências para que nós tenhamos resultados de participação nos Grupos de Trabalho, que se feche encaminhamentos com relação a essa temática. À tarde a mesma coisa, das 14 às 15h30 fica a Mesa Redonda, também três falas de vinte minutos, meia hora de debates, debates de esclarecimentos aí. Depois, das 15h30 às 16h10min um estudo de caso e duas experiências. E das 16h20min à 18, Grupos de Trabalho. Das 16h20 às 18 são Grupos de Trabalho. Entre parêntesis um estudo de caso de vinte minutos. No terceiro dia, a manhã é idêntica ao do segundo dia. Mas à tarde, das 15 às 17 é Plenária: debates, apresentação dos GTs. Agora, deixa então, gente, vamos focalizar aqui rapidinho. Na CGEA, na nossa coordenação com esses eventos nós costumamos construir um fio lógico do evento em si em que como é que as coisas se concatenam com os objetivos e com o tipo de apresentações que nós precisamos ter e como elas vão se seguindo. Nós precisamos construir esse fio lógico, porque esse evento não é um evento comum, assim que todo mundo faz, que bota as pessoas para falar e bota os outros para debater, não. Ele tem objetivos muito específicos e tem toda uma linha, um fio lógico que precisa ser explicitado. Até para nós trabalharmos com os parceiros que vão trabalhar conosco. Quem que vai escrever esse fio lógico?

A SR^a. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC) – Não vai ter o Grupo de Trabalho para detalhar? Porque nós vamos fazer isso agora?

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) – Não, não é agora, eu só quero tirar alguém. Então, quais são as tarefas desse Grupo de Trabalho? Definir quais são os GTs e fazer o fio lógico, porque toda a estrutura está montada e depois submeter aos diversos parceiros para ir colocando as pessoas certas nos locais certos. Mas, precisa construir esse fio lógico e é a melhor forma com que esse Grupo de Trabalho pode trabalhar sem perder o todo, fazer a linha lógica desse seminário.

A SR^a. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC) – Poderia definir as tarefas dos Grupos de Trabalho.

A SR^a. BEATRIZ RODRIGUES (FURNAS) – As tarefas são para a próxima reunião, não é Cleide?

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) – O GT vai se encontrar entre agora e a próxima reunião... Apresentar para nós, o Grupo de Trabalho apresentar para nós o fio lógico com essas lacunas já com sugestões dos nomes dos Grupos de Trabalho, por exemplo, quantos Grupos de Trabalho vão ter?

A SR^a. PATRÍCIA PINTO (OCA BRASIL) – Eu tenho uma data proposta que vai ter, o pessoal de Furnas vai estar aqui em Brasília dia 05 de maio. Eu também posso. Eu queria fazer mais uma colocação. É um seminário para informação, mas poderia ter uma parte de formação dos empresários, porque não tem nenhum minicurso e de repente tem um monte de minicursos que podem ser ministrados juntos com os Grupos de Trabalho, porque quem não quiser participar dos GTs tem uma outra opção, porque tem alguns temas que assim, resgate de carbono, tem até tem um curso aqui: valoração econômica de danos ambientais, que eu acho muito interessante também para empresários. Aqui também poderia ter algum lugar para as grandes empresas que já fizeram algum trabalho nessa parte de educação ambiental, não no tipo de debate, mas mostrar o trabalho que eles fizeram para poder dar uma ideia para os demais empresários, não só os grandes empresários, porque já falaram que tem que ter alguma coisa para os pequenos empresários também, para eles terem alguma ideia de como aplicar o dinheiro deles também. Eu só estou colocando, porque eu não vi nenhum minicurso em lugar nenhum, nem curso. Então se pudesse, só para nós podermos ir pensando nisso. Não, digo minicurso mesmo, no seminário. É isso que eu estou perguntando. É isso que eu estou colocando.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Nós temos o mandato de fazer um seminário, cursos objetivos já foram consensados, nós não vamos voltar à discussão do objetivo. E esse curso de capacitação ou treinamento de empresários não faz parte do escopo, nós não podemos trabalhar nisso. Então, vai ser outro fórum, não é Ministério do Meio Ambiente, eu acho que não existe essa possibilidade de nós trabalharmos, porque foge do escopo que nos foi dado.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) – Mas nós podemos colocar alguém do SEBRAE em uma das Mesas, se nós avaliarmos que isso é, que esse aspecto tem que ser contemplado. Pode colocar o SEBRAE na Mesa de responsabilidade sócio-ambiental.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Coloque por favor, aí já está feita a sugestão. SEBRAE.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) – Mas isso é ação do pequeno Grupo de Trabalho que vai trabalhar agora com o fio lógico. Dando conta de todo o universo da questão. Então, no dia 05 de maio estão dizendo aqui que é impossível, tem a Conferência Nacional de Meio Ambiente. E nós vamos estar todos nela. Agora como que o Marcos marcou com você para o dia 06.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Pessoal, nós temos aqui alguns encaminhamentos a serem feitos com relação ao seminário, mas eu ia sugerir, eu conversei aqui com o Paulo, nós temos um item de pauta que é 35, recomendação para inserção da dimensão ambiental nas atividades administrativas e operacionais da administração pública, é o célebre programa A3P, e estava previsto então uma apresentação que a Patrícia vai fazer

essa apresentação. Para nós e nós vamos então, antecipar um pouquinho a pauta para a apresentação dela. Nós temos já uma proposta de recomendação que foi feita pela área que ela trabalha e ela está sugerindo que depois da apresentação dela, em que todos tomarem conhecimento dos objetivos, a estratégia, será feita atualizada a recomendação, eu vou disponibilizar no site do CONAMA e nós, depois da próxima reunião, nós vamos decidir já a recomendação. Votar a recomendação, porque hoje ela gostaria que de atualizar a recomendação.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Então Patrícia, então, por favor, vamos fazer essa explanação com o objetivo só de informar e essa votação será feita então, na próxima reunião. Com a palavra, por favor, Patrícia.

A SRª. PATRÍCIA GRAZIOLI (MMA) – Bom-dia a todos. Meu nome é Patrícia Grazioli. Eu coordeno um programa que foi eu instituído em 1999 no Ministério do Meio Ambiente. O objetivo do programa era inserir a gestão ambiental nas atividades meio da Administração Pública, claro, começando com o Ministério do Meio Ambiente por causa do seu papel institucional. Esse programa avançou de lá para cá e na gestão da Marina Silva foi criada uma Comissão, um Comitê Gestor para tratar da Política Nacional da Agenda Ambiental e hoje nós coordenamos uma rede de mais ou menos 500 órgãos públicos espalhados pelo Brasil que implementam ações de Agenda Ambiental. A maior parte deles eles têm um acordo técnico entre o Ministério e o órgão. O papel do Ministério do Meio Ambiente é dar o apoio técnico, jurídico e institucional para a implementação do programa. É um programa aberto e voluntário, então, ainda não obrigado. Mas já existem, eu vou mostrar para vocês rapidamente, já existem algumas normalizações relacionadas ao programa, principalmente no Poder Judiciário. Bom, o porquê de um programa, o porquê da A3P? A administração Pública é uma grande consumidora e por isso o usuário de recursos naturais tem papel estratégico na promoção e indicação de novos padrões de produção e consumo, deve ou deveria dar o exemplo na redução dos impactos gerados por suas próprias atividades, nós ainda vemos muito desperdício na Administração Pública no uso do bem público. Mas, enfim, esse é o porquê do programa como esse. Os objetivos gerais da A3P: combate a todas as formas de desperdício no trato do bem público. Não dá para falar em Agenda Ambiental sem falar de licitação, de contrato administrativo, então uma das propostas, dos objetivos, eu diria um dos mais importantes, é a inclusão de critérios sócio-ambientais na licitação, nós chamamos isso de licitação sustentável ou compras verdes. Gestão adequada dos resíduos gerados, normalmente quando nós iniciamos o processo de implementação de uma agenda nós começamos com a separação dos resíduos na fonte. Hoje aqui em Brasília, no Brasil todo existe um Decreto Presidencial 5.940 que institui a coleta seletiva solidária, então é o Governo auxiliando cooperativas de catadores de lixo no sentido de tirá-los do lixão e trazer mais renda para essas famílias, então, nós fazemos um trabalho junto com o Ministério de Desenvolvimento Social e das Cidades na questão da inclusão dessas pessoas, principalmente nas grandes cidades, e a educação ambiental. Não adianta nós estarmos falando aqui de mudança de comportamento de pessoas adultas, servidores públicos, então o processo educacional é um processo extremamente importante e eu observei um negócio interessante, no início do ano nós fizemos um levantamento de como é que estavam, porque esses órgãos enviam para nós relatórios anuais sobre o processo de implementação e 80% desses órgãos implementaram e tiveram sucesso no estabelecimento de metas e atingimento de metas só com o processo educacional, sem mexer em prédio, instalação predial. Então, realmente há o engajamento dos servidores através desse processo educacional é um ponto importante e os que obtiveram sucesso não foram porque uma Portaria do presidente instituiu. Não. Foi porque realmente houve o engajamento dos servidores para que realmente esse desperdício, essa gestão ambiental pudesse ser colocada em prática. Isso aqui é uma proposta de um plano de trabalho para a implementação da A3P, eu não vou falar disso com vocês, mas normalmente nós começamos com um diagnóstico da situação do prédio, como é que está o desperdício, que tipo a material nós utilizamos, nós substituímos, por exemplo, os copos plásticos por copos de vidro, ou com materiais que são mais duráveis, a questão do ar condicionado, lâmpadas fluorescentes. Então nós fazemos todo um diagnóstico ambiental daquele órgão e aí nós definimos as estratégias de implementação do programa, sempre estabelecendo metas de atingimento, por exemplo, redução do consumo de energia, de água, do uso do papel, nós vemos que ainda tem muito

desperdício no uso de papel. E essa Comissão trabalha no sentido de viabilizar, junto com os servidores, a implementação do projeto. Eu vou passar esse plano para você, porque ele é um plano muito detalhado e não vem ao caso. Esses aqui são alguns indicadores utilizados, são bastante simples, consumo de água, consumo de energia, consumo de papel, ainda usa muito. Então, por exemplo, alguns órgãos públicos como o TCU, a CGU já estão implementando a obrigatoriedade do uso de papel frente e verso, a Caixa Econômica Federal, que é nossa parceira, tentou implementar, por exemplo, uso frente verso com papel reciclado, mas as impressoras não estavam preparadas para isso. Então tem todo um processo assim, que não é um processo muito rápido e que nós devemos ter cuidado para que realmente a implementação de um programa desses tenha sucesso e ele possa realmente se estender no longo prazo. Durabilidade e toxicidade de bens de insumo, por exemplo, foi feita uma reforma no ano passado no Ministério do Meio Ambiente, foram trocados os aparelhos de ar condicionado que já não emitem gás CFC, que são 30% a 40% mais eficientes. Então, várias possibilidades. Volume de resíduos gerados quando se faz o acondicionamento, a separação na fonte e a reciclagem, a separação e o processo de coleta seletiva, e a reutilização do papel A4, isso é uma coisa bastante, que nós ainda utilizamos muito papel. Nós estamos fazendo agora um levantamento junto com as empresas de papel reciclado e nós descobrimos que o papel reciclado das grandes empresas não é um papel socialmente correto, porque eles utilizam aparas do próprio processo de fabricação do papel branco, uma pequena percentagem e reutilizam e dizem que aquele é um papel reciclado. O que nós estamos tentando fazer? Que esse papel pós-consumo que envolve a cooperativa de catadores, uma parte desse material possa ser efetivamente colocado como matéria-prima da confecção do papel reciclado. Então, nós estamos fazendo todo um trabalho de conversa mesmo com o setor produtivo para nós tentarmos estar incluindo isso como requisito no edital de compra, no caso do setor público. Isso é feito individualmente, mas existe um Grupo de Trabalho formado com vários órgãos que já implementam ações porque os desafios são os mesmos. Então nós trabalhamos essas questões mais políticas da implementação da A3P no âmbito desse Grupo de Trabalho. Aqui são alguns exemplos das nossas campanhas, nós procuramos também estar sempre colocando o número, então, por exemplo, nós fizemos um levantamento, eu acho que foi até o MEC que fez, um parceiro nosso, o Paulo, que agora está lá no IBAMA, e ele descobriu que nós utilizamos em média de 25 a 30 folhas de papel por dia, isso só no horário do expediente, o copo também descartável, em média a pessoa usava dois e meio por dia. Então nós procuramos também estar sinalizando o número do nosso desperdício para chamar atenção do servidor. Bom, algumas estratégias de atuação que eu falei com vocês, a questão da economia de água, existem duas estratégias: a estratégia mais técnica que envolve serviço de engenharia, arquitetura, que tem a ver com a instalação predial. E eu diria a estratégia mais desafiadora que é a educação ambiental, a mudança de comportamento do servidor. E isso aqui são alguns exemplos, por exemplo, o Governo do Estado de São Paulo já obrigou por Decreto que a frota oficial fosse, exigiram-se carros de bi combustíveis, carros mais econômicos. Existem algumas iniciativas, por exemplo, de merenda orgânica escolar para as escolas, em algumas cidades do Sul. Nós fizemos um levantamento do que existe a nível de Brasil, para poder detalhar aqui para vocês e nós colocamos lá no site da A3P, que é o www.mma.gov.br/A3P. E nós procuramos estar fazendo, fomentando a idéia e a idéia é institucionalizar, quem sabe no futuro, esse programa. Mas voltando, lembrando, é ainda um programa aberto, nós achamos que ainda deve ser aberto, voluntário porque o Governo ainda está engatinhando nessa questão da gestão ambiental. Uma outra questão importante que nós temos trabalhando junto ao TCU e outros órgãos importantes, órgão de controle, Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão é a questão de adequar os contratos públicos às concepções do consumo sustentável. Quais são as estratégias? Difundir o conhecimento sobre as questões de produção e consumo, poucos servidores públicos entendem, sabem que existe uma legislação ambiental, art. 225 da Constituição Federal. Então nós procuramos estar disponibilizando essas informações para o gestor, ou seja, não existe só a Lei de licitação, a 8.666, existem outros dispositivos legais que, eu não diria obrigam, mas que incentivam essa adequação dos contratos, cumprimento da legislação ambiental. E a grande estratégia, especificar no objeto da licitação requisitos voltados à preservação do meio ambiente. A adoção deve ser sempre de forma progressiva, já que essa mudança de padrão pode acarretar e ela sempre gera resistências ou dificuldades técnicas. A importância, eu já falei com vocês, e o Governo é um grande comprador, ele é capaz de viabilizar novas formas de produção só modificando a sua forma de atuação, de comprar, de serviços e enfim. Então não precisa

mudar a lei aqui, ele vai comprando de forma diferente e ele vai fazendo com que o mercado vá se adaptando a isso. Cria demanda e viabiliza a produção em larga escala. Deve atuar para reduzir o consumo de recursos e poluição de suas atividades e tem um grande poder multiplicador. É interessante trabalhar nessa rede porque ela é uma rede de troca de informações e às vezes um órgão se interessa muito, por exemplo, pelo o que o TCU faz, ou o Ministério de Minas e Energia. Então, ele é uma rede que tem, assim, que tem a participação de órgãos de diferentes poderes e entes federativos. E é interessante esse marketing ambiental positivo, porque os órgãos vão percebendo que essa rede vai crescendo de forma qualitativa mesmo, e eles vão querendo se adaptar ao que, principalmente ao que aquele órgão está fazendo. Então, a estratégia de construção dessa rede foi uma estratégia que eu diria que teve bastante sucesso. Há dois anos atrás nós incluímos A3P no PPA, que a A3P, apenas de ser um programa interno do Ministério, ele era um programa que não existia, então hoje ele é uma ação dentro de um programa de educação ambiental. Esse levantamento da base legal contida ordenamento jurídico nós efetuamos. E hoje já passou pela Câmara e hoje está no Senado uma proposta de alteração da Lei de licitação. Nós tentamos fazer os artigos 3º e 15, a Casa Civil só acatou o 15. Então, hoje também tem essa estratégia de mudança de colocar, sempre que possível, critérios de sustentabilidade quando de compras. Bom, o objetivo da rede é o apoio técnico aos órgãos interessados em implementar A3P, um canal de comunicação para promover o intercâmbio técnico e o cadastro na rede é feito por meio desse e-mail aí A3P@mma.gov.br. Bom, aqui são alguns parceiros, a lista é grande, uma das estratégias que nós percebemos que seria interessante, seria uma recomendação do CONAMA instituindo, sugerindo algumas ações de eco-eficiência no órgão público, até porque a própria Constituição Federal, art. 225, nos impõe o dever de dar o exemplo. Existem outras estratégias também, por exemplo, o Conselho Nacional de Justiça já recomendou através da Recomendação número 11 do ano passado, que todos os tribunais implantassem ações de gestão ambiental. Então eu acho que seria um instrumento interessante, o nosso trabalho continua sendo um trabalho voluntário, aberto, mas nós achamos que o CONAMA poderia ter um papel assim, importante para viabilizar e difundir melhor essas ações que, por exemplo, nos seis meses do ano passado, houve uma adesão de 95 órgãos públicos. Parece pequeno, mas como é uma adesão voluntária, ela engloba vários itens, por exemplo, eles têm que mandar um relatório para nós, atingimento de metas, então nós temos visto que o Poder Público aos poucos tem caminhado no sentido de dar o exemplo. Então nós achamos que seria interessante o CONAMA pensar nessa possibilidade de recomendação e estamos à disposição para trabalhar, essa é uma proposta A, rapidinho, nós fazemos um fórum anual de A3P, o primeiro foi lá no TCU, de licitação sustentável, o segundo na Câmara dos Deputados e durante a realização desse fórum surgiu a idéia de trabalhar uma recomendação do CONAMA e a alteração da 8.666. Então ela é uma proposta, eu diria assim, um pouco desatualizada, mas nós podemos atualizá-la e trabalhá-la assim, discuti-la melhor no âmbito do CONAMA e fora do CONAMA também e este ano nós vamos fazer um fórum em 19 de junho sobre Eficiência Energética e Construção Sustentável em Edificações já Construídas, que é a grande maioria dos casos da Administração Pública. Então, nós procuramos estar também levando essas informações preciosas para os parceiros. E quando eu falo de órgão, eu não estou falando de Secretaria de Meio Ambiente Municipal, eu estou falando assim de Tribunais de Conta, são órgãos que não têm a especialização em meio ambiente. Então, nós realmente temos, procuramos trabalhar nesse esforço de ensiná-los a melhor forma de trabalhar, apenas dessa máquina burocrática e não é igual à iniciativa privada. Tem questões que nós precisamos nos debruçar para tentar solucionar. E é isso. Obrigada pela atenção e a qualquer dúvida eu estou à disposição de vocês.

A SRª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Alguma pergunta? Alguém gostaria de fazer pergunta? Pedir esclarecimento? Nós costumamos apresentar, colocar no site dessa, do dia de hoje, dessa Câmara Técnica essa apresentação para consulta. Todo o documento tratado aqui é disponibilizado para consulta.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Então, colocado esse assunto, vamos retornar à discussão prévia. Obrigada Patrícia pela sua presença, será disponibilizado, conforme falado em site para todos os participantes e nós continuamos então, com o item abordado que é o seminário. Rachel, você quer continuar?

A SRª. RACHEL TRABER (MEC) – Pessoalmente eu tinha considerado esse ponto de pauta fechado. Será que nós precisaríamos ainda avançar um pouco ou nós deixamos para o Grupo de Trabalho resolver o fio lógico e as propostas dos nomes dos Grupos de Trabalho e começar já a trabalhar com os possíveis parceiros para tanto na formatação, na inserção, o recheio, aí vai ter que ser trabalhado com os parceiros. E quanto, nós já definimos aqui, a Câmara Técnica já definiu quem faz parte desse Grupo de Trabalho de Metodologia aí do seminário?

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – A coordenadora Cleide vai esclarecer isso.

A SRª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Eu não sou coordenadora, eu sou apenas o apoio. Nós então, fizemos ontem esse debate todo e nós estabelecemos que nós iríamos e hoje consolidou o que nós íamos fazer. Então, a idéia é que nós trabalhemos com esse documento como está agora, nós vamos, durante o período até a próxima reunião ou da Câmara Técnica, ou do Grupo que foi criado, esse grupo não tem uma composição fixa, os Grupos de Trabalho do CONAMA não têm uma composição fixa. Normalmente nós indicamos um coordenador, o coordenador ontem foi escolhido. É a Tita. E ela, depois nós vamos ter um relator que nós escolhemos na primeira reunião do Grupo de Trabalho. O Grupo de Trabalho normalmente tem uma duração de seis meses que é o tempo que nós vamos ter realmente para fazer esse seminário. Ficou decidido que nós iríamos trabalhar nessa linha que seria hoje, definida hoje, nós acabamos apresentando uma outra alternativa que é a de amarelo e nós vamos então definir qual é a linha que vai ficar e nós vamos abrir, mandar convites ou colocar isso em, para os vários órgãos. O setor empresarial vai fazer a mesma coisa com relação aos seus parceiros no sentido de nós termos um formato. Discutir o formato daqui. Pegar sugestões e, inclusive do Ministério do Meio Ambiente. O Nilo vai receber essa proposta, vai falar com o Sorrentino, nós vamos envolver técnicos e vamos apresentar uma proposta. Todas as contribuições, todas as sugestões serão tomadas ou no Grupo de Trabalho, em reunião do Grupo de Trabalho, ou aqui na Câmara Técnica. Mas, todas serão disponibilizadas. Como se disponibilizam? A próxima reunião é a 16°. Então, na 15° e na 16° nós vamos colocar sugestões do setor empresarial, sugestões do MEC, como nós temos feito, sugestões disso. E todos devem olhar essas sugestões, incorporá-las e dar sugestões novas em cima daquelas ou não. Não existe decisão nesse tempo, nós vamos ter decisão ou no Grupo de Trabalho, ou na Câmara Técnica. Durante esse período, por sugestão até da Maria José, que nós abrissemos para inscrição dos estudos de caso, dos temas do Grupo de Trabalho. Nós vamos estabelecer um prazo para isso. A partir desse prazo nós vamos fazer a seleção dos Grupos de Trabalho e começar a fazer a estrutura definitiva quantos Grupos de Trabalho seriam, porque os Grupos de Trabalho serão trabalhados paralelamente. Então, é essa idéia, os encaminhamentos que nós temos para fazer e gostaria de ouvir aí o pessoal.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Então, colocado assim pela Cleide. Pois não.

A SRª. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) – A dúvida ficou em relação abrir as inscrições, subentende-se que já teria uma divulgação do seminário com data fechada, e ontem nós ficamos, a parte das empresas, de estar identificando empresas a fim de vários seguimentos. Registraríamos isso no próximo Grupo de Trabalho, identificação dessas empresas, teria um convite formal ou deixaria em aberto com a divulgação do seminário, aí as empresa entrariam em contato e se inscrevessem. Não teria nenhuma...

A SRª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – O CONAMA faria a divulgação, mas eu preciso de contribuições para nós fecharmos, para nós montarmos a nossa pauta definitiva. Nós vamos receber essas contribuições, eu vou colocar o meu e-mail e todas as contribuições eu vou disponibilizar. Então, é quase que uma reunião virtual. Eu preciso dessas contribuições para nós ir trabalhando, conversando: – escuta, isso aqui nós colocamos? E assim que eu tiver

a oportunidade de, assim que eu tinha pensado, mas aí eu me lembrei da Conferência, outra data para a reunião do Grupo de Trabalho antes de se fechar, do GT daqui do seminário. Não dos GTs que vão acontecer no dia do seminário, mas o Grupo de Trabalho de coordenação que é esse que nós criamos aqui.

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) – Cleide, uma nova data poderia ser 23 de abril? Como é que está o MEC?

A SR^a. PATRÍCIA PINTO (OCA BRASIL) – Tem Reunião Extraordinária do CONAMA, em Fortaleza.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) – Eu tenho uma dúvida com relação à proposta, a fala da Cleide, eu concordo com tudo exceto com o fato de que os Grupos de Trabalho tenham que entrar para a Consulta Pública de inscrições. Eu acho que os nomes dos Grupos de Trabalho nós deveríamos ter essa sugestão já da nossa Câmara Técnica. Eu acho que é um buraco que está faltando aí e que não dá para ser dessa forma espontânea assim. Assim como o nome das Mesas Redondas nós temos, e a decorrência disso são os estudos de casos e as experiências que sim podem se inscrever, mas os nomes dos Grupos de Trabalho eu acho que nós temos que ter pelo menos, depende de número de pessoas que estiver nesse evento. Nós fazemos mais ou menos Grupos de Trabalho. Mas eu consigo pensar em dois Grupos de Trabalho. Agora, um é a questão do financiamento, da educação ambiental. Em todas essas áreas das Mesas redondas. Então, qual é o financiamento da educação ambiental? Esse é um Grupo de Trabalho fundamental. E o financiamento de projetos, enfim, todos os tipos de financiamento da educação ambiental. E um outro é, pode ser esse de pequenas e médias empresas, como é que elas olham cada uma dessas temáticas na sua perspectiva. Então, eu estou dizendo dois e certamente vocês têm outros, vocês, por exemplo, provavelmente têm um olhar para a educação ambiental que eu acho que seria legal ter um Grupo de Trabalho eventualmente.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Eu falei em Grupo de Trabalho pensando na estrutura antiga que foi a de ontem, que era o Grupo de Trabalho com o estudo de caso. O que nós estamos colocando aberto para receber contribuição é estudo de caso. Aí a montagem do Grupo de Trabalho vai depender do que nós decidirmos aqui quanto à...

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) – Nós precisamos ter essa proposta. Claro que ela é possível de mudança, debates, inclusões, exclusões, mas nós precisamos propor como um boi de piranha, para as pessoas reagirem a eles, e não deixar totalmente solto, faz parte de nossa responsabilidade aqui, eu acho.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Eu acho que Furnas quer falar.

A SR^a. BEATRIZ RODRIGUES (FURNAS) – A Cleide já explicou, estavam associados os Grupos de Trabalho, os GTs estavam associados às Mesas Redondas.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) – Os Grupos de Trabalho precisam se inspirar no que foi debatido nas Mesas Redondas, isso faz parte do fio lógico que eu estou sentindo muito falta. Essas três Mesas Redondas que têm GTs e que têm estudo de caso, elas não são soltas assim. Elas têm, fazem parte de um objetivo que nós queremos chegar. Então, com relação, por exemplo, vamos pegar essa, do licenciamento ambiental e compensação ambiental. Nós vamos ter três falas sobre licenciamento ambiental, seguidos daquele estudo de caso que nós vamos orientar o que nós esperamos que a pessoa fale para que os Grupos de Trabalho possam se debruçar sobre isso e proporem as formas de financiamento, sei lá, de

licenciamento. Proporem o tipo de ações integradas com a educação ambiental, com a Política Nacional de Educação Ambiental e que podem participar de articulações regionais, quer dizer, os Grupos de Trabalho precisam ter um foco de leitura nessa temática. Para os Grupos de Trabalho poderiam apresentar depois das três, daqueles três momentos dos Grupos de Trabalho, de encontro dos Grupos de Trabalho, uma linha lógica de como é que eles trabalharam, a que conclusões e o fio lógico vai precisar incluir uma série de questões que os Grupos de Trabalho precisam se debruçar com relação a cada uma dessas temáticas para a apresentação do Grupo de Trabalho ser sintética, focada e contribuir para um avanço da política, que nós estamos tentando construir. Como realmente de forma cumulativa e com todos os segmentos da sociedade. Ficou claro?

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) – É o fio lógico. Então, a busca agora seria não por um nome e sim por um fio lógico de cada Mesa Redonda que nós estaríamos transformando isso num Grupo de Trabalho, porque se buscar, entrando naquele tema debatido na Mesa Redonda, no Grupo de Trabalho, para não ficar solta a discussão. Qual é o objetivo final que nós vamos estamos buscando.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) – Isso. Nós estamos trazendo a perspectiva macro, um estudo de caso e dois relatos de experiências e o Grupo de Trabalho para trazer encaminhamentos práticos com relação à política de educação ambiental para que nós construamos um movimento numa mesma direção, para trabalhar essa educação ambiental para todos e todas. Os 190 milhões de brasileiros e brasileiras se educando e educando ambientalmente. Como é que é a contribuição das empresas.

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) – Eu acho que, pelo que eu entendi, a nossa contribuição poderia então ser dentro dessa Mesa Redonda, nós aqui muito envolvidos em licenciamento. Como é que poderia ser esse fio lógico na área de licenciamento que nós temos envolvimento, nós estamos sugerindo questões que nós poderíamos estar buscando no Grupo de Trabalho. Que cada um nesse ínterim, que nós vamos estar à distância, sugerindo dentro desses temas esse fio lógico para estar se trabalhando no Grupo de Trabalho.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) – O GT tem que ser uma coisa transversal. Qual é o olhar daquela transversalidade? O olhar das questões dos financiamentos dos projetos no licenciamento ambiental. Que tipo de projetos o licenciamento ambiental precisaria privilegiar com relação a esse financiamento? Quais são as características fundamentais desse financiamento? Ou outros tipos de financiamento da educação ambiental que não seja só pelo licenciamento. E aí vai ser discutido nesse mesmo Grupo de Trabalho de financiamento, eles vão discutir como é que a responsabilidade social e empresarial faz, que tipo de projetos e que tipo de projetos podem ser financiados, que tipo de fundos podem financiar, a Constituição de um Fundo Empresarial, que projetos de educação ambiental que tenham aquelas características, com relação à responsabilidade social, com relação ao licenciamento ambiental. O Grupo de Trabalho precisa trazer substância na transversalidade de cada uma dessas mesas, Entende? Senão o Grupo de Trabalho fica só no debate vazio e não nos ajuda a construir essa política mais apensada de educação ambiental que é educar e se educar ambientalmente. Os 190 milhões de brasileiros e brasileiras. De nós trabalharmos juntos o setor empresarial, o governamental, as ONGs. De que forma nós fazemos isso? No financiamento, as pequenas e médias empresas. Com é que elas se relacionam com a responsabilidade social ambiental, sócio-ambiental. Com o licenciamento e a compensação? Como é que eles se relacionam com isso? Nós estamos dando uma base teórica, uma base experiencial e nós queremos que as pessoas trabalhem conosco na formulação dessa política.

A SR^a. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC) – Então assim, lembrando que nós temos objetivos específicos que nós já formulamos. Então, na Mesa que fala de responsabilidade sócio-ambiental e questão de balanço social, dela nós, depois do Grupo de Trabalho que vem a seguir, nós podemos tirar indicadores e avaliações das práticas, nós podemos buscar esses

objetivos específicos a partir da Mesa e o Grupo de Trabalho. Nós conseguimos chegar a esses objetivos com essa metodologia que Rachel sugeriu agora.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) – Financiamento de pequenas e médias e avaliação de indicadores.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Ok Rachel. Então, eu acho que nós já podemos dar como ok as contribuições e todas as sugestões, e como vai haver agora o GT que vai fazer todas as considerações finais, nós poderíamos partir agora para definir se vai ser a linha em preto ou em amarelo, quais que vai compor o texto básico para ir para o Grupo de Trabalho. Então, tem quatro Conselheiros presentes, podíamos votar nessas considerações. O que fica em amarelo e o que fica em preto. De acordo? Ok Cleide? Então, vamos apresentar o texto desde o começo?

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) – Só uma dúvida, por favor. Ontem nós colocamos como um dos temas esse que nós até questionamos no Grupo de Trabalho, mecanismos de incentivo e financiamento. Ele saiu da Mesa Redonda e entrou...

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) – O GT vai trabalhar na transversalidade em todas as três Mesas Redondas. Ele vai olhar na transversalidade esses mecanismos de financiamento e sei lá o que. Incentivo do licenciamento na responsabilidade.

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) – Mas, aí ele se torna um tema de Grupo de Trabalho?

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) – Ele é um Grupo de Trabalho. Esse é um GT. O outro Grupo de Trabalho é de indicadores de avaliação e o terceiro Grupo de Trabalho é de pequenas e médias empresas. Eu sugeri esses três, nós...

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Bom, mas vai ter todo esse tempo, essa disponibilidade de tempo vai ser dada dentro do Grupo de Trabalho para essa discussão ainda?

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) – O meu GT vai se debruçar sobre as três Mesas por esse ponto.

A SR^a. LÚCIA FERREIRA (FURNAS) – Então nós vamos estar estabelecendo esse foco para cada uma das Mesas Redondas?

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Nós já estamos com um dia inteiro e uma manhã já por conta do seminário e nós precisamos retornar à pauta. Então para isso o GT finalizará toda a questão.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) – Eu queria deixar registrados esses GTs, essas sugestões de Grupo de Trabalho, porque daí já entra aí e já fica muito mais amarrado o evento para a Cleide poder publicizar isso para o outro Grupo de Trabalho. Eu pensava que ia ter um Grupo de Trabalho daqui da nossa Câmara Técnica que fosse construir o fio lógico e aí dar o nome do GT. Mas aí agora, depois da tua explicação aconteceu isso, você vai abrir para um Grupo de Trabalho *ad hoc* que...

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Não. Nós vamos ter um Grupo de Trabalho para, criado para discutir, não é *ad hoc*, é um Grupo de Trabalho criado pela Câmara Técnica que tem mandato para discutir o seminário, fazer o detalhamento da linha que nós aprovamos agora, se será amarela ou a preta. Não tem mais espaço, eu acho, para discussão. Todos nós colocamos tudo, os quatro Conselheiros aqui presentes vão dizer, votar na amarela ou na preta e nós vamos trabalhar o Grupo de Trabalho coordenado pela Cristina vai trabalhar no detalhamento disso. Nós vamos fazer um recolhimento das sugestões dos estudos de caso e esses estudos têm que ser apresentados com detalhe de como vai ser apresentado no seminário para que esse Grupo de Trabalho, com o aval, com o acordo da Câmara Técnica, escolha quais são os estudos de caso que nós tenhamos. Se nós decidirmos que o amarelo vence, o estudo de caso entra depois da palestra. Se nós decidirmos que o preto vence, o estudo de caso vai entrar nos GTS. Todas as definições seguintes serão tomadas pelo Grupo de Trabalho.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Obrigó pelo apoio Cleide. Então, vamos proceder à votação das linhas? Pode por em tela, por favor, desde o primeiro dia? O vermelho nós não temos.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – O vermelho, Deusa, foi apenas para nós registrarmos as idéias. Como a Rachel já apresentou o amarelo que consolida todos, eu pergunto para aqueles que apresentaram o vermelho, se concordam, se estão contemplados com o amarelo. Estão?

A SR^a. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA) –. Eu retiro a sugestão.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Então pode apagar o vermelho.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Todos os itens em vermelho são sugestões. É isso Keilah? Todos. Então, ficamos só com o preto e o amarelo. Quer dar uma passadinha geral aí para ver se sobrou algum vermelho aí? Já tira para evitar qualquer dúvida. Era só naquela parte? Então, vamos no primeiro dia, por favor. Eu tinha dado uma sugestão de ordenar a composição da Mesa no sentido de que o Governo da Bahia é o anfitrião, seria ele em primeiro lugar. Logo depois do Ministério do Meio Ambiente, o MEC, Sociedade Civil, e segue setor empresarial e a setor sindical. Sociedade Civil quarto, depois do MEC. Estão todos de acordo com essa? Keilah, por favor?

A SR^a. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA) –. É uma sugestão, por nós fazermos parte da Câmara Técnica e o nosso Ministro ser também baiano, então, eu sugeriria que o MINC fosse incluído. É muito bom para a nossa participação, o fortalecimento da nossa participação na Câmara Técnica. E no CONAMA como um todo.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Então, é o MMA/CONAMA, por favor, não. Então só MMA mesmo, MEC, MINC, Sociedade Civil, Setor Empresarial e Setor Sindical.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Eu sugiro que o MINC venha antes do MEC porque ele compõe essa Câmara Técnica e nós colocaríamos todos os seguimentos da Câmara Técnica. Então seria: MMA, MINC, Sociedade Civil já está contemplada, ANAMMA, depois MINC colocar ANAMMA, região sudeste. Não, eu estou colocando os membros da Câmara Técnica. Põe depois do MEC, eu acho que isso... Nós não estamos só colocando a Câmara Técnica. Depois o Governo da Bahia já está contemplado. Governo do Ceará também logo em baixo. Ministério da Cultura e depois do MINC colocar Ministério do Esporte. A

composição da Mesa. A composição da Mesa. Não, põe participantes, gente. Espera um pouquinho, nós não estamos definindo Mesa ainda. Era participantes. Por favor, tira composição da Mesa e põe participantes. Pronto.

O SR. EDER LEONARDO C. BORBOREMA (MINISTÉRIO DO ESPORTE) – Eu, é uma oportunidade também, Cleide, eu agradeço a indicação, é uma oportunidade também de agradecer também, a Keilah falou ontem, convidou todos os membros da Câmara para participar. Aqui a nossa participação aqui é acompanhada de perto pelos meus chefes, meus superiores, nós sempre nos reunimos antes de todas as reuniões, nas vésperas. Portanto, o apoio, apareceu na folha o apoio de todos os membros de Câmara e o Ministério do Esporte, o apoio está mantido, nós nos sentimos lisonjeados por ter sido incluído. Mas conforme uma verificação anterior com os meus superiores, a nossa participação não se dá nesse Seminário especificamente, mas eu creio que haverá próximas oportunidades onde incluir, sempre lazer, esporte, aventura. Vai haver novas oportunidades onde teremos assuntos mais próximos. Agradecemos e podemos também, numa fase posterior, indicar algumas organizações que nós também achamos importante para participar do seminário, se possível, lógico que com a aprovação do Grupo de Trabalho, o consentimento. Foi perguntada a nomenclatura, é isso mesmo, Ministério do Esporte, no singular. Como eu não consultei ainda então, toda a nossa participação aqui é acompanhada de perto, eu não consultei se poderíamos participar dessa Mesa de abertura. Deixa em aberto, poderíamos comunicar posteriormente, mas enfaticamente agradecemos bastante à Câmara pelas indicações e pelos convites. Obrigado.

A SRª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Pessoal, nós estamos aqui num exército de fazer uma lista exaustiva de todos os que poderiam participar. Todos serão convidados e vão responder se participam ou não. Então, nós vamos ter um convite específico para todos os Conselheiros pedindo o retorno. Hoje é exercício que eu tirei até participação da Mesa, porque eu acho que participação na Mesa, é um ato, é uma decisão política que deve ser tomada com outras instâncias, inclusive o próprio diretor. Nós colocamos, aqui eu tirei participação na Mesa para colocar participantes em cada um dos dias, quais são as pessoas de maior interesse aí e a decisão da Mesa nós vamos fazer depois, não vamos fazer agora. Então, só uma relação sem ser nenhum compromisso ainda.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Vamos ter que aguardar. Então, nós podemos proceder à votação das linhas pretas ou amarelas. Vamos passar o texto. Então o segundo dia, manhã 8h30 às 10, Mesa Redonda, três palestras, vinte minutos cada, mais debates, trinta minutos cada. Responsabilidade sócio-ambiental e balanço social, marketing ou transformação efetiva. 10 às 10h40 estudos de caso, vinte minutos e dois relatos de experiência, dez minutos cada. Vamos por itens assim. Então, vamos fazer pela totalidade. Então 11 às 12h30 GTs. Tarde, 14 às 15h30 Mesa Redonda, empresas, comunicação e consumo sustentável, onde estão as contradições. 15h30 às 16h10, estudo de caso e dois relatos de experiências. 16h20 às 18 Grupos de Trabalho, participantes Natura. Só corta o coordenador, órgão, gestor, MMA/MEC, Instituto Ethos, Bovespa etc., e ficam alinhados, que são sugestões de participantes. Conforme for votando vai ordenando. É possível fazer essa ordenação? Rachel, vamos retirar então essa coordenação? Então coordenador, órgão, gestor, MMA/MEC pode retirar?

A SRª. RACHEL TRABER (MEC) – Eu só queria que tirasse esse coordenador órgão gestor. Só de olhar isso aí já ocorre outros nomes, tipo Fundação Boticário, pode tirar essa frase inteira. Se quiser deixar como foi debatido ontem.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Cleide, isso são sugestões, não é isso? Cleide, para poder entender, isso são sugestões que vão poder ser debatidas no GT e pode até mudar isso tudo. Isso é convite, só para... Então, onde foi parada a leitura, por favor? Então, foi no segundo dia. Onde foi interrompida a leitura, por favor? Tarde, 14 às 15h30 Mesa Redonda, Empresas, comunicação e consumo sustentável, onde estão as contradições? 15h30 às

16h10min estudo de caso e dois relatos de experiências. Das 16h20 às 18 Grupos de Trabalho. Participantes: Instituto Ethos - bom, nesse caso são sugestão - Bovespa, Ibase, CGT, Globo News (André Trigueiro) e Sadia. Terceiro dia, manhã, das 8h30 às 10 Mesa Redonda, três palestrantes mais debates. Licenciamento ambiental, compensação ambiental. Das 10 às 10h40 estudo de caso e dois relatos de experiências. Das 11 às 12h30 Grupos de Trabalho. Tarde, 14 às 15, Mesa Redonda, Empresas, comunicação e consumo sustentável, onde estão as contradições. 15 às 17, Plenária, debates, apresentação dos Grupos de Trabalho. 17, estratégias de ação. Esse já estava retirado? Está em negro. E 15 às 17, Plenária, debates e apresentação dos GTs. Vamos então... Então, a idéia é votar entre a redação em preto ou em amarelo conforme está apresentado. Ok? Então, Eder, por favor, você...

A SR^a. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA) – Amarelo.

A SR^a. MARIA JOSÉ S. HOLANDA (GOVERNO DO CEARÁ) – Amarelo.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Amarelo.

O SR. EDER LEONARDO C. BORBOREMA (MINISTÉRIO DO ESPORTE) – Amarelo.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Bom, então tivemos um consenso total, fica aprovada a redação em amarelo e assim ela seguirá para o Grupo de Trabalho. Ok? Para possíveis mudanças e a novas sugestões.

O SR. EDER LEONARDO C. BORBOREMA (MINISTÉRIO DO ESPORTE) – Sugestões de novos participantes podem ser incluídas posteriormente. Posso falar algumas aqui, se for conveniente? Eu acho importante que por ser sindical eu acho que não pode ficar a fora CUT e CTB, a CGT e a CTB também, é uma nova Confederação Nacional, a segunda maior do Brasil. Desculpa Paulo, ainda a CONTAG, e o Instituto Maurício Grabois. Sociedade Civil, é um instituto de pesquisa, também vai fazer um seminário nacional aqui esses próximos dias agora, essa semana, começa amanhã, vão fazer o Seminário Nacional amanhã sobre meio ambiente e tem representação em todo o País. Muito obrigado.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Então, essa sugestão uma vez que já tinha sido votada, houve ainda esse, foi acrescentado esse item. Todos estão de acordo? Então, todos estando de acordo, encerramos essa pauta da Ordem do Dia. Podemos passar para outros? Bem, são 12, vamos continuar mais uma de 30 minutos até 12h30 ou vamos voltar às 14? Podemos então, pela dificuldade criada de não haver o quorum, nós poderíamos seguir por mais 30 minutos. Tudo bem para todos? Mais uma hora? Vã até a 13. Pode ser? Então, vamos passar, nós temos ainda dois itens a serem tratados são: proposta de inserção do conteúdo bacias hidrográficas locais na grade curricular do ensino fundamental brasileiro e ainda temos a recomendação de inserção, A3P já foi. Então só mais essa Cleide? As bacias hidrográficas e...

A SR^a. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC) – Nós tínhamos dado o Informe de que MEC tem uma proposta para Resolução de pilhas e baterias que vai ser discutida na próxima Plenária do CONAMA. Tem uma urgência então para nós levar alguma sugestão também da Câmara Técnica.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Aí teria que fazer uma inclusão de pauta, não é isso?

A SR^a. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC) – É, eu havia solicitado isso ontem, entrou e eu não se poderia colocar.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Então vamos fazer a inclusão da pauta? Qual é o título que você quer dar a essa pauta, por favor?

A SR^a. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC) – Bom, eu passei para todos vocês a proposta de Resolução que está sendo discutida pelo CONAMA a respeito de pilhas e baterias. A Rachel é conselheira do MEC no CONAMA e pediu vista do processo por conta de algumas razões, de algumas coisas que estavam, que tornam ineficazes, seja a parte de comunicação, de inclusão mesmo do consumidor, dessas pilhas em todo o processo de coleta e destinação adequada. E aí nós fizemos um parecer, mas gostaríamos de socializar com a Câmara e ver se vocês também têm sugestões para dar e isso seria uma ação, como a Cleide já disse, a primeira ação que nós faríamos de inclusão da educação ambiental na Resolução CONAMA, já é começar a testar aquela Recomendação.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Só uma questão de ordem. Eu gostaria, já que nós vamos deliberar, então, ela não deve ficar como informe, mas sim entrar na Ordem do Dia, e nós então, nos resultados, vamos incluir na Ordem do Dia essa apresentação. Então, eu pediria, como o nosso apoio aqui ter que sair ao 12h30, eu pediria que nós fôssemos breves nisso, que apresentássemos o texto das inclusões rapidamente e que nós aprovássemos para que nós tivéssemos ainda possibilidade de trabalhar com isso.

O SR. EDER LEONARDO C. BORBOREMA (MINISTÉRIO DO ESPORTE) – Questão de Ordem, nós vamos avaliar aqui a proposta de inclusão de texto, ou vai tramitar aqui nesta Câmara esse projeto, essa proposta toda de pilhas e baterias?

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Não, a proposta que nós estamos trabalhando hoje não é a proposta como um todo de pilhas e baterias. Nós estamos avaliando apenas a proposta de inclusão do texto de educação ambiental que são três artigos, inclusão nessa proposta de pilhas e baterias. Só. Nós não vamos ver mérito de nada, a não ser dessas três propostas, se ele está de acordo com, se vocês aprovam.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) – O documento composto que nós estamos propondo é composto de duas partes, um relatório do pedido de vistas e as sugestões para o texto da Resolução. Então, vocês podem seguir por aí, nós podemos ler a apresentação, as considerações gerais do pedido de vistas e as sugestões para o texto. Vamos fazer isso? Vocês topam? A idéia foi nós inserirmos já a educação ambiental quando eu pedi vistas é porque tem duas coisas muito complicadas nessas Resolução, no que se refere à questão da educação ambiental. Uma delas é a questão do descarte, óbvio, porque toda a Resolução é sobre o descarte, a respeito do descarte. E é um descarte que precisa ser mais amarrado assim. E a segunda questão é que deu muita confusão lá na Plenária do CONAMA é, foi a questão de baterias, de pilhas que vêm produtos que são ilegais, pirateados. Então, não dá conta. E nós achamos que com a educação ambiental, nós conseguimos dar conta melhor e aí vocês vão avaliar isso. Nós achamos que seria interessante apresentar para a Câmara Técnica, que é uma proposta do MEC, mas nós incluímos aqui, inclusive no texto, as sugestões a seguir que foram submetidas à Câmara Técnica. Nós não sabemos se vocês aceitam ou não e está completamente aberto. Nós queríamos era compartilhar essa possibilidade de nós trabalharmos juntos na Câmara Técnica.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Então, nós estaremos aprovando esse texto conforme apresentado. Então nós poderíamos proceder à leitura e os Conselheiros

seriam a favor ou não desse texto. Se por causa houver alguma alteração, é o momento de se fazer. Ok?

O SR. EDER LEONARDO C. BORBOREMA (MINISTÉRIO DO ESPORTE) – Questão de Ordem, será que todo mundo não já conhece o texto e aí não proceder da leitura porque o tempo é escasso e se houver um acordo. Eu inclusive tenho uma pequena proposta de alteração, mas eu tenho certeza que é muito tranquilo, não vai interferir em nada no conteúdo.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Então, vamos fazer assim: estão todos de acordo? Então, vamos fazer a leitura só do texto da proposta? São essas considerações gerais. Então, eu vou fazer a leitura do texto. 2, considerações gerais. Para maior efetividade e a aplicação prática dessa Resolução, sugerimos o aprimoramento das ações de educação ambiental, informação e comunicação para estabelecer a população e a cadeia produtiva em relação ao descarte inadequado de pilhas e baterias usadas envolvendo-as na implementação de um sistema eficiente e gerenciamento desses resíduos. Sugerimos implementar um sistema de logística reversa para essa Resolução com o estabelecimento de mecanismo como: a) os pontos de venda se tornam pontos de coleta com ampla divulgação de que o descarte inadequado prejudica a saúde e contamina o meio ambiente, contribuindo para o consumo responsável e sustentável, bem como a redução do consumo de produtos piratas. b) incentivos financeiros para os consumidores utilizarem os pontos de coleta como, por exemplo, abonos nas embalagens ou mediante entregas das pilhas e baterias usadas, desconto por ocasião da compra de novas entre outras oportunidades. c) realização de formação e educação ambiental para toda a cadeia de recursos humanos envolvida na atividade e, inclusive para catadores de resíduos. 3) sugestão para o texto da Resolução. Apresenta-se a seguir a sugestão desse Ministério a esta Resolução, os capítulos e artigos pertinentes. Capítulo 1. Então, nós vamos fazer, no caso, a leitura em vermelho que é substitutiva, ok? Das Disposições Gerais, artigo 2º, para os fins dispostos nessa Resolução. É inclusiva? Então, reconsiderando, ela não é substitutiva, mas é inclusiva. Das disposições gerais, art. 2º para os itens do disposto nessa Resolução considera-se, então, fica valendo o em preto e vamos aprovar ou não o texto agora. 9) Logística reversa. Refere-se à logística de retorno dos produtos, embalagem ou materiais após a sua venda e consumo, às suas origens, ou seja, ao seu fabricante ou importador para destinação ambientalmente adequada. É só essa inclusão? Então se houver alguma sugestão, agora é o momento, por favor. Viviane.

A SRª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC) – Eu sugiro que nós leiamos o resto, porque aí vai fazer mais sentido. Mas eu acho que é só o conceito.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Então vamos por em votação a aprovação dessa inserção. Então tem uma mudança aí ortográfica.

A SRª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Refere-se à logística de retorno dos produtos, embalagem ou materiais após a sua venda e consumo, às suas origens. Eu acho que não precisa daquela vírgula ali.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Pode tirar essa vírgula sim, realmente ela corta o texto. Onde tira a vírgula? Materiais sem vírgula. Então, foi feita uma correção ortográfica. Todos estão de acordo? Então, estando de acordo agora nós passamos à votação da inserção do texto. Éder, você é a favor da inserção desse texto?

O SR. EDER LEONARDO C. BORBOREMA (MINISTÉRIO DO ESPORTE) – Sim.

A SRª. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA) – Sim.

A SR^a. MARIA JOSÉ S. HOLANDA (GOVERNO DO CEARÁ) – Sim.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Oca Brasil ok. Então, o texto aprovado para inclusão. Há mais modificações ainda Rachel nesse, é só essa? Depois nos outros capítulos? Então, vamos rolar aí até parecer o vermelho. Então deixa eu ver só o cabeçalho para fazer a leitura. É o Capítulo 5º das disposições finais. Sugestão de inclusão também, art. 20, os estabelecimentos de venda de pilhas e baterias devem conter pontos de coleta adequados. Sugestão de inclusão MEC. Há alguma dúvida? Alguma sugestão?

A SR^a. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA) – Ali quando anteriormente você se refere no item lá das considerações gerais, você cita no item “a” ali os pontos de venda se tornam pontos de coleta com ampla divulgação de que o descarte inadequado prejudica a saúde e contamina o meio ambiente, contribuindo para o consumo responsável e sustentável bem como com a redução do consumo de produtos piratas. Aqui você está propondo, no art. 20, ali essa proposta seria de inclusão no art. 20, agora o art. 11 trata exatamente dessa questão, que está aqui na proposta da Resolução. Art. 11, os estabelecimentos que comercializam baterias, chumbo ácido, bem como a rede de assistência técnica autorizada pelos fabricantes e importadores desses produtos ficam obrigados a aceitar dos usuários a devolução das unidades usadas para repasse aos fabricantes ou importadores. Aqui quando fala de baterias chumbo ácido é diferente de pilha?

A SR^a. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC) – Sim, o que acontece é que essa Resolução está dividida em tipos de pilhas e baterias e para cada uma está recomendando um tipo de descarte, de destinação final. Ao final nós estamos consolidando numa única proposta e juntando com a questão da educação ambiental. Nós só estamos reafirmando. Essa é a que mais se parece realmente, porque é um tipo de pilha e bateria mais usual. Agora tem outros tipos aqui, para cada capítulo dos tipos, tem uma recomendação diferente de descarte. Então, essa recomendação final que nós estamos fazendo ela é sem prejuízo do que for a destinação adequada a cada tipo de material ou de pilha, nós estamos dizendo aqui que todos têm que aceitar, os fabricantes têm que aceitar e aí inclui a questão da educação ambiental.

A SR^a. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA) – Aí pelo que eu entendi então, o artigo que seria o art. 20 da Resolução passa a ser um item do art. 20 proposto. O art. 20 proposto então ficaria: os estabelecimentos de venda de pilhas e baterias devem conter pontos de coleta adequados. O item 1 desse art. 20, que eu não sei como que entro aí, é um texto que está no art. 20, aqui da proposta da Resolução. Não é isso?

A SR^a. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC) – Nós aproveitamos parte do texto do CONAMA e aí nós inserimos a questão da educação ambiental, e aí ao invés de ele ser um artigo ele virou um inciso I aqui dessa Resolução.

A SR^a. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA) –. Então, a minha sugestão aí é assim, seguindo um pouquinho eu participei um pouco do Grupo de Trabalho sobre a questão do álcool lá no Ministério da Justiça e outros produtos como o cigarro. Se nós conseguíssemos elaborar algumas frases de proposta da, para serem incluídas, obrigatoriamente, porque se deixar ao acaso. Tem a simbologia que fala aqui.

A SR^a. RACHEL TRABER (MEC) – Nós pegamos essa Resolução da saúde, lembra? E que tem, inclusive um anexo com todas as frases que têm que ser colocadas no... E aí, na nossa conversa nós chegamos à conclusão... Nós já vimos aquela Resolução da saúde que chegava ao detalhe de o que colocar nos maços de cigarro, mas aí na nossa discussão, entre nós duas

aqui, nós chegamos à conclusão de que poderia deixar isso liberado para a criatividade dos fabricantes e da publicidade. Eu não sei, talvez nós cheguemos nesse ponto de ter que especificar, mas sei lá.

A SRª. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA) – A sugestão que eu teria a fazer é nesse sentido, porque deixar aberto eu acho que assim, porque a responsabilidade, de quem que é a responsabilidade, vamos dizer, de conceitos, da educação ambiental, do encaminhamento disso? Quem é que tem essa expertise? Então, eu acho que são propostas importantes que devem ser apresentadas como opções de uso nas embalagens e nas peças publicitárias. Eu acho que isso é importante de nós encararmos com mais objetividade e se propor mesmo.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Por favor, vamos partir para essa votação, uma vez que nós vamos ter que nos retirar e nós não teremos mais condições de poder trabalhar porque o apoio vai ter que se retirar. Não vamos ter quorum na parte da tarde então, eu acho que nós deveríamos nos ater a essa votação.

A SRª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC) – Mas é uma questão muito ligada à votação. É uma complementação para o anexo. Aqui tem um anexo na Resolução que tem simbologias, o que Keilah está sugerindo é de que, além de dizer que tem que ter campanhas de educação ambiental e que devem estar presentes nas embalagens alguma alerta, nós já... Todos concordam? Primeiro nós temos que ver se todos concordam ou não. Nós temos dúvidas. Eu não sei, o que eu estava falando com a Rachel é o seguinte: Será que sugerimos ao CONAMA...

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Vamos então proceder a essa inclusão rapidamente?

A SRª. RACHEL TRABER (MEC) – Se essa questão for aceita no CONAMA, pode-se sugerir a inclusão.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Uma inclusão aí na Plenária, se coloca. Rachel, pode por favor repetir o raciocínio?

A SRª. RACHEL TRABER (MEC) – O que eu vou propor aqui dado o adiantado da hora e ao fato de que não é tão trivial escrever essas frases, nós podemos deixar isso para a votação no CONAMA, quer dizer, se essa proposta for aceita, nós podemos dizer isso ao CONAMA e a Câmara Técnica se coloca à disposição para encontrar, sugerir, fazer sugestões dessas frases.

A SRª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – A Câmara Técnica vai apenas dar o apoio e dizer que concorda com o que vocês propuseram. A Câmara Técnica não está propondo nada. É um pedido de vistas e nós estamos trabalhando apenas no pedido de vista, acatando ou não. Nós não estamos modificando o pedido de vistas. A menos que você incorpore, o parecer é seu, nós estamos dando um ok.

A SRª. RACHEL TRABER (MEC) – É isso que eu sugiro, que pode ser levado direto para o CONAMA esse tipo de proposta.

A SRª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Olha, ela será votada em Plenária e lá está apta a receber emendas. Então, o MINC, como membro, como Conselheiro do CONAMA pode propor isso para em Plenária. Se você acatasse, se você como parecerista acatasse aqui,

nós poderíamos aprovar. Então, nós estamos aprovando esse texto e se não tem tempo de fazer outro agora nós não vamos ter tempo de aprová-lo, porque ele virá depois e já passou o tempo da Câmara Técnica aprovar, a menos que ele volte de novo a tempo, que eu não sei se é o caso.

A SR^a. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA) – Eu acho que dessa maneira, não caberia a aprovação pela Câmara Técnica, porque no momento em que a Câmara Técnica aprova, ela está assumindo como uma proposta dela. Eu acho que é apenas como conhecimento e sugestão, porque não, e dessa maneira assodada também eu acho que nem vale a pena considerar como discussão e aprovação. Eu considero o meu sim anterior, inclusive apenas como sugestão.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) –. Então, se todos estiverem de acordo, a Câmara Técnica acatada como sugestão e não fica fechado o assunto para poder ser incluída alguma coisa na Plenária do CONAMA. Por favor, Maria José.

A SR^a. MARIA JOSÉ S. HOLANDA (GOVERNO DO CEARÁ) – Eu acho que a Câmara Técnica pode dar, fazer com que nós tivemos o conhecimento dessas suas considerações. Então, nós tomamos o conhecimento, ela passou pelo conhecimento da Câmara Técnica de Educação Ambiental o parecer. Eu acho que ele seria exatamente como está escrito, de acordo com o conhecimento, porque tomar o conhecimento, não é tomar decisão, não é sugerir, não é deliberar, quer dizer, tomou conhecimento nós podemos reafirmar que houve esse conhecimento dessa redação e desse encaminhamento de vocês.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Todos de acordo com essa sugestão final? Então, vamos fazer o procedimento da leitura. É o artigo 20? Diga Eder.

O SR. EDER LEONARDO C. BORBOREMA (MINISTÉRIO DO ESPORTE) – É questão de ordem. É o seguinte: vamos fazer um esforço político aqui, de união de todos aqui, porque o tempo está muito escasso. Então, vamos votar em bloco, a minha proposta é apenas de adequação da data, a data final a última três de abril não bate com a 9 de abril de apreciação. Só essa adequação na data e vamos votar em bloco. Eu acho que todo mundo já conhece o documento, eu acho que já é tranqüilo. As propostas, as outras foram discutidas das frases podem ser incorporadas no Plenário do CONAMA pelas representações. Mas eu creio que o principal agora nesse momento é nós sairmos dessa reunião com essa Resolução aprovada, porque é de urgência.

A SR^a. MARIA JOSÉ S. HOLANDA (GOVERNO DO CEARÁ) – O conhecimento não é aprovação, porque aprovação é outro momento. É quando você for apresentar no CONAMA, quer dizer, a Câmara Técnica tomou conhecimento da redação final do que vai ser apresentado.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Esse encaminhamento vai para a Plenária e a Plenária ainda vai fazer sugestões e quem vai votar é a Plenária. Então, todos os presentes aqui poderão até participar e pedir voz na Plenária para poder fazer qualquer alteração que for necessária. Ok Rachel? Ok Keilah? Vamos fazer a leitura? É a partir do art. 20. Então, artigo 20: os estabelecimentos de venda de pilhas e baterias devem conter pontos de coletas adequados. Questão de inclusão MEC. 1) os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciante de pilhas ou baterias ou de produtos que contenham pilhas ou baterias para o seu funcionamento são responsável por campanhas de educação ambiental nos meios de comunicação, bem como pela veiculação de informações sobre a logística reversa. 2) devem ser produzidas matérias publicitárias e a colocação nas embalagens de

pilhas e baterias, fabricantes no País ou importadas, que constem de forma clara, desculpe, aí já não está em vermelho.

A SR^a. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC) – O que está em vermelho é sugestão do MEC e o que está em preto é o que já era do CONAMA.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) –Então não é necessária essa leitura? Da parte em preto?

A SR^a. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC) – Não, só se ficar alguma dúvida.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Para fazer coerência, então eu vou ler novamente. 2) devem ser produzidas matérias publicitárias e a colocação nas embalagens de pilhas e baterias, fabricantes no País ou importadas, que constem de forma clara, visível e em língua portuguesa a simbologia indicativa da destinação adequada, as advertências sobre os riscos à saúde humana e ao meio ambiente, bem como a necessidade de, após o seu uso, serem entregues aos revendedores ou à rede de assistência técnica autorizada, conforme o anexo três. Art. 22, os fabricantes importadores dos produtos abrangidos por essa Resolução deverão promover a formação e a capacitação dos Recursos Humanos envolvidos na cadeia dessa atividade sobre os processos de logística reversa com a destinação ambientalmente adequada dos seus produtos. É só isso então? Então, foi dado ao conhecimento aqui dessa Câmara Técnica a inclusão de redação e os seus artigos. Então, nós damos por ok essa inclusão. Eu não vou encerrar ainda, eu vou ter que colocar a pauta para a próxima reunião. Então, tendo em vista que não teremos quorum na sessão na parte da tarde, nós vamos colocar como itens para a próxima pauta, na próxima reunião, os seguintes itens: é o 3.5, o processo número 020001478/2006 86, recomendação para a inserção da dimensão ambiental nas atividades administrativas e operacionais na administração pública. Origem SDS/MMA. O art. 3.6, processo número 020003134/2005 21, proposta de recomendação para o CEA – Centro de Educação Ambiental. Item 3.7, processo número 0200001992/2006 11, proposta de inserção do conteúdo bacias hidrográficas locais na grade curricular do ensino fundamental brasileiro. E 3.8, estratégia de urgência para a aplicação de compensação ambiental em educação ambiental, conforme a Lei número 9.985 de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. E fica retirada de pauta o item 3.9 que é estratégia de participação na III Conferência Nacional do Meio Ambiente. Ok? Então, dessa maneira, nós podemos encerrar a reunião. Desculpe, Maria José gostaria de fazer um registro.

A SR^a. MARIA JOSÉ S. HOLANDA (GOVERNO DO CEARÁ) – Eu gostaria de deixar registrada a importância das questões que ficam sendo colocadas para reuniões seguintes: nós sabemos que aparecem assuntos que são de real importância, mas essa proposta da inserção do conteúdo de bacias hidrográficas locais na grade curricular do ensino fundamental brasileiro, foi um desses temas que está proposto aqui na nossa pauta que me fez despertar o interesse para participar da Câmara Técnica, no primeiro momento em que eu tive que substituir o Marcos Vieira pela ausência dele. Então, e pelo que eu já vi, ela já está ficando, já é antiga essa recomendação aqui, sempre ela não está sendo discutida, eu acho de fundamental importância a Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará, junto com a Secretaria de Educação e o Conselho de Política e Gestão no Meio Ambiente já estão trabalhando nesse sentido dessa inclusão e foi uma coisa assim que eu estou sentindo muito que está ficando sempre para depois. Então, eu queria fazer esse registro e pedir para nós fazermos um esforço conjunto de se ater ao cumprimento da pauta, principalmente essas questões que são de fundamental importância e que vão ficando sempre para posterior até, às vezes, substituições de pessoas que talvez não tenham assim esse foco tão preciso no assunto referente à bacias hidrográficas. Eu gostaria de registrar isso.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Ok. Nós vamos levar em consideração e dar prioridade para esse assunto na próxima reunião. Então, a Cleide tinha mais algumas considerações em relação ao horário para a próxima reunião.

A SR^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA) – Eu gostaria de pedir, o Paulo colocou em prioridade, nós colocaremos em pauta, mas eu pediria todo o empenho para o cumprimento de horário. Nós esperamos ontem uma hora e meia para dar quorum, foram uma hora e meia de trabalho que nós ficamos aqui mobilizando cinco ou seis pessoas, mas todo o pessoal que chegou cedo. Então, nós temos pessoas que chegam, Conselheiros que chegam cedo e outros que atrasam tanto que nós não temos quorum. Então, é um esforço que o CONAMA está fazendo, um apelo que o CONAMA faz que todos compareçam dentro do prazo, dentro do horário, para que não fique esperando. Ontem o tempo de espera foi uma hora e meia. Hoje nós tivemos um tempo também bastante grande, eu não anotei, talvez tenha sido uma hora. Então, nós começamos a reunião muito tarde com um grande prejuízo para o rendimento dos trabalhos. A idéia era nós vencermos essa pauta e não conseguirmos hoje.

O SR. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL) – Então, gostaríamos de agradecer a presença de todos aqueles que foram convidados, Furnas e outros que estiveram também ontem e também a contribuição da Rachel, da Viviane e assim nós encerramos esta reunião, agradecendo a todos a presença. Muito obrigado. (*Palmas*).